



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2017



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU N° 63/2010, da Decisão Normativa TCU n° 154/2016, da Portaria TCU n° 59, de 17 de Janeiro de 2017, e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
AEB – Agência Espacial Brasileira
ADEGEP – Assessoria de Desenvolvimento em Gestão de Pessoas
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ASCOM – Assessoria de Comunicação
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento/ Fundo Amazônia
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
C&T – Ciência e Tecnologia
CGAFI – Coordenação-Geral de Administração e Finanças
CGIIN – Coordenação-Geral de Integração Institucional
CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência
CGMAT – Coordenação-Geral de Manutenção
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGTIC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU – Controladoria Geral da União
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CICCON – Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico
CINDACTA – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COINT – Coordenação de Inteligência
COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças
COLIC – Coordenação de Licitações e Contratos
COMSE – Coordenação de Manutenção de Sensores
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSISBIN – Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
COPAL – Coordenação de Patrimônio e Almoarifado
COPER – Coordenação Operacional
COSEG – Coordenação de Serviços Gerais
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CR-BE – Centro Regional de Belém - PA
CR-MN – Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV – Centro Regional de Porto Velho – RO
DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DIGER – Diretoria Geral
DIPRO – Diretoria de Produtos
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças
DITEC – Diretoria Técnica
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN)
DN – Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EB – Exército Brasileiro

ED – Elemento de Despesa
FAB – Força Aérea Brasileira
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GEI – Grupo Executivo Interministerial
GPis – Gerenciamento de Pistas
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LAI- Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
LME – Limite de Movimentação e Empenho
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI – Ministério da Integração Nacional
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC(1) – Programa de Aceleração do Crescimento
PAC(2) – Plano Anual de Capacitação
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
PTA – Plano de Trabalho Anual
RDSS – *Radio Determination Satellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)
RMA – Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB – Relatório de Movimentação de Bens
RIP – Registo Imobiliário Patrimonial
SAR – Synthetic Aperture Radar (Radar de abertura sintética)
SECONSIPAM - Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
SEORI/MD – Secretaria de Organização Institucional/ Ministério da Defesa
SIADS – Sistema de Integração de Administração e Serviços
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPlan– Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SPO – Setor Policial
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
TC – Termo de Cooperação
TED – Termo de Execução Descentralizada
TCU – Tribunal de Contas da União
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas

VSAT – *Very Small Aperture Terminal* (Terminal de Comunicação de Pequena Abertura)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Visão Geral da Unidade.....	14
Tabela 2 - Informação sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	18
Tabela 3 - Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	28
Tabela 4- Vinculação dos Objetivos Estratégicos ao PPA.....	30
Tabela 5 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS.....	36
Tabela 6 - Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios.....	41
Tabela 7 - Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência.....	42
Tabela 8- Receitas Escrituradas na UG Censipam.....	44
Tabela 9- Descentralizações Financeiras Recebidas por Órgão Concedente.....	45
Tabela 10 - Demonstrativo da Execução das Despesas.....	45
Tabela 11- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total.....	47
Tabela 12- Reconhecimento de Dívidas.....	50
Tabela 13 - Situação dos Indicadores de Gestão.....	51
Tabela 14- Indicadores De Desempenho.....	54
Tabela 15 - Indicador Operacionalidade do Parque de Antenas.....	57
Tabela 16 - Conjuntos de tipos de equipamentos com peso específico para média.....	58
Tabela 17- Percentual de modernização em 2016, por conjuntos de tipos de equipamentos.....	60
Tabela 18- Indicador de Modernização da Infraestrutura (%) - periodicidade mensal.....	61
Tabela 19 - Indicadores de Gestão De 2016.....	62
Tabela 20 - Disponibilidade e Desempenho da Rede.....	65
Tabela 21- Quantidade de VSAT correlacionada com Fins.....	66
Tabela 22- Capacitação.....	66
Tabela 23 - Alcance e Investimento e Capacitação.....	66
Tabela 24 - Processos Abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD.....	71
Tabela 25- Força de Trabalho da UPC.....	73
Tabela 26- Distribuição da Lotação Efetiva.....	73
Tabela 27- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	74
Tabela 28 - Execução Capacitação por Plano Orçamentário.....	76
Tabela 29 - Despesas de pessoal.....	77
Tabela 30- Pessoal de Apoio e Estagiários.....	78
Tabela 31 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.....	81
Tabela 32 - Quantidade de Estagiários.....	83
Tabela 33- Valores Estágio 2016.....	83
Tabela 34-- Valores Estágio 2015.....	83
Tabela 35-Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	86
Tabela 36- Imóveis Objeto de Cessão.....	87
Tabela 37-Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	90
Tabela 38- Imóveis De Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ Exceto Imóvel Funcional.....	91

Tabela 39-Força de Trabalho de TIC.....	92
Tabela 40- Tipos de Ocorrência nos Canais de Acesso.....	99
Tabela 41- Tipos de Ocorrência via Lei de Acesso à Informação.....	99
Tabela 42- Censipam - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais	102
Tabela 43- Resultado Financeiro - ano 2016.....	103
Tabela 44- Resultado Patrimonial	104
Tabela 45- Patrimônio Líquido Acumulado.....	105
Tabela 46- Composição do Ativo e do Passivo.....	105
Tabela 47- Metodologia de Cálculo da Depreciação, Taxas e Vida Útil dos Bens.....	108
Tabela 48 - Saldo em Ativo Intangível	112
Tabela 49- Conformidade Contábil da UG - Maiores Ocorrências:.....	114
Tabela 50- Declaração do Contador	115
Tabela 51- Determinações e Recomendações do TCU.....	117
Tabela 52- Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	119
Tabela 53- Caracterização da Recomendação da Ciset	121
Tabela 55- Despesas Com Publicidade	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais	17
Figura 2 - Organograma.....	18
Figura 3 - Gráfico de comparação temporal do índice de operacionalidade.....	57
Figura 4 - Comparação Temporal do Índice de Modernização.....	62
Figura 5- Avaliação do Serviço Prestado pelo Censipam.....	100

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 – Consolidadas (código UGs: 110511, 110572, 110573 e 110586)

Anexo II - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	3
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES	8
1. APRESENTAÇÃO.....	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE	14
2.1. Finalidade e Competências	14
2.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Censipam.....	15
2.3. Ambiente de Atuação	16
2.4. Organograma.....	18
2.5. Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	18
2.6. Macroprocessos finalísticos	22
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	27
3.1. Planejamento Organizacional	27
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	27
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	28
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.	28
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	32
3.3. Desempenho Orçamentário	32
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	36
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	38
3.3.3. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	39
3.3.4. Ações não Previstas na Loa do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS	39
3.3.5. Ações – Orçamento de Investimentos – OI.....	39
3.3.6. Análise Situacional	40
3.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos	41
3.3.8. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	44
3.3.9. Informações sobre a realização das receitas.....	44
3.3.10. Demonstrativo da execução das despesas	45
3.3.11. Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado No Orçamento	49
3.4. Desempenho Operacional.....	50
3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	50
3.5.1. Indicadores Operacionais	54
3.5.2. Indicadores de Gestão	62
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.	68
4.1. Descrição das Estruturas de Governança.....	68
4.2. Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos	71
4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos	72
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	73
5.1. Gestão de Pessoas	73
5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade.....	73
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	77
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	77
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários	77
5.1.5. Contratação de Estagiários.....	83
5.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura	85
5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	85
5.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	86
5.2.3. Demonstração da situação dos imóveis da União	88
5.2.4. Situação Atual.....	89
5.2.5. Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade	90

5.3. Gestão de Tecnologia da Informação.....	92
5.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)	92
5.3.2. Principais sistemas de informações.....	94
5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	96
5.5. Gestão de fundos e programas	97
5.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	97
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	98
6.1. Canais de acesso do cidadão.....	98
6.2. Carta de serviços ao cidadão.....	99
6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários.....	99
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	100
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	101
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	102
7.1. Desempenho Financeiro do Exercício.....	103
7.1.1. Resultado Financeiro	103
7.1.2. Resultado Patrimonial.....	103
7.1.3. Saldo Patrimonial.....	105
7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	107
7.3. Sistemática de apuração de Custos no âmbito da unidade	112
7.4. Informações sobre a Conformidade Contábil.....	112
7.5. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	115
7.6. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	116
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	117
8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações Do TCU	117
8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	119
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário ..	122
8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993	122
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	122
8.6. Informações sobre Ações de publicidade e propaganda.....	123
9. ANEXOS E APÊNDICES.....	124

1. APRESENTAÇÃO

Na elaboração e organização do presente Relatório foram seguidas as orientações previstas na Decisão Normativa TCU nº 154/2016, no anexo único da Portaria-TCU nº 59, de 17 de Janeiro de 2017, bem como no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas).

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) visa promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. O órgão tem a missão de produzir informações e gerar conhecimentos integrados para ações globais de governo na região.

Vocacionado no que se chama monitoramento ambiental e territorial da Região Amazônica analisa e processa imagens aéreas e orbitais para: elaboração de mapas temáticos de desmatamento e de risco e de suscetibilidade; identificação de ilícitos, detecção de potenciais hídricos, verificação de sedimentação dos rios, entre outros.

Em 2016, o Censipam implantou a primeira fase do Projeto Amazônia SAR, que objetiva o monitoramento do desmatamento com radar orbital, no período de intensa cobertura de nuvens, de forma complementar ao DETER do INPE. Esta iniciativa confere importante marco no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia. Ao final da execução do Projeto em 2019, teremos uma estação de recepção e processamento de imagens de radar orbital, que permitirá o monitoramento sistemático da região. Esse Projeto, custeado com recursos do Fundo Amazônia, está sendo executado pelo Censipam em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, e com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que usará as informações para compor os dados do desmatamento anualmente. Em 2016, foram monitorados 1.537.000Km², gerando cerca de 2000 polígonos de novos desmatamentos, ocorridos no período de densa cobertura de nuvens.

Outra ação para o desenvolvimento da Amazônia é o Projeto Cartografia da Amazônia. Em 2016, foram mapeados cerca de 160.00 km², totalizando 1,36 milhões de km² desde a sua implantação em 2008. Este mapeamento é executado pela Marinha, Aeronáutica, Exército e CPRM, que recebem recursos financeiros do Censipam por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED). As informações cartográficas auxiliam no conhecimento da Amazônia e no monitoramento para a segurança e defesa nacional, em especial das áreas de fronteiras. As cartas também vão auxiliar a região no planejamento e execução de projetos de infraestrutura como: rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas, demarcação de áreas de assentamentos, mineração, agronegócio, elaboração de zoneamento ecológico e econômico, ordenamento e segurança territorial, escoamento da produção e desenvolvimento regional.

Além dos dois projetos citados, esse Relatório apresenta diversas ações do Censipam que contribuem com instituições do estado brasileiro para cumprirem com suas atividades institucionais. As ações enfatizam a atuação integrada e coordenada entre os entes federais, estaduais e municipais.

Cabe destacar a rede institucional de telecomunicações via satélite (VSAT) colocada à disposição dos órgãos componentes do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM. Atualmente, as antenas do Censipam fortalecem projetos do Ministério do Desenvolvimento Social (cadastrando famílias do Programa Bolsa Família), do Tribunal de Justiça (interligando as comarcas) e o das Forças Armadas (provendo comunicação nos Pelotões de Fronteira).

Também merece destaque, a previsão meteorológica de tempo e clima e os alertas hidrometeorológicos. São elaborados boletins; disponibilizados diariamente aos usuários, em especial às defesas civis, previsões e alertas para a região, utilizando-se a infraestrutura

tecnológica de 11 radares meteorológicos, 2 instalações de recepção de satélite GOES 13, 3 estações de recepção Terrascan (satélites Aqua, Terra, Metop, FYD e NOAA), mais 50 estações meteorológicas de superfície e altitude, bem como a utilização integrada de dados de sensoriamento remoto do INPE e de dados da bacia Amazônica da ANA.

Por meio de sua Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT), o Censipam participa do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), da Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), do Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR), e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos na Amazônia Legal.

Os Relatórios da CGINT são produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo, e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa). Em 2016 o Censipam produziu 437 (quatrocentos e trinta e sete) Produtos de Inteligência.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle (PLACON), o Censipam apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual, no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando as tecnologias disponíveis, como: terminais de VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam a ligação de comando e controle entre os órgãos nas operações; bem como equipes de auxílio ao Planejamento e Controle de Operações, Sistemas de Gerenciamento de Pistas Aéreas; software de análise e mineração de dados, e equipamento Radar de baixa altitude. Essas ações têm a finalidade de proporcionar a tomada de decisão do órgão competente para execução da missão preestabelecida pela autoridade competente. No ano de 2016 o Censipam participou de 10 (dez) operações de apoio, compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle dos órgãos dos Governos Federal e Estadual na Amazônia Legal.

Ao mesmo tempo em que o Censipam desenvolve sua atividade nas diversas frentes supracitadas, tendo destaque reconhecido nas ações voltadas para a região amazônica, o ano de 2016 foi um ano que contou com inconsistência financeira e administrativa oriundas de fatores externos à unidade, que contribuíram para as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos neste exercício. Num primeiro momento, as indefinições relacionadas ao LME, com o contingenciamento orçamentário e a sua liberação tardia, inviabilizou projetos importantes definidos no Plano de Trabalho Anual do Censipam. Também, no segundo semestre, um fator administrativo, relacionado a exoneração ocorrida em 08 de agosto e a não reposição do quadro de servidores, bem como a não realização de concurso público, colaboraram para a redução da capacidade operacional do órgão.

O presente relatório é composto pelos seguintes itens: Visão Geral da Unidade, que trata das finalidades, competências, normas e regulamentos, organograma e macroprocessos finalísticos; Planejamento Organizacional e Resultados que detalha o planejamento organizacional, desempenho orçamentário e operacional e análise de indicadores de desempenho; Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos com a descrição das estruturas de governança, atividades de correção e apuração e gestão de riscos e controles internos; Áreas Especiais da Gestão com a apresentação da gestão de pessoas, de patrimônio e infraestrutura, de tecnologia da informação, de fundos e programas e da gestão ambiental e sustentabilidade; Relacionamento com a Sociedade detalhando os canais de acesso do cidadão, carta de serviço, aferição de satisfação, mecanismos de transferência e medidas para garantir acessibilidade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis apresentando o desempenho financeiro do exercício, tratamento contábil, sistemática de apuração e informações e demonstrações contábeis;

Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle com os diversos tratamentos de determinações e recomendações e; finalizando o relatório com os dezoito documentos, entre anexos e apêndices.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Tabela 1 - Visão Geral da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa		Código SIORG: 41066	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			
Denominação abreviada: CENSIPAM			
Código SIORG: 044072	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 110511
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-600	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233	(61) 3214 - 0255
Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sipam.gov.br			
Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO		
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS		
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM		

2.1. Finalidade e Competências

O Sistema de Proteção da Amazônia tem por finalidade integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam as ações coordenadas dos órgãos governamentais na região amazônica, a fim de potencializar os resultados decorrentes da implementação das diretrizes políticas do governo federal. Os elos do sistema responsáveis pelas ações de governo na região Amazônica são os vários órgãos das esferas federal, estadual distrital e municipal. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam foi criado com o objetivo de ser o órgão central deste grande sistema. É dotado de uma infraestrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar, produzir e difundir dados de interesse das organizações integrantes do sistema. Os conhecimentos e informações gerados permitem o planejamento e coordenação das ações globais entre essas organizações do governo, a fim de potencializar os resultados e diretrizes políticas, respeitando a competência institucional de cada uma delas.

O Censipam, dentro de suas competências, atua, principalmente, nas seguintes áreas: Meteorologia e Climatologia, Sensoriamento Remoto, Inteligência, Ambiental, Hidrometeorológica e Tecnologia da Informação e Comunicações. De modo integrado em suas diversas áreas, gera produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal, que são os elos do Sistema de

Proteção da Amazônia, usando como base os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados coletados são, tratados, avaliados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento, o desencadeamento de ações para combate de ilícitos e orientar as políticas públicas para a região.

2.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Censipam

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº de 18 de outubro de 1999 – Dispõe sobre o conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM e dá outras providências. - Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa . (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011). - Decreto nº 7.974, de 1 de abril de 2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. (A título de informação este decreto foi revogado pelo Decreto nº 8.978, de 1 fevereiro de 2017).
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM; - Decreto nº 7.476 de 10 de maio de 2011 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores – DAS, das gratificações em exercícios em cargos de confiança e das gratificações de representação pelo exercício de função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da Republica, altera dispositivos do decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010 e da outras providências. Lei nº 10.667 de 14 de maio de 2003 – Altera dispositivos da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, da Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002, e da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, cria cargos efetivos, cargos comissionados e gratificações no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências (Gratificações Temporárias Sipam – GTS); - Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS). - Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas a realização de concurso público. - Portaria Normativa nº 545/MD de 7 de março de 2014 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne a concessão de diária e passagem. (Alterada pela Portaria Normativa nº 775/MD de 28 de março de 2014). - Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. - Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao

Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas - UPC
Plano Anual de Capacitação - PAC – 2016 PDTIC – 2014/2015 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Revisão 2016

2.3. Ambiente de Atuação

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi criado em 17 de abril de 2002 (Decreto 4.200) com objetivo de promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. Entretanto, a história de criação do Censipam começa em 1990, quando o governo federal dá os primeiros passos nas definições de concepção de um sistema de proteção da Amazônia, que foi denominado de Sipam.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e os Ministérios da Aeronáutica e da Justiça apresentaram a Exposição de Motivos (EM) 194, de 21 de setembro de 1990, sobre o tema. A SAE foi responsável por formular um sistema com base integrada dos órgãos governamentais, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia.

Entre 1990 a 1992, o governo trabalhou na concepção do Sivam. Em 1994, foi publicado um decreto que definiu as normas para a implantação do Sipam, declarou-se o projeto de natureza estratégica e foi aprovado pelo Congresso Nacional o seu financiamento. Três anos depois (1997), o contrato do Projeto Sivam (toda a infraestrutura tecnológica) entrou em vigor.

Em 1999, foi publicado o Decreto dispondo sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam), ligado à Casa Civil, com a atribuição de definir as diretrizes ao Sipam. Logo após a criação do Consipam, nasce o Censipam, em 2002, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para gerenciar o Sipam.

Portanto, o pleno funcionamento do Sivam inicia-se em julho de 2002, com a inauguração do Centro Regional de Manaus e com a criação do Censipam, no mês de abril, para gerenciar o sistema. Logo após, foram inaugurados os Centros Regionais de Porto Velho, em 2003, e de Belém, em 2004. Em 2011, o Decreto 7424 transfere o Censipam da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

A atual estrutura do Censipam é constituída por três Centros Regionais (CRs), localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília/DF, conforme apresentado nas figuras:

Centro de Coordenação Geral do
Censipam – Brasília / DF



Centro Regional de Belém / PA



Centro Regional de Manaus / AM



Centro Regional de Porto Velho / RO



Figura 1 - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais

2.4. Organograma

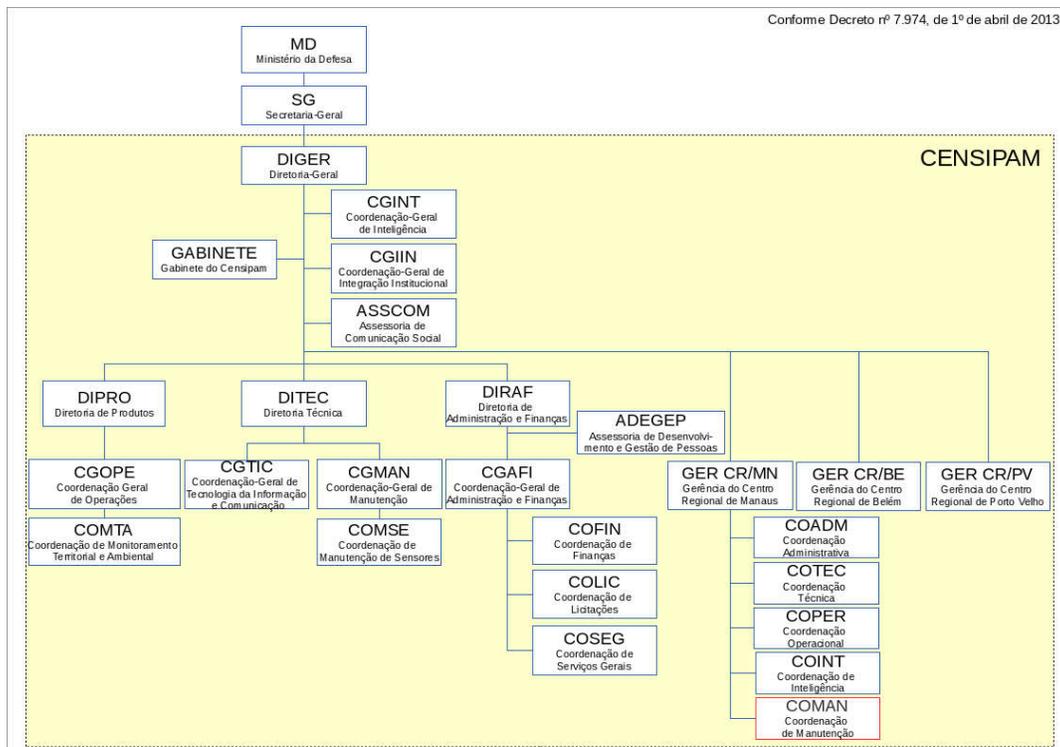


Figura 2 - Organograma

2.5. Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Tabela 2 - Informação sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Geral (DIGER) subordinanda à Secretaria-Geral(MD)	Assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Secretário-Geral nos assuntos relativos ao SIPAM; Realizar a gestão do Censipam como órgão com autonomia administrativa; Promover a integração institucional com os órgãos e entidades parceiras, com foco em ações cooperativas em prol das finalidades e objetivos do SIPAM; Desenvolver ações para evolução continuada do conceito do Sipam e do seu aparato tecnológico; Planejar e coordenar as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de	Rogério Guedes Soares	Diretor-Geral	08/05/2009 a atual

	manutenção.			
Gabinete (GAB subordinado à DIGER)	Assistir e prestar apoio ao Diretor-Geral e aos Diretores, realizando instrução de processos, elaboração de documentos, gerenciamento da agenda de compromissos e acompanhamento e transmissão das determinações emanadas no âmbito institucional.	Laura de Britto Perdigão de Souza	Chefe de Gabinete	14/09/2012 a atual
Assessoria de Comunicação (ASCOM subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral nas resoluções de questões de comunicação social relacionadas às atividades desenvolvidas pelo SIPAM, elaboração do plano de comunicação do SIPAM, e auxílio na definição da política de comunicação dos Centros Regionais.	Carla Viviane de Oliveira	Assessor	11/09/2008 a 05/08/2016
Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral propondo diretrizes, planejando, coordenando e implementando ações relativas à atividade de inteligência e contrainteligência no âmbito das unidades organizacionais do Censipam.	Ricardo Augusto Silvério dos Santos	Coordenador-Geral	25/04/2013 a atual
Coordenação-Geral de Integração Institucional (CGIIN subordinada à DIGER)	Coordenar, propor, implementar e avaliar a integração e articulação das unidades do Censipam com outros órgãos da Administração Pública e entidade não governamentais e secretariar as reuniões do Consipam, encaminhando e acompanhando as recomendações aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados.	Gustavo Roevenstruck Nacif	Coordenador-Geral	02/09/2013 a 11/02/2016
		Shirley Cristina dos Santos		28/03/2016 a 08/09/2016
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF subordinada à DIGER)	Planejar, coordenar e emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de gestão de pessoal, administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa.	José Henrique Moraes Madeira	Diretor	20/01/2012 a 08/08/2016
Assessoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (ADEGEP subordinada à DIRAF)	Planejar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de pessoal da instituição além de assessorar o Diretor de Administração e Finanças no âmbito de sua atuação.	Marilene Nascimento Leite de Faria	Assessor	23/04/2012 a 13/09/2016
		Gabriela Diniz Barbosa Veiga		14/09/2016 a atual
Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAFI subordinada à DIRAF)	Coordenar e executar a gestão administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam.	Vângela Monteiro de Sá Rabêlo	Coordenador-Geral	05/03/2014 a 05/08/2016
Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN subordinada à	Coordenar e realizar a execução orçamentária e financeira, operacionalizando os atos e fatos	Sheila Marques dos Santos	Coordenador	11/06/2014 a 01/12/2016

CGAFI)	de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.	Jovellanos Alves Pereira da Costa		02/12/2016 a atual
Coordenação de Serviços Gerais (COSEG subordinada à CGAFI)	Executar serviços relacionados a protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.	Antônia Alves Assad	Coordenador	06/07/2012 a atual
Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC subordinada à CGAFI)	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.	Maristela Saul Ferro	Coordenador	29/09/2015 a 05/08/2016
		Ana Paula Nogueira Rigaud		05/08/2016 a atual
Coordenação de Patrimônio Almoarifado (COPAL subordinada à CGAFI)	Controlar as atividades de recebimento guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo; Executar inventário físico e financeiro dos bens patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.	Dimitri de Moura Iwanow	Coordenador	30/10/2008 a atual
Diretoria Técnica (DITEC subordinada à DIGER)	Realizar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Logística e Manutenção Técnica.	Cristiano da Cunha Duarte	Diretor	30/10/2008 a atual
Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC subordinada à DITEC)	Coordenar e implementar as ações necessárias a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Rafael Pinto Costa	Coordenador-Geral	01/06/2010 a atual
Coordenação Geral de Manutenção (CGMAT subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.	José Álvaro da Costa Donato	Coordenador-Geral	07/03/2013 a 15/08/2016
		Carlos Daniel Police de Freitas		18/11/2016 a atual
Diretoria de Produtos (DIPRO subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos, para: a) sistematização e fornecimento de informações operacionais; b) aquisição e análise de dados, imagens e informações; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; d) planejar e coordenar a utilização dos sensores e antenas do SIPAM e definir os produtos decorrentes; e e) recepcionar demandas dos órgãos parceiros.	Pérciles Riograndense Cardim da Silva	Diretor	10/06/2013 a atual
Coordenação Geral de Operações - (CGOPE subordinada à DIPRO)	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam para a geração de produtos e serviços.	Eristelma Teixeira de Jesus Barbosa Silva	Coordenador-Geral	02/07/2013 a 05/08/2016
Gerência do Centro Regional de Manaus	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira	Bruno da Gama Monteiro	Gerente	11/06/2007 a

(subordinada à DIGER)	de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.			atual
Coordenação de Inteligência (GERÊNCIA/MN)	de Coordenar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito do Centro Regional.	Sandro Sales de Oliveira	Coordenador	31/12/2009 a atual
Coordenação Técnica (GERÊNCIA/MN)	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional.	Sebastião Lopes Bezerra Júnior	Coordenador	30/04/2013 a atual
Coordenação Operacional (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do Centro Regional para geração dos produtos e serviços.	Paula Ena de Almeida Conceição	Coordenador	26/02/2013 a atual
Coordenação de Administração (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades administrativas no âmbito do Centro Regional.	Alcirene Oliveira Reis	Coordenador	02/11/2015 a 30/08/2016
		João Lúcio Cardoso e Silva Feitosa		31/8/2016 a atual
Gerência do Centro Regional de Belém (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.	Carlos Alberto Ribeiro de Freitas	Gerente	07/03/2008 a 23/03/2016
		Fábio Simão Luiz Oliveira		24/03/2016 a atual
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/BE)	de Assessorar na condução das atividades administrativas no âmbito do Centro Regional.	Rosa Helena Jacob Pinheiro	Assessor	09/05/2008 a atual
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional.	Francisco Alves dos Santos	Assessor	21/05/2013 a 05/08/2016
		José Carlos de Araújo Neto	Assessor Militar	16/11/2016 a atual
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/BE)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional.	Luiz Fernando Machado de Oliveira e Souza	Assessor	13/02/2014 a 24/05/2016
		Hermes Isao Kikuchi		25/05/2016 a atual
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do CR de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerência Regional no âmbito de sua atuação.	Eduardo da Silva Santos	Assessor	08/04/2013 a atual
Gerência do Centro Regional de Porto Velho (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.	José Neumar Morais da Silveira	Gerente	17/09/2004 a 07/11/2016
		Carlos Alberto Canosa		08/11/2016 a atual
Assessoria de Inteligência (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito do Centro Regional.	Tokio Nakashima Filho	Assessor Militar	22/01/2013 a atual
Assessoria Técnica (GERÊNCIA/PV)	Assessorar e administrar a infraestrutura tecnológica no	Zeno Rodrigues Viana Filho	Assessor	27/10/2006 a

	âmbito do Centro Regional.			atual
Assessoria Operacional (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades operacionais no âmbito do Centro Regional de acordo com as diretrizes da Diretoria de Produtos, além de assistir a Gerência Regional no âmbito de sua atuação.	Ana Cristina Santos Strava Correa	Assessor	18/01/2016 a atual
Assessoria de Administração (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades administrativas no âmbito do Centro Regional de acordo com as diretrizes da Diretoria de Administração, além de assistir a Gerência Regional no âmbito de sua atuação.	Andréa Batista de Oliveira Sá	Assessor	11/07/2013 a atual

2.6. Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica	Disponibilização de terminais de comunicação fixos e transportáveis em apoio às instituições que atuam na região amazônica, buscando a integração digital e a troca de informações.	Serviço de comunicação de dados e voz, com conexão à Internet para acesso a sistemas governamentais.	MDS, TJ/AM, Exército Brasileiro (pelotões de fronteira), FUNAI, ICMBio, Polícia Federal.	CGTIC e CGMAN (Brasília), COTEC/MN e áreas técnicas de Belém e Porto Velho)
Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica	Produção de conhecimento de inteligência para os integrantes do SIPAM participantes do SISBIN, além de apoio ao planejamento e controle de operações dos órgãos de combate aos ilícitos.	Relatórios de inteligência, mapas temáticos, boletins meteorológicos, serviço de comunicação satelital de voz e dados, além de infraestrutura de apoio ao planejamento e controle nas instalações do CENSIPAM.	IBAMA; ICMBio; FUNAI; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria de Segurança Pública do Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Amazonas; ABIN; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; ANAC, DNPM, Ministério da Defesa	CGINT (Brasília) e COINT (Belém, Manaus e Porto Velho).
Previsão meteorológica de tempo e clima.	Este processo tem como dados de entrada as imagens de satélites meteorológicos e ambientais, os dados dos radares	Boletins, Previsões, alertas, cenários, relatórios especiais.	Órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade via WEB.	COPER/CRs

	meteorológicos e das estações meteorológicas de superfície. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os boletins de tempo e clima para região.			
Emissão de alertas e boletins Hidro meteorológicos	Este processo tem como dados de entrada os modelos digitais das cidades ribeirinhas, os dados de fluxo e vazão dos rios e os dados meteorológicos de chuva. Em seguida estas informações são tratadas e analisadas gerando os alertas e boletins técnicos para região.	Boletins, alertas, cenários, relatórios especiais.	Órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade via WEB.	COPER/CRs
Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto	Este processo tem como dados de entrada imagens óticas e de radar, aéreas e orbitais. Em seguida estas imagens são tratadas e analisadas gerando mapas temáticos para aplicações em apoio ao planejamento e à intervenção.	Imagens óticas e de radar, aéreas e orbitais.	Órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade via WEB.	CGOPE/CCG COPER/CRs

Macroprocesso: *Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica*

O principal óbice para apoio de comunicação via Satélite aos parceiros do Sipam é a dificuldade de manutenção do parque distribuído na região, pois muitos se encontram em localidades inóspitas e completamente desprovidas de outro meio de comunicação confiável, que demanda equipe mobilizada e recursos para diárias, passagens e material de consumo.

A instalação e a manutenção de terminais são realizadas através de planejamento e logística próprios do Censipam, que organiza durante o exercício, a execução de diversas missões de campo para atendimento a este parque de equipamentos.

Os resultados do exercício foram: 18 terminais instalados, 20 terminais retirados, 19 terminais realocados e 189 manutenções realizadas, em 50 missões de campo.

Principais insumos: Recursos humanos para compor equipes de manutenção e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e permanente para manutenção do parque de antenas.

Principais fornecedores: **Star One S/A** – Fornecedora do segmento espacial do satélite Star One C1 que viabiliza a banda de comunicação para os terminais VSat.

Gilat do Brasil S/A – Fornecedora de todos os equipamentos, desde a Hub (equipamento central de controle) até as VSat (terminal de comunicação com antena), bem como fornecedora de serviço de suporte.

MS Telecom Ltda – Fornecedor que realiza o reparo dos equipamentos recolhidos pelas equipes de manutenção.

Principais parceiros externos à unidade:

Ministério do Desenvolvimento Social: parceria para disponibilização de 198 terminais de comunicação para viabilizar o Cadastro Único em localidades extremamente carentes da Amazônia, com rateio de despesas referentes à manutenção e disponibilização desses terminais.

Exército Brasileiro: cooperação para disponibilização de militares para compor equipe conjunta de manutenção, otimizando custos e prazos de atendimento.

Tribunal de Justiça do Amazonas: mais de 60 terminais para viabilizar o Programa de Justiça Digital no Amazonas, permitindo o trâmite online de processos que antes levavam semanas para tramitar da comarca ao tribunal.

Execução no exercício: O planejamento das missões é realizado pela Coordenação-Geral de Logística e Manutenção, sendo alocados recursos humanos do Censipam e de órgãos parceiros e custeadas diárias, passagens e suprimento de fundos para realização das missões. Os Projetos Básicos de missão de campo são propostos à Diretoria Técnica e encaminhados para aprovação do Diretor-Geral. Todas as informações pertinentes são incluídas no SCDP e após a realização da missão, a equipe envolvida elabora um relatório de missão de campo, prestando contas da execução da missão, e incluindo esse relatório no SCDP além de outros comprovantes exigidos ou necessários.

A execução do macroprocesso foi muito prejudicada em 2016, pela restrição de diárias e passagens, o que impacta na capacidade de execução da manutenção pelas equipes próprias do Censipam, bem como de equipes de órgãos parceiros que são custeadas com diárias e passagens do Censipam, e que afeta diretamente o indicador de operacionalidade do parque de VSAT.

Macroprocesso: *Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica*

A Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT) do CENSIPAM recebeu diversas demandas de Órgãos de Fiscalização e Controle para a participação de operações de combate de ilícitos durante o ano de 2016, onde através do emprego dos seus ativos de inteligência tecnológica contribuiu sobremaneira para o sucesso das mesmas.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle de Operações (PLACON), a CGINT apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando as tecnologias disponíveis, como: terminais VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam as ligações entre os órgãos em Operações; equipes de apoio ao PLACON; Sistema de Gerenciamento de Pistas Aéreas; Software de análise e mineração de dados; e equipamento Radar de baixa altitude. O emprego destes ativos tem a finalidade de proporcionar a melhor tomada de decisão do órgão executante da missão preestabelecida pela autoridade competente.

Principais insumos: Recursos humanos para compor equipes de apoio em campo e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e serviços em apoio às operações.

Principais fornecedores: A atividade de inteligência restringe a divulgação de algumas fontes em razão de seus trabalhos de cunho sigiloso.

Principais parceiros externos à unidade: ABIN – Agência Brasileira de Inteligência / MJ - Ministério da Justiça / MMA – Ministério do Meio Ambiente / INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / FUNAI – Fundação Nacional do Índio / PRF – Polícia Rodoviária Federal / SEMA – Secretarias de Meio Ambiente Estaduais, dentre outros.

Execução no exercício: Conforme estabelece a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003, foram produzidos 437 (quatrocentos e trinta e sete) produtos de inteligência na forma de relatórios, em proveito dos órgãos demandantes pertencentes ao referido Sistema.

Macroprocesso: *Previsão meteorológica de tempo e clima*

Principais insumos: Dados de satélites, estações e radares meteorológicos; equipamentos de processamento tratamento, armazenamento, distribuição e visualização destes dados; recursos humanos capacitados; recursos orçamentários para capacitação, participação em eventos e aquisição de material permanente e de consumo.

Principais fornecedores: Satélites NOAA, GOES, MODIS, METOP, FY-1C, 11 Radares Meteorológicos e 50 Estações Meteorológicas de Superfície. Portais de meteorologia e clima nacionais e internacionais.

Principais parceiros externos à unidade: INPE, INMET e Força Aérea Brasileira.

Execução no exercício: A execução deste macroprocesso no exercício 2016 foi bem-sucedida resultando na produção e distribuição de 271.475 previsões, boletins, alertas e estudos técnicos sobre o tempo e clima, abrangendo os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso e Tocantins.

Macroprocesso: *Emissão de alertas e boletins Hidrometeorológicos*

Principais insumos: Dados de satélites, estações e radares meteorológicos, climáticos e hidrológicos; equipamentos de processamento tratamento, armazenamento, distribuição e visualização destes dados; recursos humanos capacitados; recursos orçamentários para capacitação, participação em eventos e aquisição de material permanente e de consumo.

Principais fornecedores: Satélites NOAA, GOES, Radar Meteorológico, Estações Meteorológicas de Superfície, Modelos Digitais de Superfície, dados de fluxo e vazão dos rios da Bacia Amazônica. Portais de gestão de bacias nacionais e internacionais.

Principais parceiros externos à unidade: INPE, INMET, Força Aérea Brasileira, Agência Nacional de Águas, Eletrobrás, dados IBGE e Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Execução no exercício: A execução deste macroprocesso no exercício 2016 foi bem-sucedida resultando na produção de 2.205 previsões, boletins e estudos hidrometeorológicos, envolvendo 6 bacias urbanas localizadas nos municípios de Belém, Marabá, Santarém, Óbidos, Manaus e Porto Velho para previsão, boletins e alertas hidrológicos de curto prazo; e previsões, boletins e estudos hidrometeorológicos de longo prazo, abrangendo 3 grandes bacias, localizadas nos municípios de Santarém, Óbidos e Manaus.

Macroprocesso: *Análise da dinâmica de uso e ocupação por sensoriamento remoto*

Principais insumos: Dados de satélite de observação da Terra e de sensores aéreos, ótico e radar, dados institucionais federais, estaduais e municipais; equipamentos de coleta, processamento tratamento, armazenamento, distribuição e visualização destes dados; recursos humanos capacitados; e recursos orçamentários para capacitação, de participação em eventos e aquisição de material permanente e de consumo.

Principais fornecedores: Satélites óticos e de radar, tais como CBERS, LANDSAT, COSMO SKY MED, SENTINEL1; imagens coletadas pelas aeronaves R99 e R35A; e dados institucionais do IBGE, Ibama, FUNAI, ICMBio, Embrapa, CPRM, DNPM, EB, FAB, MB, estados e municípios da Amazônia.

Principais parceiros externos à unidade: INPE, Força Aérea Brasileira, IBGE, Ibama, FUNAI, ICMBio, Embrapa, CPRM, DNPM, EB, FAB, MB, secretarias estaduais e municipais.

Execução no exercício: A execução deste macroprocesso no exercício 2016 foi bem-sucedida resultando na coleta, processamento, tratamento, análise, interpretação, armazenamento e distribuição mapas temáticos e alertas, envolvendo uma área de 6.839.283 km² e abrangendo os 775 municípios da Amazônia Legal. Os alertas de desmatamento foram produzidos a partir de imagens de radar orbital em uma área focal de 1.537.000 km², envolvendo o arco do desmatamento, que inclui os estados do Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão. Os mapas temáticos tais como produtos cartográficos, náuticos, terrestres e geológicos, atualização de malha viária, mapas de riscos e suscetibilidades e relatórios especiais sobre a antropização em áreas especiais (terras indígenas e áreas de conservação estadual e federal).

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento Organizacional

O planejamento estratégico do Censipam foi estruturado a partir das definições de missão, visão e valores do órgão. Em seguida, foram feitas análises dos ambientes interno e externo e o mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim, foram definidos objetivos estratégicos a serem atingidos no período 2012-2023. Os objetivos estratégicos estão distribuídos, no nível tático em ações estratégicas, então trabalhadas no nível operacional em metas e/ou etapas. No exercício de 2016, o Planejamento Estratégico passou por revisão, consolidando suas ações em 10 objetivos estratégicos e 60 ações estratégicas.

No que tange o nível operacional, foram selecionadas as pertinentes ao exercício de 2016 e consolidadas em projetos, discutidas e referendadas no Plano de Trabalho Anual 2016.

O Censipam buscou como estratégia para a execução do programa de trabalho o fortalecimento da gestão por projetos e o aperfeiçoamento dos seus processos internos. A implantação da visão por projetos proporcionou melhores condições de otimizar a execução orçamentária, principalmente nos momentos de contingenciamentos e cortes orçamentários que ocorreram durante o ano.

A principal dificuldade encontrada para a execução do programa de trabalho foi quanto à definição e padronização de processos de trabalho e a elaboração de indicadores e acompanhamentos de metas.

Para enfrentar essas dificuldades o Censipam fortaleceu sua participação junto ao Ministério da Defesa no grupo de trabalho de implementação da cultura de gestão estratégica. Os principais objetivos foram: o mapeamento dos processos estratégicos, a construção da cadeia de valor, a identificação de indicadores e o seu alinhamento estratégico, a elaboração de projetos de melhoria e a transformação de processos. No final buscou-se consolidar os projetos no Plano Estratégico de Defesa e na cultura organizacional.

Quanto à elaboração de indicadores o Censipam agregou ao seu quadro técnico quatro servidores da carreira de Analista de Planejamento e Orçamento (Gestores Públicos) para auxiliar na formulação de indicadores de gestão e monitoramento do controle interno.

Desta forma, o programa de trabalho foi executado de acordo com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, levando à sociedade e aos parceiros institucionais os produtos e serviços definidos em sua missão institucional.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico estabeleceu os objetivos estratégicos do Censipam, que são:

1. Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.
2. Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.
3. Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.
4. Fomentar a Articulação Internacional.

5. Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.
6. Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.
7. Fortalecer a Imagem Institucional.
8. Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.
9. Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.
10. Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.

3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A atividade permanente de planejamento estratégico do Censipam iniciou-se em 2008, com discussões profundas que resultaram no Planejamento Estratégico de 2008.

Em 2010, o Planejamento Estratégico foi revisto e atualizado, gerando o Planejamento Estratégico de 2010.

Em 2012, após um novo esforço de reformulação do Planejamento Estratégico, principalmente decorrente da transferência do Censipam da Presidência da República para o Ministério da Defesa, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2023, com previsão de revisões anuais.

O planejamento estratégico do Censipam, portanto, encontra-se institucionalizado e em fase de execução, sendo a última revisão realizada em 2016, com a nova versão publicada e disponível na página de planejamento do Censipam na Internet, acessível em <http://www.sipam.gov.br/planejamento>.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

O planejamento do Censipam é executado levando-se em consideração Planejamento Estratégico e o Plano Plurianual. O vínculo entre as competências institucionais e os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico pode ser visualizado no quadro abaixo:

Tabela 3 - Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Objetivos Estratégicos	Competências Institucionais
OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa. OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.	V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM; VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

<p>OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.</p>	<p>III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p>
<p>OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional. OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica. OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional. OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia. OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto. OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>	<p>IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM; V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área; VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM; VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM; VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM; X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados; XI - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições; XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o Sipam XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM definidos pelo Consipam;</p>
<p>OE 5 – Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura</p>	<p>III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência; VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito</p>

	<p>do SIPAM;</p> <p>VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;</p> <p>XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;</p> <p>XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições; e</p> <p>XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Censipam.</p>
--	--

Por conseguinte, os objetivos estratégicos que não dizem respeito à ações internas, se vinculam também ao PPA, conforme apresentado abaixo:

Tabela 4- Vinculação dos Objetivos Estratégicos ao PPA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PPA			
	PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	META
<p>- OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.</p> <p>- OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.</p>	2058 – Defesa Nacional	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.	05O8 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia.	Não há
<p>- OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica</p> <p>- OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>		1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	Não há	04GG: Ampliar o conhecimento cartográfico na Amazônia, atingindo o patamar de 1,8 milhão de km² de área imageada.
<p>- OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.</p> <p>- OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.</p>		1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	05T9 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar. 05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação via satélite, na Amazônia.	Não há

<p>- OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica. - OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto. - OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>	<p>2050 – Mudanças do Clima</p>	<p>1069: Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas. (MCTI)</p>	<p>06NN: Construção de infraestrutura de recepção e processamento de dados satelitais de radar para ampliação do monitoramento da Amazônia.</p>	<p>047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.</p>
<p>- OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>	<p>2040 – Gestão de Riscos</p>	<p>0173: Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais. (MCTI)</p>	<p>05F5 – Aprimoramento do sistema de previsão de impactos e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia Legal.</p>	<p>Não há</p>

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O Censipam buscou como estratégia para a execução do Planejamento Estratégico o fortalecimento da gestão por projetos e o aperfeiçoamento dos seus processos internos. A implantação da visão por projetos proporcionou melhores condições de otimizar a execução orçamentária, principalmente nos momentos de contingenciamentos e cortes orçamentários que ocorreram durante o ano.

O Planejamento Estratégico Institucional é, portanto, desdobrado em ações para o período, que passam a integrar o Plano de Trabalho Anual – PTA. As ações contempladas no PTA podem ser das seguintes naturezas:

- Ações orçamentárias ligadas a contratos continuados;
- Ações orçamentárias ligadas a atividades existentes na instituição (custeio);
- Ações orçamentárias que representam novos projetos; e
- Ações não orçamentárias que demandam recursos humanos e materiais existentes.

A priorização das ações do PTA é realizada em reunião do Fórum de Dirigentes, onde são levadas em consideração questões como alinhamento com o Planejamento Estratégico do Censipam, com o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, com a Estratégia Nacional de Defesa, com acordos celebrados no âmbito do Sipam, etc.

Desta forma, o PTA foi executado de acordo com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, levando à sociedade e aos parceiros institucionais, dentro dos limites dos recursos humanos e materiais da Instituição, os produtos e serviços definidos em sua missão institucional.

O monitoramento da execução do planejamento e dos resultados se faz em reuniões ordinárias do Fórum de Dirigentes do Censipam.

3.3. Desempenho Orçamentário

A execução das rubricas do orçamento em 2016 foi realizada por meio de duas ações orçamentárias: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM e 13F9 - Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia. A Lei Nº 13.255, de 14/01/2016, consignou para as Ações vinculadas ao Censipam um montante de dotação da ordem de R\$ 70.371.929,00, sendo:

Ação 13F9: R\$ 2.431.645,00.

Ação 20X4: R\$ 39.181.904,00 oriundos da Fonte 0100 e R\$ 28.758.380,00 provenientes da Fonte 0181, totalizando R\$ 67.940.284,00.

No decorrer do ano, foram estipulados os Limites para Movimentação e Empenho da seguinte maneira:

- 1º Lote de liberação (fevereiro): R\$ 35.777.830,00 (Decreto nº 8.676/2016)
- 2º Lote de liberação (março): R\$ 21.206.182,00 (Decreto nº 8.700/2016)
- 3º Lote de liberação (junho – limite até outubro): R\$ 29.515.634,00 (Decreto nº 8.784/2016)
- 4º Lote de liberação (junho – limite até dezembro): R\$ 37.195.244,00 (Decreto nº 8.784/2016).

No final do exercício, a dotação orçamentária para execução da Ação 20X4 ficou em R\$ 37.049.012,36 (Fonte 0100). Desta forma, houve replanejamento da execução dos gastos e projetos do órgão, uma vez que até junho de 2016 a Dotação Orçamentária foi de R\$ 29.515.634,00, ou seja, contingenciamento de 24,67%. Como os recursos foram

liberados na proximidade do término do exercício, uma parte expressiva dos projetos e atividades foi enquadrada em Restos a Pagar.

No que se refere à Fonte 0181, o valor de R\$ 28.758.380,00, designado ao PO 002 – Sensoriamento Remoto, recurso oriundo do BNDES – Fundo Amazônia, relacionado ao Projeto Amazônia SAR, diz respeito à aquisição de infraestrutura de recepção satelital correspondente a R\$ 25.960.380,00 e, no valor de R\$ 3.298.000,00, para contratos de aquisição de imagens.

As principais dificuldades do exercício de 2016 foram a redução do número de recursos humanos e o descontingenciamento tardio dos recursos. No que tange à questão de pessoal, além da não concretização do concurso público já solicitado e não realizado, a situação foi agravada pela extinção de cargos e pela exoneração de servidores não efetivos, sem a reposição de novas investidas por concurso público. Também houve perda de pessoal ocupante de cargos em comissão (DAS). Essas baixas ocorreram tanto nas áreas gerenciais, quanto nas áreas operacionais, principalmente no segundo semestre de 2016, dificultando a reação do órgão em relação à preparação dos projetos para recebimento dos recursos.

Mesmo assim, o percentual de liquidação/pagamento do orçamento anual apresentou uma melhora, onde o pagamento em relação à dotação na PLOA foi 29,65% em 2015 e 33,52% em 2016.

Com relação à ação orçamentária 13F9, da dotação recebida, R\$ 146.231,64 foram utilizados para realizar despesas do exercício anterior que estavam inscritas em restos a pagar, os quais foram cancelados pela SOF em cumprimento ao art. 2º do Decreto 8.407/2015, o que representa 0,81% da meta ajustada.

Ao final do exercício a dotação atualizada foi de R\$ 1.945.316,00, com um valor de crédito não utilizado de R\$ 1.799.084,36. Enquanto não houver autorização de concurso pelo MPOG, previsto no SIPEC, fato que originou a demanda, a obra está temporariamente suspensa. O projeto básico será concluído para utilização futura, caso as condições orçamentárias e de pessoal permitam.

Em relação à execução dos programas temáticos do PPA, o Censipam colabora com os programas 2058 – Defesa Nacional, 2050 – Mudanças no Clima e 2040 – Gestão de Riscos. Estes programas temáticos são compostos por objetivos, descritos a seguir.

No programa temático 2058 o Censipam participa em três objetivos: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação; 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras; 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

No programa temático 2050, o Censipam colabora com o Objetivo do PPA 1069: Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.

Por fim, no programa temático 2040, o Censipam participa com do objetivo 0173: Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Por meio da iniciativa 0508 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia –, que compõe o Objetivo do PPA de número 1119, o Censipam, no ano de 2016, utilizando a ferramenta de Planejamento e Controle (PLACON), apoiou os órgãos do Governo Federal e Estadual, no combate aos

ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando as tecnologias disponíveis, como: terminais de VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam a ligação de comando e controle entre os órgãos nas Operações; equipes de auxílio ao Planejamento e Controle de Operações, Sistemas de Gerenciamento de Pistas aéreas, software de análise e mineração de dados, e equipamento Radar de baixa altitude; tudo com a finalidade de proporcionar a tomada de decisão do órgão competente para execução da missão preestabelecida pela autoridade competente. Esta Coordenação Geral de Inteligência participou de 10 (dez) Operações de apoio, compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle dos órgãos dos Governos Federal e Estadual na Amazônia Legal e ainda disponibilizou como resultado de suas atividades no decorrer do ano a produção de 437 (quatrocentos e trinta e sete) Produtos de Inteligência.

Com relação ao objetivo 1123 o Censipam colaborou com a meta 04GG: Ampliar o conhecimento cartográfico na Amazônia, atingindo o patamar de 1,8 milhão de km² de área imageada, o Censipam coordena o Projeto Cartografia da Amazônia e é responsável pela gestão dos recursos financeiros por meio de repasses para os órgãos parceiros executores.

Em 2016 não foram realizados imageamentos com recursos orçamentários do projeto devido à liberação tardia e parcial, porém arranjos de gestão junto ao estado do Amapá, que aportou recursos financeiros, permitiram que a área do estado correspondente a 152 mil km² fosse imageada. Para o próximo ano estão previstos 163 mil km² de imageamento.

Com relação ao objetivo 1125 o Censipam Colabora com duas iniciativas: 0579 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar e 05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação via satélite, na Amazônia. A expansão do monitoramento ambiental e territorial está sendo realizada pelo Projeto Amazônia SAR, que é uma das respostas do Estado brasileiro ao desmatamento ilegal e a outros crimes associados com ocorrência na Amazônia. Este projeto materializa a transição do monitoramento com aeronaves para a utilização de tecnologia radar satelital, que tem menor custo, maior área de abrangência e permite o monitoramento sistemático em períodos de alta cobertura de nuvens.

Em 2016 foram analisadas imagens de radar correspondente a 1,5 milhão km² onde se identificou áreas desmatadas.

A limitação de recursos humanos e a complexidade na elaboração dos contratos de bens e serviços constituem os principais obstáculos para a execução desta atividade.

Para 2017 está prevista a análise de 3,8 milhões de km² de imagens com a inclusão de áreas não monitoradas anteriormente e que, a partir do uso da tecnologia radar, serão contempladas.

O Sistema de Proteção da Amazônia conta com uma infraestrutura tecnológica que gera conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal, visando o desenvolvimento nacional. Entre os principais componentes dessa infraestrutura, encontram-se os terminais de comunicação satelital, que são fundamentais para as instituições públicas da Amazônia, em áreas desprovidas de telecomunicações, e tem como principais aplicações: a transmissão de voz, a transmissão de dados, o acesso a sistemas governamentais, internet, vídeo e envio de dados de sensores.

Buscou-se, no ano de 2016, um aprimoramento do uso da rede desses terminais através de aplicações temáticas, ampliação da rede e melhoria da velocidade de acesso.

O SIPAM coopera com a defesa civil por meio de informações meteorológicas oportunas e precisas. Para geração dessas informações, são utilizados os dados dos Radares Meteorológicos e das Estações Meteorológicas do SIPAM, que são transmitidos através desses terminais de comunicação satelital. A parceria com o Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é uma das maiores parcerias do Censipam, permite estender a política pública de combate à miséria (como, por exemplo, o Programa Bolsa Família) a centenas de famílias em mais de 190 localidades isoladas da Amazônia Legal. Através dos terminais de comunicação satelital, permite-se o cadastro de famílias em diversos programas sociais.

Colaborando com a defesa nacional, diversos pelotões de fronteira são integrados através dos terminais de comunicação satelital, permitindo o acesso aos sistemas centrais do Exército e aos demais sistemas governamentais. Além disso, um programa específico para os pelotões de fronteira, em andamento, enviará dados regionais (imagens, meteorológicos, relatórios de inteligência, etc.), através dos terminais de comunicação, para apoio ao planejamento e ao comando do pelotão.

Em apoio às operações interagências, os terminais de comunicação transportáveis são utilizados para permitir comunicação 24x7 entre o posto de comando da operação e as unidades centrais das agências envolvidas. Diversas instituições são beneficiadas, como a Polícia Federal, as Forças Armadas e o IBAMA.

Os terminais de comunicação também permitem o trâmite dos processos judiciais entre mais de 60 comarcas do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ/AM), levando a justiça digital a todas essas localidades e permitindo o trâmite virtual de processos.

Para integração das comunidades indígenas, os terminais de comunicação estão instalados em dezenas de terras indígenas, permitindo comunicação da FUNAI com os índios. A comunidade indígena passa a ser uma valiosa fonte de informações, ao comunicar atividades ilícitas que ocorrem na região.

Em 2016 a rede foi expandida de 536 terminais para 562, um incremento de 5%, atendendo diversas localidades isoladas, grande parte em apoio ao MDS. O planejamento era para um aumento mais expressivo, porém impactou negativamente a restrição de diárias, passagens e suprimento de fundos, pois a instalação e manutenção da rede são realizadas exclusivamente por equipes de servidores da instituição e de órgãos parceiros.

A diminuição do número de técnicos também impacta a atividade, porém através de parcerias com o Exército Brasileiro e com o Tribunal de Justiça do Amazonas, o Censipam capacitou servidores dessas instituições e os mesmos realizam a instalação e manutenção de terminais nas proximidades e a pedido.

Para melhoria da velocidade de acesso, o Censipam ampliou a banda satelital, adquiriu 300 módulos aceleradores e iniciou a instalação de antenas de maior porte (para aumento da capacidade de transmissão em localidades onde a demanda é grande, como nos pelotões de fronteira).

Para 2017, está prevista: a instalação dos módulos aceleradores em mais de 200 localidades; a instalação de antenas maiores para os demais pelotões de fronteira; a aquisição de terminais transportáveis, adequados à logística da região, para aplicação nos postos de comando das operações interagências; e aquisição de terminais portáteis e/ou móveis para uso das equipes quando afastadas dos postos de comando durante as operações.

Já no objetivo 1069, o Censipam colabora com a iniciativa 06NN - Construção de infraestrutura de recepção e processamento de dados satelitais de radar para ampliação do monitoramento da Amazônia; e com a meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens. A infraestrutura inicial implantada nos Centros Operacionais para atingimento da meta foi a aquisição de novos computadores com o módulo de processamento de radar. Em 2016 iniciou-se a etapa de testes de detecção do desmatamento com imagens de radar orbital, tendo sido analisados 1.537.000 km² e gerado inúmeros polígonos de supressão de

vegetação na área de interesse do IBAMA, no período de março a maio. Com referência à área analisada, foi atingido o índice de 270 mil km², em 6 vezes. O fornecedor das imagens de satélites oferece plataformas com maior capacidade de revisita, devido a coleta contar com 4 satélites da constelação COSMO SkyMed. Devido ao retardo do processo licitatório para a aquisição de imagens, a disponibilidade das imagens só correu a partir de março de 2016.

Em relação ao objetivo 2040, o Censipam colabora com a iniciativa 05F5 – Aprimoramento do sistema de previsão de impactos e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia Legal. Em 2016 foram realizadas a estruturação do banco de dados para o Alerta Hidrometeorológico, acompanhada da capacitação de pessoal no centro regional de Porto Velho, desta forma, concluindo a última etapa de implantação do sistema.

No próximo exercício está prevista a operacionalização do sistema de Alerta Hidrometeorológico em todas as unidades do Censipam. Com esta operacionalização, será possível a emissão de boletins e alertas para as grandes bacias da Amazônia e bacias urbanas monitoradas.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Tabela 5 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	20x4 Tipo: Atividade					
Título	Manutenção do Sistema de Proteção de Amazônia – SIPAM					
Iniciativa						
Objetivo	Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras Código: 01123					
Programa	Defesa Nacional			Código: 2058 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.940.284,00	65.807.392,00	37.519.201,54	22.419.663,90	22.060.895,48	358.738,42	15.099.567,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Produto: Sistema mantido Período da captação: JAN-DEZ		unidade	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.857.192,58	12.247.923,25	2.567.100,21	Sistema mantido	1	1	
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					

Código	13F9 Tipo: Projeto					
Título	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam					
Iniciativa						
Objetivo	Código:					
Programa	Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	52101 – Ministério da Defesa					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.431.645	1.945.316	146.231,64	146.231,64	146.231,64	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Produto: Sistema mantido Período da captação: JAN-DEZ			unidade	14	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	0			

Das ações governamentais executadas pelo Censipam no exercício de 2015 conforme as ações previstas na LOA 2016, bem como quanto ao comportamento de suas execuções orçamentárias informamos:

- Ação 20X4 – tem por finalidade promover o funcionamento e a manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), responsável pela produção e veiculação de informações técnicas pela proteção da Amazônia Legal, por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, na consecução de produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas. Destina-se, também, ao funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), gerenciando pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

Ação 20X4 conta com os seguintes Planos Orçamentários (PO):

- 0001 – Sistema de Cartografia para Amazônia Legal
- 0002 – Sensoriamento Remoto
- 0003 – Monitoramento Ambiental
- 0004 – Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação e Sensores
- 0005 – Capacitação de Recursos Humanos
- 0006 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência
- 0007 – Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

- Ação 13F9 tem como descrição a Construção do edifício-sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, para abrigar o quadro administrativo do órgão.

A Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016 consignou as ações acima um montante de dotação da ordem de R\$ 70.371.929,00, sendo:

Ação 20X4 – R\$ 67.840.284,00

Custeio – R\$ 28.438.431,00

Investimento – R\$ 41.933.498,00

- Fonte 0100: R\$ 41.613.549,00

- Fonte 0181: R\$ 28.758.380,00

Ação 13F9 – R\$ 2.431.645,00

Investimento – R\$ 2.431.645,00

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Empenho (LME). A Lei Nº 13.255, de 14/01/2016, consignou para as Ações vinculadas ao Censipam um montante de dotação da ordem de R\$ 70.371.929,00, sendo:

- Ação 13F9: R\$ 2.431.645,00

- Ação 20X4: R\$ 39.181.904,00 oriundos da Fonte 0100 e R\$ 28.758.380,00 provenientes da Fonte 0181, totalizando R\$ 67.940.284,00.

O valor proveniente da Fonte 0181 refere-se a recursos vinculados ao Projeto Amazônia SAR, incluído no Plano Orçamentário 002 - Sensoriamento Remoto (recursos repassados pelo BNDES, provenientes do Fundo Amazônia e Banco Mundial).

No decorrer do ano, a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, do Ministério da Defesa, estipulou os Limites para Movimentação e Empenho da seguinte maneira:

- 1º Lote de liberação (fevereiro): R\$ 35.777.830,00 (Decreto nº 8.676/2016)

- 2º Lote de liberação (março): R\$ 21.206.182,00 (Decreto nº 8.700/2016)

- 3º Lote de liberação (junho – limite até outubro): R\$ 29.515.634,00 (Decreto nº 8.784/2016)

- 4º Lote de liberação (junho – limite até dezembro): R\$ 37.195.244,00 (Decreto nº 8.784/2016).

No final do exercício, a dotação orçamentária para execução da Ação 20X4 ficou em R\$ 37.049.012,36 (Fonte 0100).

Desta forma, houve replanejamento da execução dos gastos e projetos do órgão, uma vez que até junho de 2016 a Dotação Orçamentária foi de R\$ 29.515.634,00, ou seja, contingenciamento de 24,67%.

Embora com a expansão do LME, a ser utilizado até dezembro, os recursos descentralizados não foram liquidados em sua totalidade em razão da proximidade do término do exercício, sendo enquadrados em Restos a Pagar, como é o exemplo do Programa Cartografia da Amazônia – PO 001 Cartografia.

No que se refere à Fonte 0181, o valor de R\$ 28.758.380,00, designado ao PO 002 – Sensoriamento Remoto, recurso oriundo do BNDES – Fundo Amazônia, relacionado ao Projeto Amazônia SAR, diz respeito à aquisição de infraestrutura de recepção satelital correspondente a R\$ 25.960.380,00 e, no valor de R\$ 3.298.000,00, para contratos de aquisição de imagens. O valor referente à aquisição de infraestrutura de recepção satelital não foi executado neste exercício.

Com isso, alguns fatores influenciaram a execução das metas físico-financeiras, dentre eles citamos a redução de recursos humanos disponíveis e o descontingenciamento tardio dos recursos. No que tange a questão de pessoal, em 2016, além da não concretização do concurso público já solicitado, porém não realizado, a situação foi agravada pela extinção de cargos e pela exoneração e não contratação de servidores, ação relacionada às metas do Governo Federal de redução de pessoal em cargos de confiança (DAS), tanto na área gerencial quanto operacional, principalmente no segundo semestre,

dificultando a reação do órgão em relação à preparação dos projetos para recebimento dos recursos.

Mesmo assim, o percentual de liquidação/pagamento do orçamento anual apresentou uma melhora, onde o pagamento em relação à dotação na PLOA foi 29,65% em 2015 e 33,52% em 2016.

No que concerne as licitações é de relevância citar que o Censipam conta com a análise jurídica do Ministério da Defesa que por sua vez também analisa outros órgãos vinculados, refletindo na demanda dos processos licitatórios, devendo ser computado no prazo total de finalização do processo licitatório o tempo máximo estimado de análise da assessoria jurídica.

Quanto a questões de pessoal, o Censipam não possui quadro efetivo suficiente na área administrativa para atender todas as atividades necessárias, fator que vem comprometendo o andamento do processo no sentido de qualidade do serviço prestado e agilidade da demanda.

3.3.3. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

No exercício de 2016 permaneceram registrados no Siafi somente os Restos a Pagar respaldados por prorrogação de vigência.

Houve a necessidade de inscrever em Restos a Pagar Não Processados valores oriundos de emissões de notas de empenhos de contratos de serviços/aquisições emitidas no último trimestre do exercício em questão, não sendo possível liquidá-los no encerramento do exercício.

Quanto aos exercícios anteriores, por trata-se de contratos de serviços específicos, os valores estão sendo geridos para providência referente ao pagamento ou cancelamento de RP.

Considerando que do limite financeiro autorizado para o órgão, deve-se deduzir o montante para atender os Restos a Pagar, bem como os valores previstos da execução do exercício corrente, o histórico de gasto demonstra que a liquidação do ano fica prejudicada, haja vista o valor expressivo inscrito como RP nos últimos 3 anos. Para tanto, o gestor de Administração e Finanças analisará as medidas possíveis para reduzir os valores inscritos ao final dos próximos exercícios.

3.3.4. Ações não Previstas na Loa do Exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS

O Censipam não executou, no exercício e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA do exercício de 2016, não se aplicando o quadro em questão.

3.3.5. Ações – Orçamento de Investimentos – OI

Não houve execução no Orçamento de Investimentos por parte do Censipam.

3.3.6. Análise Situacional

Uma característica marcante referente ao presente exercício foi uma instabilidade recorrente das cotas de Limite para Movimentação e Empenho (LME). A Lei Nº 13.255, de 14/01/2016, consignou para as Ações vinculadas ao Censipam um montante de dotação da ordem de R\$ 70.371.929,00, sendo:

- Ação 13F9: R\$ 2.431.645,00

- Ação 20X4: R\$ 39.181.904,00 oriundos da Fonte 0100 e R\$ 28.758.380,00 provenientes da Fonte 0181, totalizando R\$ 67.940.284,00.

O valor proveniente da Fonte 0181 refere-se a recursos vinculados ao Projeto Amazônia SAR, incluído no Plano Orçamentário 002 - Sensoriamento Remoto (recursos repassados pelo BNDES, provenientes do Fundo Amazônia e Banco Mundial).

No decorrer do ano, a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, do Ministério da Defesa, estipulou os Limites para Movimentação e Empenho da seguinte maneira:

- 1º Lote de liberação (fevereiro): R\$ 35.777.830,00 (Decreto nº 8.676/2016)

- 2º Lote de liberação (março): R\$ 21.206.182,00 (Decreto nº 8.700/2016)

- 3º Lote de liberação (junho – limite até outubro): R\$ 29.515.634,00 (Decreto nº 8.784/2016)

- 4º Lote de liberação (junho – limite até dezembro): R\$ 37.195.244,00 (Decreto nº 8.784/2016).

No final do exercício, a dotação orçamentária para execução da Ação 20X4 ficou em R\$ 37.049.012,36 (Fonte 0100).

Desta forma, houve replanejamento da execução dos gastos e projetos do órgão, uma vez que até junho de 2016 a Dotação Orçamentária foi de R\$ 29.515.634,00, ou seja, contingenciamento de 24,67%.

Embora com a expansão do LME, a ser utilizado até dezembro, os recursos descentralizados não foram liquidados em sua totalidade em razão da proximidade do término do exercício, sendo enquadrados em Restos a Pagar, como é o exemplo do Programa Cartografia da Amazônia – PO 001 Cartografia.

No que se refere à Fonte 0181, o valor de R\$ 28.758.380,00, designado ao PO 002 – Sensoriamento Remoto, recurso oriundo do BNDES – Fundo Amazônia, relacionado ao Projeto Amazônia SAR, diz respeito à aquisição de infraestrutura de recepção satelital correspondente a R\$ 25.960.380,00 e, no valor de R\$ 3.298.000,00, para contratos de aquisição de imagens. O valor referente à aquisição de infraestrutura de recepção satelital não foi executado neste exercício.

Com isso, alguns fatores foram preponderantes na análise da execução das metas físico-financeiras, dentre eles citamos a redução de recursos humanos disponíveis e o descontingenciamento tardio dos recursos. No que tange a questão de pessoal, em 2016, além da não concretização do concurso público já solicitado, porém não realizado, a situação foi agravada pela extinção de cargos e pela exoneração e não contratação de servidores, ação relacionada às metas do Governo Federal de redução de pessoal em cargos de confiança (DAS), tanto na área gerencial quanto operacional, principalmente no segundo semestre, dificultando a reação do órgão em relação à preparação dos projetos para recebimento dos recursos.

Mesmo assim, o percentual de liquidação/pagamento do orçamento anual apresentou uma melhora, onde o pagamento em relação à dotação na PLOA foi 29,65% em 2015 e 33,52% em 2016.

3.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos

Tabela 6 - Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ:	07.129.796/0001-26					
UG/GESTÃO:	110551/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0			
Contrato de Repasse	0	0	0			
Termo de Cooperação / TED	0	1	5	11.997.988,88	12.770.323,10	1.264.839,73
Termo de Compromisso	0	0	0			
Totais	0	1	5	11.997.988,88	12.770.323,10	1.264.839,73

Fonte: Siafi Operacional

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO/TED E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Não houve registro de comprovação da execução pelos órgãos beneficiados pela descentralização de recursos no exercício de referência do relatório de gestão (2016). Os instrumentos celebrados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, tomando-se como referência a data de 31/12/2016, estavam dentro do prazo de vigência, e não foram apresentadas as suas prestações de contas finais.

SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Não houve registro de comprovação da execução pelos órgãos beneficiados pela descentralização de recursos no exercício de referência do relatório de gestão (2016).

PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

Não houve registro de comprovação da execução pelos órgãos beneficiados pela descentralização de recursos no exercício de referência do relatório de gestão (2016). Os instrumentos celebrados nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, tomando-se como referência a data de 31/12/2016, estavam dentro do prazo de vigência, e não foram apresentadas as suas prestações de contas finais.

Tabela 7 - Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência

Posição em 31.12.2016

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
CNPJ: 07.129.796/0001-26					UG/GESTÃO: 110511/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	674031	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS/SAF/ANA	535.317,48		0	535.317,48	19/SET/2012	18/SET/2017	1
5	678770	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	67.310,03		0	70.312,50	13/FEV/2014	12/FEV/2019	1
5	680690	443003 GERENCIA DE ORCAMENTO E FINANÇAS/SAF/ANA	2.454.373,05		883.750,45	2.454.373,05	19/SET/2012	18/SET/2017	1
5	682151	153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.300.034,02		396.234,67	1.300.034,02	14/NOV/2014	13/NOV/2017	1
5	682255	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	139.117,86		0	139.117,86	14/NOV/2014	13/AGO/2016	4
5	682494	153115 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	4.000.000,00		0	4.000.000,00	16/DEZ/2014	15/DEZ/2017	1
5	682509	120094 QUARTO CENTRO INT. DEF. AEREA CONTR.TFG.AEREO	5.424.369,12		1.081.199,33	5.424.369,12	15/SET/2014	14/SET/2019	1
5	685210	495001 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	19.237.370,65		2.698.352,00	19.237.370,65	17/NOV/2015	16/NOV/2019	1

<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio</p> <p>2 - Contrato de Repasse</p> <p>3 - Termo de Cooperação</p> <p>4 - Termo de Compromisso</p> <p>5 – Termo de Execução Descentralizada</p>	<p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente</p> <p>2 - Inadimplente</p> <p>3 - Inadimplência Suspensa</p> <p>4 - Concluído</p>	<p>5 - Excluído</p> <p>6 - Rescindido</p> <p>7 – Arquivado</p>
---	--	--

ANÁLISE CRÍTICA

Instrumento nº 674031 e 680690: Termo de Cooperação que celebram a ANA, o MCTI, a AEB, o CNPq, o MD e o CENSIPAM com o objeto de regular a administração e o rateio de despesas do Complexo Administrativo situado no Setor Policial Sul - SPO. Esta cooperação é bem salutar para a administração pública, considerando que todas as despesas comuns são rateadas entre os partícipes, como limpeza, segurança, brigadista, entre outros, proporcionando grande economia de recursos para todos os órgãos, à luz dos princípios de economicidade e efetividade na gestão da cooperação. Não houve inadimplência na transferência dos recursos financeiros por parte do Censipam.

Instrumento nº 678770: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto a Gestão e Manutenção da Rede Metropolitana de Pesquisa Metrobel. Esta rede proporciona ao Centro Regional de Belém internet em banda larga de alta velocidade, facilitando os trabalhos desenvolvidos pela área operacional. Pelo fato de a parceria ser administrada como um consórcio, sempre que mais membros venham a aderir à Rede Metrobel, o valor anual de descentralizada é reduzido, fato este que vem sendo observado durante os anos de vigência do instrumento, demonstrando a efetividade de sua utilização. A transferência dos recursos financeiros é feita em uma única parcela anual e não houve inadimplência por parte do Censipam.

Instrumento nº 682151: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRN, tendo como objeto o Desenvolvimento de Estudos em Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Pública dos Sistemas SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIGAdmin - Sistema Integrado de Administração e Comunicação. Os aplicativos gerados estão sendo instalados nas áreas correspondentes e facilitaram a gestão pública, demonstrando a efetividade da aplicação dos recursos. A UFPA presta todo apoio técnico e a manutenção evolutiva dos sistemas. Não ocorreu atraso na descentralização dos recursos por parte do Censipam.

Instrumento nº 682255: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto a Implantação de Modelo de Gestão de Competência no âmbito do Censipam. Os trabalhos foram concluídos no ano de 2016, e os resultados apresentados à Diretoria-Geral do Censipam. Não houve descentralização de crédito no exercício de 2016.

Instrumento nº 682494: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRJ, tendo como objeto a estruturação de ações especializadas definidas por meio de estudos técnico-científicos para a estruturação de ações especializadas relacionadas com as atividades executadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia, relacionados a "Estudos das Potencialidades do Projeto de Cartografia da Amazônia", "Estudos e Monitoramento das Mudanças do Clima" e, "Modelo Logístico para Sustentação da Arquitetura Tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia". O custo total do TED é da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que deverá ser repassado à UFRJ em parcelas anuais, durante a vigência dos 36 meses. Considerando que os trabalhos apresentados pelo UFRJ não estavam atendendo às expectativas qualitativas em relação aos produtos esperados, o Censipam não efetuou o repasse previsto para o exercício de 2016, tendo sido solicitado à UFRJ a apresentação de um relatório parcial,

bem como melhorias nos relatórios temáticos apresentados, para a partir daí, então, decidir sobre a continuação com a parceria.

Instrumento nº 682509: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e o CINDACTA IV, tendo como objeto Disciplinar o Fornecimento e Rateio das Despesas referentes ao Consumo de Energia Elétrica Contratada junto à Empresa Amazonas Energia do Sistema Eletrobrás, para o complexo de instalações CINDACTA IV e do CR-MN. Esta parceria é necessária considerando que apenas uma subestação de energia abastece todo o complexo, possuindo apenas um medidor geral de consumo de energia elétrica. Toda energia consumida pelo CR-MN é medida e o valor enviado pelo CINDACTA IV ao Censipam, para que se proceda à descentralização dos recursos financeiros, sendo que em 2016 não houve inadimplência por parte do Censipam.

Instrumento nº 685210: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, o Departamento de Ciência e Tecnologia – DCT do Exército Brasileiro, a Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, da Marinha do Brasil, e o Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”. O Censipam é o responsável pela descentralização e controle dos recursos financeiros. Cada partícipe executa as metas previstas no respectivo ano com os recursos descentralizados. Devido aos cortes orçamentários ocorridos no ano de 2016, parte desses recursos deixou de ser descentralizado, o que levou à reestruturação do Cronograma de Execução Físico-Financeiro do Plano de Trabalho.

3.3.8. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Para cada parceria, o Diretor-Geral, por meio de portaria, nomeia servidores do Censipam, como gestor/fiscal, titular e substituto, para realizar o acompanhamento da execução do plano de trabalho e coordenação da análise da prestação de contas.

O gestor/fiscal busca, nas áreas técnicas, o suporte para análise dos documentos, produtos e serviços entregues. Em seguida, são elaboradas notas técnicas pelas áreas envolvidas (geralmente DIRAF, DITEC, DIPRO, CENTROS REGIONAIS e CGINT), que relatam sobre a conformidade da prestação de contas.

Com base nas notas técnicas das áreas, o gestor/fiscal, titular e reserva, consolida o relatório final da prestação de contas.

3.3.9. Informações sobre a realização das receitas

O balancete da UG – 110511 - Censipam/MD apresenta saldo registrado em conta de controle destinada à escrituração de receitas, conforme discriminados a seguir:

Tabela 8- Receitas Escrituradas na UG Censipam

Conta Contábil	Natureza da Receita		
8.9.9.9.1.0.08.02	16100111	SERV. ADMINISTRAT. E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	8,19
	19220111	RESTITUICAO DE CONVENIOS – PRIMARIAS - PRINCIPAL	25.700,58
	19229911	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL	945,15

	19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS - PRINCIPAL	2.050,20
	19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	8.909,02
Total			37.613,14

Conforme consulta realizada no Siafi, as referidas receitas são oriundas de fontes de recursos do Tesouro Nacional. Esses recursos não representam entrada efetiva recursos financeiros, pois são movimentados para o Tesouro Nacional.

Considerados os acordos celebrados por meio de Cessão de Uso das instalações do Censipam das unidades de Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho, pelos órgãos parceiros, os mesmos repassam recursos referentes ao rateio das despesas conforme percentual estipulado, para que o Censipam efetue o pagamento das despesas relacionadas à manutenção e funcionamento das instalações cedidas. Utiliza-se, atualmente, a celebração do instrumento denominado Termo de Execução Descentralizada, conforme previsto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Para cada instrumento celebrado é nomeado um fiscal titular e substituto.

Além dos repasses recebidos, no quadro abaixo são detalhadas também as receitas de sub-repasses recebidas para pagamento de despesas do orçamento de 2016.

Tabela 9- Descentralizações Financeiras Recebidas por Órgão Concedente

Órgão		Recebido
20101	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	960.418,63
30108	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	25.197,00
32205	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	114.103,18
44207	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	396.395,84
49000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	859.831,41
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	23.169.277,10
53000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	399.281,42
55000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO	1.389.477,80
Total		27.313.982,38

3.3.10. Demonstrativo da execução das despesas

Tabela 10 - Demonstrativo da Execução das Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa		Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		13.620.581,09	14.211.022,79	13.620.581,09	14.211.022,79
a) Convite					
b) Tomada de Preços		146.231,64		146.231,64	
c) Concorrência					
d) Pregão		13.474.349,45	14.211.022,79	13.474.349,45	14.211.022,79
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					1.696.990
2. Contratações Diretas (h+i)		9.039.669,90	8.842.559,96	9.039.669,90	8.842.559,96
h) Dispensa		4.172.119,33	4.171.209	3.921.896,24	4.112.274
i) Inexigibilidade		4.867.550,57	4.262.539	4.920.663,72	4.139.779
3. Regime de Execução Especial		60.835,50	96.560,91	60.835,50	96.560,91

j) Suprimento de Fundos	60.835,50	96.560,91	60.835,50	96.560,91
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.695.694,03	3.880.593,40	3.695.694,03	3.880.593,40
k) Pagamento em Folha	3.514.472,21	3.487.442,78	3.514.472,21	3.487.442,78
l) Diárias	181.221,82	393.150,62	181.221,82	393.150,62
5. Outros (Não se aplica)	221.355,89	257.843,94	221.355,89	257.843,94
6. Total (1+2+3+4+5)	26.638.136,41	27.288.581,00	26.638.136,41	27.288.581,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Tabela 11- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Grupo de Despesa / Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Inscritas em RPNP		Despesas Pagas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ressarcimento despesa de pessoal requisitado	3.869.131,19	3.632.573,61	3.514.472,21	3.487.442,78	354.658,98	145.130,83	3.514.472,21	3.487.442,78
Despesas de pessoal	3.869.131,19	3.632.573,61	3.514.472,21	3.487.442,78	354.658,98	145.130,83	3.514.472,21	3.487.442,78
Diárias- pessoal Civil	113.547,33	190.095,95	113.547,33	190.095,95	-	-	113.547,33	190.095,95
Diárias - pessoal militar	67.674,49	203.054,67	67.674,49	203.054,67	-	-	67.674,49	203.054,67
Material de consumo	407.081,87	1.065.039,33	166.550,20	256.119,75	240.531,67	808.919,58	166.550,20	256.119,75
Passagens e despesas com locomoção	135.105,12	289.372,30	113.883,97	277.452,42	21.221,15	11.919,88	113.883,97	277.452,42
Locação de Mão-de-obra	10.379.775,67	9.224.223,20	10.237.126,62	9.094.009,38	142.649,05	130.213,82	10.237.126,62	9.094.009,38
Outros serviços de terceiros PJ - Op. Int. Orc.	15.856.020,81	24.207.654,80	11.340.192,84	11.988.951,06	4.515.827,97	12.218.703,74	11.340.192,84	11.988.951,06
Obrigações Tributárias e contributivas	24.362,33	5.301,24	24.362,33	5.301,24	-	-	24.362,33	5.301,24
Despesas de exercícios anteriores	638.285,47	868.461,23	638.285,47	863.280,45	-	5.180,78	638.285,47	863.280,45
Idenizações de Restituições	24.231,98	137.624,79	24.231,98	137.624,79	-	-	24.231,98	137.624,79
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	82.437,43	-	52.986,33		29.451,10	-	52.986,33	-
Outras Despesas Correntes	27.728.522,50	36.190.827,51	22.778.841,56	23.015.889,71	4.949.680,94	13.174.937,80	22.778.841,56	23.015.889,71
Outros serviços de terceiros PJ- Op. Int. orc.	-	2.709.762,85	-	132.849,00	-	2.576.913,85	-	132.849,00

Equipamentos e material permanente	1.409.606,60	3.185.549,55	198.591,00	652.399,51	1.211.015,60	2.533.150,04	198.591,00	652.399,51
Despesas de exercícios anteriores	146.231,64	-	146.231,64			-	146.231,64	
Investimentos	1.555.838,24	5.895.312,40	344.822,64	785.248,51	1.211.015,60	5.110.063,89	344.822,64	785.248,51
Total	33.153.491,93	45.718.713,52	26.638.136,41	27.288.581,00	6.515.355,52	18.430.132,52	26.638.136,41	27.288.581,00

O percentual das despesas liquidadas em 2016 teve um decréscimo com relação ao exercício anterior, devido ao atraso na aprovação dos recursos da LOA que impactaram diretamente na definição dos projetos finalísticos, refletindo consideravelmente no andamento das licitações, que em grande maioria, findaram entre o terceiro e quarto trimestre do exercício de 2016.

A maioria das despesas por dispensa de licitação referem-se aos gastos com energia elétrica, cujas contratações encontram-se amparadas no Art. 24, inc. 22, da Lei 8.666/93.

Quanto às despesas por Inexigibilidade, grande parte se reporta aos gastos vinculados ao plano orçamentário 0004 – Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação e Sensores, referentes a contratação de cessão de capacidade espacial em satélite para comunicações digitais.

As despesas do grupo 1- Despesas de Pessoal referem-se aos ressarcimentos realizados aos órgãos que cederam servidores, com a finalidade de tornar mais robusta a força de trabalho do Censipam.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, os gastos se mantiveram estáveis, decorrentes dos esforços de não aumentar o valor dos serviços contratados. Assim como no exercício anterior, houve repactuações dos contratos que atenderam as alterações previstas em convenções coletivas da categoria.

Já em relação ao grupo 4 – Investimentos, ocorreu forte declínio das despesas liquidadas nesse grupo de despesa.

3.3.11. Obrigações Assumidas Sem Respectivo Crédito Autorizado No Orçamento

O Censipam reconheceu dívidas de exercícios anteriores no montante de R\$ 784.517,11 observando o que rege a legislação.

Os pagamentos de despesas decorrentes de reconhecimento de dívidas impactam, dentre outras, a conta contábil 2.1.3.1.1.04.00 - CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS, a qual “registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços, quando a empresa contratada for domiciliada no Brasil, mesmo que essa contratação seja por uma UG no exterior”.

Também há registro na conta contábil 6.2.2.9.2.01.04 - EMPENHOS PAGOS, a qual “registra o montante dos valores pagos, controlados por nota de empenho”.

No entanto, para identificar os pagamentos efetuados aos credores decorrentes de reconhecimento de dívidas, é necessário observar os pagamentos classificados no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, que trata de despesas orçamentárias com o cumprimento do prescrito no art. 37 da Lei no 4.320/1964, que assim dispõe:

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”

Nos casos específicos de cada credor favorecido por pagamento decorrente de reconhecimento de dívidas, podem ser consultados os lançamentos contábeis gerados a partir dos documentos por meios dos quais forem feitos esses pagamentos.

Tabela 12- Reconhecimento de Dívidas

FAVORECIDO – CNPJ / UG		NATUREZA OBRIGAÇÃO / CONTRATO	MOTIVO RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
33373325000179	ARAUJO ABREU ENGENHARIA S/A	Serv. Manutenção preventiva – Contrato 17/2007	repactuação contratual	28/9/2016	70.847,53	70.847,53
84030964000172	ARCHITECH CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA	Elaboração de projetos básicos e executivo – Contrato 17/2014	cancelamento de empenho de RP	3/11/2016	146.231,64	146.231,64
02961711000158	ASC - SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA	Serviços de limpeza e conservação – Contrato 53/2014	repactuação contratual	5/2/2016	3.105,74	3.105,74
40432544000147	CLARO S.A.	Serv. UNV rede única dados MPLS – Contrato 25/2009	término de vigência contratual	21/6/2016	131.946,88	131.946,88
		Serv. Telefonia – Contrato 31/2014	término de vigência contratual	23/12/2016	6.451,50	6.451,50
03591509000144	DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	Mnt. Preventiva – Contrato 08/2014	repactuação contratual	16/8/2016	19.885,80	19.885,80
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC. ORC. FINANC.	Serv. Publicidade legal - TC N° 01/2014	exercício anterior	26/9/2016	7.471,02	7.471,02
67393181000134	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMERCIO LTDA	Suporte técnico e fornecimento de novas licenças arcGIS – Contrato 36/2012	término de vigência contratual	31/3/2016	266.667,00	266.667,00
09134888000120	IMPERIAL RONDONIA FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUM	Serv. Office boy - Contrato 10/2013	repactuação contratual	28/1/2016	2.179,98	2.179,98
		Serv. Limpeza e conservação CR-PV – Contrato 55/2014	repactuação contratual	28/1/2016	35.466,42	35.466,42
03430070000178	LOGICTEL S.A.	Mnt. De transmissores BUC 4W – Contrato 27/2014	saldo inscrito em RPNP cancelado	7/6/2016	82.494,72	82.494,72
13692251000126	RIZZA & ARAUJO AUTO CENTRO LTDA - ME	Serv. Manutenção de veículos – Contrato 24/2014	término de vigência contratual	5/4/2016	11.484,89	11.484,89
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	Serv. Telefonia móvel – Contrato 31/2019	término de vigência contratual	03/06/2016 a 05/08/2016	283,99	283,99
TOTAL					784.517,11	784.517,11

3.4. Desempenho Operacional

O desempenho operacional do Censipam é mensurado por meio de indicadores operacionais, de gestão, de projetos, além do monitoramento do Plano Plurianual e do acompanhamento das metas físicas e financeiras orçamentárias. A análise detalhada do acompanhamento orçamentário e do monitoramento dos indicadores do Plano Plurianual consta do item 4.3 - Desempenho Orçamentário -, deste relatório, já a parte dos indicadores de desempenho está analisada no subitem “Apresentação e Análise dos Indicadores de Desempenho”.

3.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

A análise de desempenho do CENSIPAM vem sendo estruturada desde 2015, conforme três fases. Na primeira fase, houve a introdução, no relatório de gestão, do rol de

indicadores operacionais, que permitem aferir, de forma global, o quão o SIPAM está operacional.

Na fase seguinte, o CENSIPAM começou a construir os **indicadores de gestão**, que permitem integrar o desempenho gerencial com as metas institucionais, bem como os objetivos estratégicos da instituição, conformando, também, com os objetivos do Plano Plurianual em vigor.

Por fim, na última fase, ao lado da manutenção dos indicadores operacionais, a série de dados de cálculo dos indicadores de gestão começou a ser computada. Ao lado desses, foram elaborados, para serem calculados a partir de 2017, os **indicadores de projeto**, que sinalizam o desempenho de projetos específicos do CENSIPAM relacionados com sensoriamento remoto e cartografia.

A classe de **indicadores operacionais** abrange os dois principais eixos que sustentam o SIPAM em termos de infraestrutura e operação, isto é:

- A conectividade (satélite, antenas e aparatos tecnológicos correspondentes), que determina três indicadores, a saber: disponibilidade da infraestrutura satelital (conforme esclarecimentos da DITEC, em 2016, foi trocada a solução de *firewall* e *proxy* do CENSIPAM, impossibilitando a permanência do indicador de disponibilidade da infraestrutura satelital, que foi, por ora, descontinuado), operacionalidade do parque de antenas e modernização da infraestrutura;

- Sensoriamento remoto e produtos de clima e tempo, que determinam dois indicadores: meteorologia, clima e hidrometeorologia e análise da dinâmica de uso e ocupação.

A classe dos **indicadores de gestão** foi dividida em áreas de modo a representar os objetivos do SIPAM, a fim de aferir o quão o seu operador está desempenhando suas metas, em diferentes níveis, de acordo com os recursos disponíveis, envolvendo, neste caso, eficiência e efetividade.

A seguir, é apresentado um panorama a com a situação de implantação de cada indicador.

Tabela 13 - Situação dos Indicadores de Gestão

INDICADOR	PERIODICIDADE	SITUAÇÃO
INTEGRAÇÃO		
Cumprimento de metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	Anual	Implantado
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals (VSAT)</i> . Cálculo: $\text{Peso1} \times (\text{ativo}/(\text{ativo} + \text{inativo})) + \text{Peso2} \times (\text{operacional}/(\text{operacional} + \text{não operacional})) + \text{Peso3} \times (\text{ligado}/(\text{ligado} + \text{desligado}))$, onde $\text{Peso 1} + \text{Peso 2} + \text{Peso 3} = 1$	Semestral	Implantado, mas falta definição dos pesos.
Gestão de chamados (<i>help desk</i>). Cálculo: $\text{Total de chamados atendidos (resolvidos)}/\text{Total de chamados}$. Global, apenas VSAT e apenas em assuntos de infraestrutura e serviços da rede corporativa (por centro e sede)	Mensal	Em fase de implantação

Disponibilidade e desempenho da rede (global, por centro e sede). Velocidade de <i>download</i> da demanda de pico e de vale e Velocidade de <i>upload</i> da demanda de pico e de vale	Média mensal	Implantado
Atualização e evolução da tecnologia do SIPAM. Recursos liquidados em compras e serviços	Anual	Implantado em parte
Densidade de <i>VSAT</i> . Quantidade de <i>VSAT</i> /área de florestas, Quantidade de <i>VSAT</i> /área de não floresta, Quantidade de <i>VSAT</i> /(área de floresta + área de não floresta) e Quantidade de <i>VSAT</i> para cada fim Amazônia Legal (predominante) (segurança e proteção ambiental, meteorologia, ordenamento territorial, pesquisa, outros fins)	Anual	Implantado em parte
PRODUÇÃO, AVALIAÇÃO E DIFUSÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES		
Produção científica e fomento SIPAM. $\text{Peso1} \times \text{número de trabalhos científicos publicados} + \text{Peso2} \times \text{número de trabalhos científicos garantidos pelo CENSIPAM}$, $P1 + P2 = 1$, Dispêndio total com capacitação (exceto áreas administrativa, gerencial e operacional) e Total de capacitados (exceto áreas administrativa, gerencial e operacional)	Anual	Em fase de implantação
Cooperação. Número de cooperações firmadas e Número de cooperações concluídas sem aditivo de tempo ou recursos	Anual	Implantado em parte
Articulação. Número de municípios da Amazônia Legal contemplados com ações/total de municípios, Evolução do vazio cartográfico, Imageamento de áreas de não-florestas e Número de bacias da Amazônia Legal monitoradas	Anual	Implantado
RECURSOS		
Força de trabalho. Número de estagiários/Número de não-estagiários (por centros regionais e sede), Número de servidores do quadro próprio em exercício/Número de servidores em exercício, Número de terceirizados/Número de servidores em exercício, Distribuição de servidores (por centros e sede), Dispêndio total em capacitação (exceto área de inteligência, técnica e de	Anual	Implantado em parte

comunicação), Total de capacitados (exceto área de inteligência, técnica e de comunicação) e Alcance de ações do Programa Qualidade de Vida		
Compras e contratos. Tempo e quantidade das licitações, Número de viaturas paralisadas/Número de viaturas (centros regionais, mensal), Dispêndio com energia elétrica ao mês (global e distribuído), Quantidade de participantes por modalidade de licitação por certame, Número de aditivos de valor e Número de aditivos de tempo	Anual	Em fase de implantação
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
Valor total empenhado/Valor total do limite orçamentário (anual, fonte 100)	Anual	Implantado em parte
Valor total liquidado/Valor total do limite orçamentário (anual, fonte 100)	Anual	Implantado em parte
Média dos Percentuais do PPA (anual, 2012-2015: ações; 2016-2019: iniciativas)	Anual	Em fase de implantação
Número de participação em operações	Anual	Implantado
Pistas aéreas monitoradas	Anual	Implantado
Valor total liquidado/Valor total disponibilizado (anual, fonte não 100)	Anual	Implantado
Ativação do SIPAM. Avaliação de formulário de demanda (tempestividade, grau de aderência e utilidade) e quantidade de produto do projeto garantido pela VSAT	Anual	Em fase de implantação

Além dos indicadores do Quadro, havia um conjunto relacionado à comunicação social, que foram abandonados, em face da desmontagem, com a recente extinção de cargos, da área de comunicação social própria do CENSIPAM, a qual foi transferida para a Secretaria Geral do Ministério da Defesa. Essa parte envolvia desempenho em redes sociais, relacionamento com o cidadão e aplicação da LAI.

Finalmente, os **indicadores de projeto**, que passam a iniciar a série em 2017, são os citados logo adiante. Esses indicadores refletem a inserção do CENSIPAM em metas e objetivos do Plano Plurianual em vigor em correspondência com o objetivo estratégico 3 da Secretaria Geral do Ministério da Defesa, para o qual o CENSIPAM contribui, isto é, o de “*aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira*” (OSG3):

- Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital (IOSipamSAR), calculado da seguinte forma:

$$\text{IOSipamSAR} = \left\{ \left[\frac{\text{Área anual imageada em km}^2}{\text{meta anual da área imageada em Km}^2} \right] \times \left[\frac{\text{visitas anuais do satélite na mesma área de interesse}}{\text{meta anual de visitas do satélite na}} \right] \right\}$$

mesma área de interesse) x 0,5] + [(capacitação anual realizada / meta anual de capacitação) x 0.1] + [(percentual anual de infraestrutura instalada / meta anual de infraestrutura instalada) 0,4]}.

Trata-se de um indicador de eficácia que se destina a mensurar a evolução operacional da implantação do projeto SipamSAR com base nos seguintes pilares: capacitação de recursos humanos; instalação de infraestrutura de recepção de imagens de satélite; e da operação, que envolve o processamento, catalogação, análise e interpretação de imagens para identificação do desmatamento. Está diretamente associado ao Objetivo PPA 1069/Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.

- Índice de Cartografia da Amazônia (ICA), calculado da seguinte forma:
ICA= (Área anual mapeada em km² / meta anual da área mapeada em Km²) x 100.

Trata-se de um indicador de eficácia que se destina a mensurar o desempenho do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA). O PCA visa atingir ao final de 2019, 1.800.000 de km² de cartografia terrestre da região amazônica, cabendo ressaltar que já foram mapeados 1.355.400 km². Portanto, restam ser cartografados 444.600 km² de área terrestre cartografada. Esses dois indicadores de projeto, porém, embora já definidos, somente terão medições a partir de 2017.

3.5.1. Indicadores Operacionais

O QUADRO apresenta os indicadores operacionais relativos a 2016. Subsequentemente, é apresentada uma análise a respeito de cada um deles.

A DITEC, responsável pelas informações, trocou a solução de *firewall* e *proxy* do CENSIPAM, impossibilitando a permanência do indicador de disponibilidade da infraestrutura satelital, que foi, por ora, descontinuado.

Tabela 14- Indicadores De Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Operacionalidade do parque de antenas	93%	90%	84,5%	Mensal	Consulta da operacionalidade das antenas através do Portal de Informações de Manutenção
Modernização da Infraestrutura	59%	75%	68%	Mensal	Média da razão entre idade de cada equipamento (patrimonial) e a vida útil/tecnológica esperada do mesmo (estimativa técnica de substituição/atualização do equipamento)
Meteorologia, Clima e Hidro meteorologia	Número de boletins, alertas e previsões (39.312)	39312 Und./ano	273.680 Und	Anual	Soma do número de boletins, alertas e previsões por dia.
Análise da	Área	6.000.000	6.839.283	Anual	Soma da área das

dinâmica de uso e ocupação	territorial processada e analisada 6.000.000 km ²	km ² /ano	km ²		imagens de sensoriamento remoto aéreo e orbital processadas e analisadas no período
----------------------------	--	----------------------	-----------------	--	---

- Indicador de operacionalidade do parque de antenas: este indicador está fortemente ligado à capacidade da equipe de manutenção em bem realizar sua missão. No entanto, ao contrário do contrato de mais de R\$ 18 milhões/ano que mantinha o parque de antenas em campo (até 2007), a equipe própria do Censipam e de órgãos parceiros, demanda recursos de diárias, passagens, material, serviços locais (suprimento de fundos), manutenção/renovação de viaturas, que somados não ultrapassam R\$ 1 milhão/ano, **representando uma economia de mais de 94%**. O não atingimento da meta deste indicador deveu-se à limitação de gasto em diárias e passagens e ao quantitativo insuficiente de servidores para realizar a manutenção. Ambas causas impactam a quantidade e frequência de missões de campo de manutenção, além da liberação tardia dos recursos, que fez com que as missões não ocorressem na frequência necessária em 60% do ano. A partir de setembro, com a efetiva liberação de recursos e também com o apoio dos órgãos parceiros, obteve-se percentual de operacionalidade mensal acima de 90%. Pelo exposto, é digno de nota que diversos terminais ficaram indisponíveis por semanas, até que puderam ser operacionalizados pelos técnicos.

- Indicador de modernização da infraestrutura: esse indicador é baseado na evolução e atualização da parcela tecnológica do patrimônio do Censipam, portanto é fortemente ligado à capacidade de conclusão de projetos de ampliação e modernização da infraestrutura tecnológica. O atingimento parcial da meta (90,67%), deveu-se à exoneração, em agosto de 2016, de praticamente toda a equipe de gestão da área administrativa, sem recomposição no período, o que impactou diretamente todos os processos de aquisição e contratação de serviços em andamento. A requisição de servidores da área de TIC também impactou nos processos por eles conduzidos, uma vez que o quantitativo de pessoal existente (cerca de 25% do efetivo previsto de servidores da carreira de C&T da área de TIC) é insuficiente para a realização das atividades de rotina e dos projetos.

No que se refere aos dois outros indicadores operacionais (sensoriamento remoto e clima e tempo), a meta foi superada múltiplas vezes no caso de produção de boletins e foi superada em quase 14%.

Esses dois últimos indicadores são calculados de forma mais simples do que os dois primeiros. O indicador operacional de meteorologia, clima e hidrometeorologia corresponde à soma do número de boletins, alertas e previsões por dia. O de análise da dinâmica de uso e ocupação à soma da área das imagens de sensoriamento remoto aéreo e orbital processadas e analisadas no período.

Isso não acontece com os dois primeiros, relacionados com a conectividade. Por isso, são detalhados à parte, a seguir.

Indicador de Operacionalidade do Parque de Antenas

A gerência da HUB (equipamento central de gestão do sistema satelital de comunicação VSAT) possui um software de gestão do sistema, o NMS. O NMS controla todas as VSAT ligadas à HUB, e tem informações sobre a disponibilidade de cada uma das estações.

O PIM é um portal de informações de manutenção, desenvolvido pela equipe do Censipam, e uma das tarefas inclusas no PIM é a obtenção diária do status (operacional ou

não operacional) de cada VSAT diretamente do NMS. Essa informação é armazenada no PIM e então disponibilizada para a equipe de manutenção.

A equipe de manutenção rotineiramente faz análise das informações coletadas e julga se a estação realmente está não operacional, operacional ou desligada, e registrando o status definitivo no PIM.

A razão entre as VSAT operacionais e a soma das VSAT operacionais e não operacionais, dá o percentual de operacionalidade do parque de antenas:

$$O_{VSAT} = \frac{V_{Op}}{V_{Op} + V_{NOp}}, \text{ onde:}$$

O_{VSAT} é o indicador de operacionalidade do parque de antenas

V_{Op} é a quantidade de VSAT operacionais

V_{NOp} é a quantidade de VSAT não operacionais (com defeito)

OBSERVAÇÃO: as VSAT desligadas (por opção do usuário por não desejar mais utilizar o equipamento) não fazem parte do cálculo, pois são consideradas apenas para efeito logístico, ou seja, um equipamento que deve ser desmontado e retirado pela equipe de manutenção de campo o mais rápido possível.

Este indicador existe no Censipam há mais de 6 anos, no entanto, o novo PIM que foi desenvolvido pela equipe do Censipam foi implantado em 2014. Através dessa abordagem semiautomatizada, busca-se um indicador mais efetivo, transparente e acessível.

A única fonte de dados utilizada é a própria interface do PIM com as leituras de operacionalidade de cada VSAT. Periodicamente a equipe de manutenção atualiza o status das VSAT utilizando a informação constante das leituras.

Qualquer servidor habilitado pode verificar as leituras no PIM, no entanto, a decisão de atualizar o status definitivo da VSAT compete à Coordenação Geral de Manutenção Técnica, pois essa decisão tem impactos técnicos, administrativos e logísticos. O sistema PIM, com a informação do indicador na tela inicial, é disponível a todos os servidores habilitados a utilizar o referido sistema.

Este indicador foi estabelecido no ano de 2008, no entanto a forma de cálculo dele sofreu alterações ao longo dos anos, pois as VSAT desligadas eram consideradas inicialmente como não operacionais, depois como operacionais e, finalmente em 2014, desconsiderada para todos os fins exceto logísticos. Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflita a real operacionalidade do parque, pois se um usuário decide não mais utilizar a estação e a mantém desligada por sua própria vontade, essa estação não pode ser considerada nem operacional, nem não operacional, pois se trata de um caso apenas de retirada imediata do equipamento para disponibilização a outro órgão parceiro que realmente possa fazer uso do sistema.

O PIM é um sistema informatizado de monitoramento do indicador, porém as metas não são monitoradas de forma informatizada. O registro do indicador é feito mensalmente em planilhas para acompanhamento do indicador e das metas.

A meta foi estabelecida levando em consideração a importância do sistema para as atividades do Censipam e dos órgãos parceiros na região Amazônica, as condições atmosféricas e climáticas da região e a extrema dificuldade de manutenção e de logística, além da reduzida equipe para realizar as manutenções.

A Coordenação Geral de Manutenção monitora constantemente as VSAT não operacionais e desligadas, realizando missões de manutenção de campo assim que possível para operacionalização ou retirada, conforme o caso, dos equipamentos. O indicador é utilizado como parâmetro de eficiência e ações de gestão são realizadas nos Centros Regionais quando se verifica quedas expressivas do indicador.

O indicador é utilizado como referência para manutenção de campo, sendo que decisões gerenciais específicas são tomadas assim que é verificada variação acentuada do indicador (indisponibilidades das VSAT), com planejamento da missão de campo e execução da mesma, buscando promover o atingimento da meta. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais ligadas ao indicador. O indicador foi adotado em 2014.

Tabela 15 - Indicador Operacionalidade do Parque de Antenas

Operacionalidade do parque de antenas (%) (periodicidade mensal)															
Ano	Ref	Prev	Obs*	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2014	93	85	94,9	93	90	87	76	71	71	70	70	87	85	85	94,9
2015	93	85	87,6	91,4	85,8	92,9	91,3	86	86,6	83,9	79,5	83,8	88,2	90,2	91,3
2016	93	85	84,5	88,8	84,6	79,4	81,5	77,2	81,9	83,1	71,0	91,4	91,3	90,7	92,5

* até 2014, o valor observado (Obs) era o medido no mês de Dezembro. No entanto, a partir de 2015, o valor observado (Obs) é a média das medições mensais do ano considerado.

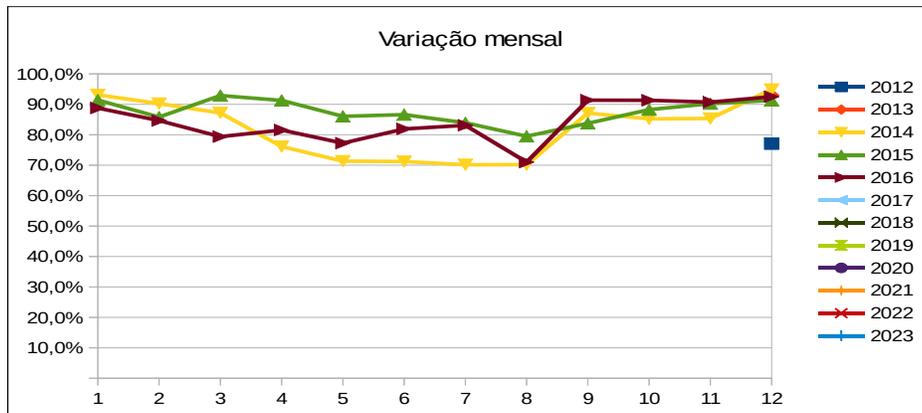


Figura 3 - Gráfico de comparação temporal do índice de operacionalidade

Indicador de Modernização da Infraestrutura

A infraestrutura de TIC e de sensores do Censipam é extensa, complexa, de alto custo e distribuída nos centros regionais e de coordenação-geral do Censipam e por toda região amazônica.

Pelas características próprias desses equipamentos, além da característica mais marcante da tecnologia atual, que é a rápida obsolescência, modernizações contínuas são necessárias para mantê-los atualizados e cumprindo o fim a que se destinam.

Para auxiliar no monitoramento da modernização, foi elaborada uma planilha que é alimentada pelo setor de patrimônio do Censipam, através de uma relação dos bens permanentes fornecida através do sistema SIADS com as seguintes informações relevantes: NÚMERO DE PATRIMÔNIO, CÓDIGO SIADS, DESCRIÇÃO DO MATERIAL, DATA e VALOR.

O NÚMERO DE PATRIMÔNIO é um número único para cada item permanente, e o identifica exclusivamente. O CÓDIGO SIADS é um número que reflete o agrupamento de itens de um mesmo tipo (porém sem muita generalização), portanto a relação fornecida contém diversos itens com o mesmo CÓDIGO SIADS. A DATA reflete a data de tombamento no Censipam (e não a de aquisição ou de primeiro tombamento), e o VALOR reflete o valor de tombamento.

Uma premissa para a elaboração da planilha é que a infraestrutura fosse priorizada conforme a importância e/ou criticidade dos itens. Portanto foram estabelecidos 7 conjuntos genéricos, cada conjunto com um peso específico, conforme a importância ou criticidade de modernização:

Tabela 16 - Conjuntos de tipos de equipamentos com peso específico para média

CONJUNTO	DESCRIÇÃO	PESO
A	Estações de trabalho	1
B	Impressoras e scanners	1
C	Servidores, storages e backup	2
D	Infraestrutura de rede local	3
E	Infraestrutura de telecomunicações	4
F	Sensores	4
G	Áudio e vídeo	2
H	Sistemas de software	4

Com essas informações, o objetivo é estabelecer um indicador que possa efetivamente demonstrar o grau de modernização desses equipamentos. Para composição desse índice de modernização da infraestrutura, utilizou-se a data de tombamento do equipamento, a projeção de vida útil do tipo do equipamento (prazo previsto para que o item se torne completamente obsoleto ou se degrade a tal ponto de inviabilizar sua manutenção), ressaltando que não se projetou vida útil para cada item, e sim, para itens do mesmo tipo.

Apenas para exemplificar a metodologia, a tabela obtida do setor de patrimônio para 2016, possui 7.193 itens, que foram agrupados em 223 tipos SIADS para estabelecimento de vida útil e de tipo de conjunto (de A a G). Além disso, tanto o conjunto H quanto os serviços de evolução dos equipamentos (upgrade) são lançados manualmente como forma de registrar a modernização.

Um fator importante, e que foi considerado, é que o valor do equipamento é relevante quando do cálculo de qualquer média, pois, monitores de vídeo cujo valor fica

em torno de R\$ 300,00, não podem ter o mesmo peso de servidores de alto desempenho que ultrapassam o valor de R\$ 200.000,00. Portanto, o próprio valor do equipamento foi utilizado como PESO no cálculo das médias.

Portanto, para cada grupo de tipos SIADS, calculamos o peso através dos valores de cada item contido no grupo:

$$S_t = \sum_1^n V_n$$

, onde:
S_t: peso do grupo SIADS

n: quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

V_n: o valor do item

Em seguida, calculamos a idade média dos itens dentro de cada grupo SIADS:

$$I_t = \frac{\sum_1^n (H - P_n) V_n}{S_t}$$

, onde:

I_t: idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

n: quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

H: data de hoje ou a data no tempo em que se quer verificar o índice

P_n: data de entrada do item no patrimônio

V_n: valor do item

S_t: peso do grupo SIADS

Calculamos então o índice de modernização para cada grupo SIADS:

$$M_t = \frac{U_i \cdot 365,4 - I_t}{U_i \cdot 365,4}$$

, onde:

M_t: índice de modernização do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

U_i: expectativa de vida útil do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

I_t: idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

Estabelecidos os índices de modernização para cada grupo SIADS, passamos a agrupá-los nos conjuntos de “A” a “G” conforme tabela 1.

Para cada conjunto é realizada uma média de modernização (*M_a* até *M_g*):

$$M_{a..g} = \frac{\sum_1^n M_t \cdot S_t}{\sum_1^n S_t}$$

, onde:

M_{a..h}: média de modernização do conjunto, realizada para os conjuntos de “a” até “g” individualmente.

n: quantidade de grupos SIADS pertencentes ao conjunto.

M_t: índice de modernização do grupo SIADS.

S_t: peso do grupo SIADS

OBSERVAÇÃO: Esclarecendo que na fórmula acima, dentro de um conjunto $M_{a..h}$ temos diversos grupos SIADS (por questões de cadastro patrimonial), portanto, o peso de cada grupo SIADS (S_i) foi utilizado novamente para equilibrar a média dos grupos SIADS dentro do conjunto. Caso contrário, todos os grupos SIADS dentro do conjunto seriam tratados igualmente e causaria incoerência em grupos contendo itens de valor muito diferente de outros.

Como resultado por conjunto, para o ano de 2016, obteve-se:

Tabela 17- Percentual de modernização em 2016, por conjuntos de tipos de equipamentos

CONJUNTO	DESCRIÇÃO	% MODERNIZAÇÃO
A	Estações de trabalho	62,41%
B	Impressoras e scanners	57,33%
C	Servidores, storages e backup	62,87%
D	Infraestrutura de rede local	77,89%
E	Infraestrutura de telecomunicações	72,41%
F	Sensores	63,70%
G	Áudio e vídeo	77,68%
H	Sistemas de software	62,03%

O cálculo do índice de modernização geral é realizado, portanto, através de uma média ponderada (com pesos estabelecidos na tabela 1):

$$M = \frac{M_a + M_b + 2 \cdot M_c + 3 \cdot M_d + 4 \cdot M_e + 4 \cdot M_f + 2 \cdot M_g + 4 \cdot M_h}{21}$$

, onde:

M : índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores do Censipam

M_a : é a média de modernização do conjunto de estações de trabalho

M_b : é a média de modernização do conjunto de impressoras e scanners

M_c : é a média de modernização do conjunto de servidores, storage e backup

M_d : é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de rede local

M_e : é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de telecomunicações

M_f : é a média de modernização do conjunto de sensores

M_g : é a média de modernização do conjunto de áudio e vídeo

M_h : é a média de modernização do conjunto de sistemas de software

Portanto, o índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores para o ano de 2016 foi de **68% (sessenta e oito por cento)**.

Este indicador foi estabelecido no ano de 2014 substituindo outro indicador que verificava a modernização de toda a infraestrutura, pois esse indicador utilizado não refletia de forma transparente, objetiva e acessível o índice de modernização.

As fontes de dados utilizadas são:

- Área de patrimônio: informações sobre os itens patrimoniais da área de tecnologia, quantitativos e a data de inclusão dos mesmos no patrimônio.
- Área técnica: Estimativa de vida útil para cada um dos tipos de itens (tipos SIADS) e informações sobre serviços de upgrade e sistemas de software.

Toda a informação obtida é incluída em uma planilha, para auxiliar nos cálculos. Uma vez incluída uma nova relação, facilmente podem ser obtidos os índices de modernização por

tipos SIADS, por conjuntos (A a H) e índice de modernização da infraestrutura. Além disso, a planilha apresenta dados intermediários, como a idade média de tipos SIADS e conjuntos, bem como o valor patrimonial de tipos SIADS e conjuntos, além de outras informações que podem auxiliar na gestão.

Qualquer servidor pode verificar a data de inclusão no patrimônio e, qualquer servidor técnico habilitado pode estimar a vida útil do equipamento. O processamento é realizado em planilha e a divulgação é realizada aos gestores de TIC.

Este indicador foi estabelecido há alguns anos, com outra forma de cálculo, pois estimava as modernizações de cada conjunto de equipamentos de forma quase subjetiva (percepção do gestor). Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflita o real índice de modernização do parque, pois a idade do equipamento e sua vida útil, são indicadores objetivos de modernização. Para 2016, foi incluído o conjunto H (sistemas de software) e incluídos gastos com upgrade de equipamentos.

Não existe, no momento, sistema informatizado para monitoramento do indicador. O lançamento é realizado em planilhas e o registro mensal do valor do indicador é realizado na mesma planilha. A modernização efetivamente realizada visa atingir a meta estabelecida, no entanto, priorizações da alta gestão e dificuldades orçamentárias e técnicas, normalmente alterar a forma de atuação e podem refletir negativamente no indicador, apesar dos esforços e investimentos.

A meta foi estabelecida calculando a situação atual e projetando um índice exequível e ao mesmo tempo desejável.

As decisões de modernização utilizam o indicador como parâmetro, porém são tomadas em razão do orçamento, equipe e prazos disponíveis. Quando o indicador apresenta desvios em relação à meta, os gestores discutem investimentos que podem ser realizados se houver orçamento disponível, ou se a meta deve ser reajustada para o ano seguinte.

O indicador é utilizado apenas como referência para decisões de modernização. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais ligadas ao indicador.

O indicador foi adotado em 2014.

Tabela 18- Indicador de Modernização da Infraestrutura (%) - periodicidade mensal

Modernização da Infraestrutura (%) (periodicidade mensal)															
Ano	Ref	Prev	Obs	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2012	Dados obtidos pelo histórico patrimonial			64	64	64	63	63	62	62	62	61	61	60	65
2013				64	64	63	63	63	62	62	61	61	60	60	59
2014	59	69	75	59	58	58	69	68	68	68	71	70	70	73	75
2015	59	75	71	74	74	73	73	72	73	72	71	71	70	70	71
2016	59	75	68	70	69	68	68	67	67	66	65	70	69	69	68

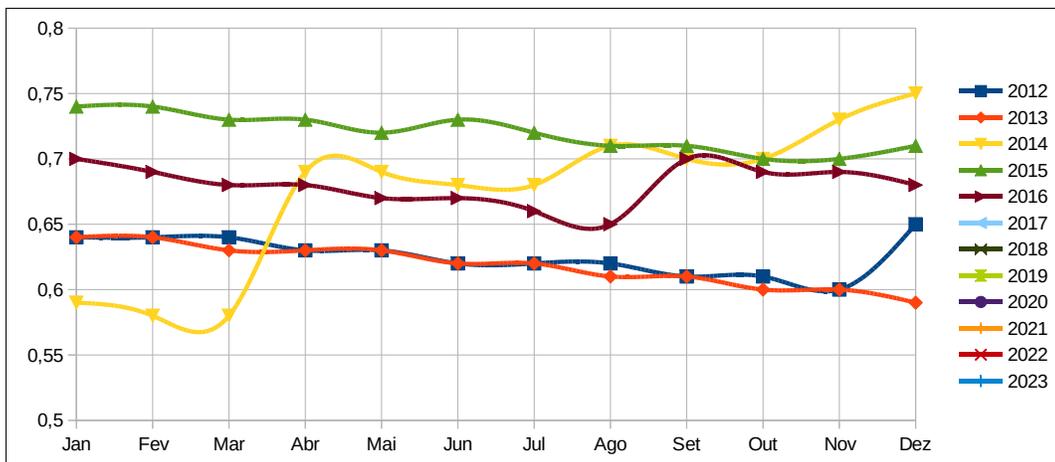


Figura 4 - Comparação Temporal do Índice de Modernização

3.5.2. Indicadores de Gestão

A tabela abaixo apresenta os valores dos indicadores de gestão de 2016.

Tabela 19 - Indicadores de Gestão De 2016

INDICADOR	VALOR	OBSERVAÇÃO
INTEGRAÇÃO		
Cumprimento de metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	48,90% das metas atingidas em 2016	O atingimento total da meta se concentrou no 2º semestre de 2016
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (VSAT)	1º semestre de 2016 = 42,4% 2º semestre de 2016 = 41,5%	<i>VSAT</i> ativas e inativas. <i>VSAT</i> ativas, no conceito da manutenção técnica do Censipam, são aquelas que estão instaladas em campo. <i>VSAT</i> inativas, no conceito da manutenção técnica do Censipam, são aquelas que um dia existiram e foram retiradas, por isso sua informação é guardada apenas como histórico. O número de <i>VSAT</i> desativadas que aguardam desmontagem e/ou recolhimento é de 82. O indicador calcula a relação entre as ativas e o total de ativas e inativas.
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (VSAT)	1º semestre de 2016 = 74,2% 2º semestre de 2016 = 92,5%	<i>VSAT</i> operacionais e não-operacionais. <i>VSAT</i> operacionais são <i>VSAT</i> em pleno funcionamento e operação. <i>VSAT</i> não-operacionais são <i>VSAT</i> que demandam intervenção da equipe técnica para restaurar seu funcionamento normal. O indicador calcula a relação entre

		operacionais e o total de operacionais e não operacionais
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals (VSAT)</i>	1º semestre de 2016 = 86,0% 2º semestre de 2016 = 92,8%	<i>VSAT</i> ligadas e desligadas. <i>VSAT</i> ligadas são as <i>VSAT</i> que estão em uso pelo órgão parceiro. <i>VSAT</i> ligadas são as <i>VSAT</i> que estão em uso pelo órgão parceiro. <i>VSAT</i> desligadas são <i>VSAT</i> que, apesar de estarem em plenas condições de funcionamento, não estão em uso e foram desligadas pelo órgão parceiro. Existem ainda 60 <i>VSAT</i> que foram bloqueadas por não atenderem os requisitos mínimos para licenciamento exigidos pela Anatel.
Disponibilidade e desempenho da rede (global, por centro e sede). Velocidade de <i>download</i> da demanda de pico e de vale e Velocidade de <i>upload</i> da demanda de pico e de vale	Vide tabela abaixo	Por problemas técnicos, o CRMN não conseguiu apurar os indicadores de internet entre Jan/16 a Jul/16.
Ativos legados em conectividade (atualização e evolução da tecnologia do SIPAM) no ano	Valor = R\$ 225.918,00 População = 25.474.365 habitantes Área = 5.016.136,3 km ² Ativos por pessoa = 0,0089 Ativos por km ² = 0,045	Considerado como legado apenas obras e infraestrutura diretamente disponibilizada na região. Considerando apenas terminais de comunicação <i>VSAT</i>
Ativos legados em sensoriamento remoto, meteorologia, hidrologia e cartografia	R\$ 1.578.381,64	Inclui serviços, recursos em capacitação e outros gastos intermediários da ação.
Serviços legados em conectividade (atualização e evolução da tecnologia do SIPAM) no ano	Valor = R\$ 5.328.659,30 População = 25.474.365 habitantes Área = 5.016.136,3 km ² Serviços por pessoa = 0,209 Serviços por km ² = 1,062	Considerado como legado apenas valor global de contratação e métrica de banda satélite
Quantidade de <i>VSAT</i> correlacionada a fins	Vide tabela abaixo	
PRODUÇÃO, AVALIAÇÃO E DIFUSÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES		
Acordos de Cooperação Técnica em vigência	13	
Termos de Execução Descentralizada em vigência	14	
Número de municípios da Amazônia Legal contemplados com ações do CENSIPAM	311	Distribuídos nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Para, Rondônia, Roraima são contemplados por ações que realizadas por projetos e atividades de Meteorologia, Hidrologia, Cartografia, Malha Viária, Amazônia SAR, Suscetibilidade e Programa de

		Monitoramento de Áreas Especiais. Obs. Não estão contabilizados os municípios dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.
Evolução do vazio cartográfico	Área imageada = 1.350.000 km ² Área processada = 1.200.000 km ²	Foram realizados 150. 000 km ² de aerolevantamentos em 2016 , relativos a área do estado do Amapá.
Número de bacias da Amazônia Legal monitoradas	9 bacias	6 bacias urbanas localizadas nos municípios de Belém, Marabá, Santarém, Óbidos, Manaus e Porto Velho para Previsão hidrológica de curto prazo. 3 grandes bacias que abrangem os municípios de Santarém, Óbidos e Manaus para Previsão hidrológica de longo prazo
RECURSOS		
Força de trabalho	Vide tabela abaixo	
Desempenho do Plano Anual de Capacitação	Vide tabela abaixo	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
Média percentual da execução física do Plano de Trabalho Anual definido para a área de inteligência	45 %	57 de 126 relatórios de inteligência
Média percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de inteligência (liquidado)	45,01 %	Valor empenhado: R\$ 312.438,97 (99% Exec.Fin) Valor liquidado: R\$ 142.049,04 (45% Exec.Fin)
Média percentual da execução física do Plano de Trabalho Anual definido para a área de tecnologia	37,13%	Apesar dos indicadores estarem bem balanceados entre si, com diferença de apenas 1,93% entre execução física e a financeira, o baixo índice atingido é decorrente da insuficiência de recursos humanos na área técnica, a liberação tardia de recursos e a exoneração em massa da gestão da área administrativa, sem recomposição no período, o que impactou diretamente nos projetos em andamento.
Média percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de tecnologia (liquidado)	39,05%	
Percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de produtos (apenas recursos da União)	12,74%	O baixo percentual de execução orçamentária é justificado pela perda de recursos humanos e pelo atraso na liberação de recursos financeiros.
Percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de produtos (apenas recursos da União)	3,76%	
Número de pistas contempladas por dados e informações CGINT (localização de pistas)	99	Pistas com indícios de irregularidade levantadas no ano de 2016
Número de garimpos contemplados por dados e informações da CGINT (localização de garimpos)	350	Garimpos com indícios de irregularidade levantados no ano de 2016
Número de participação em	10	Número acumulado de operações

operações de inteligência		em que o CENSIPAM participou por meio de ações da CGINT no ano de 2016
Número de pistas aéreas monitoradas (GPIS)	56.610	Número de pistas aéreas monitoradas acumuladas no ano corrente
Número de participação em operações de combate ao <i>crack</i> e outras drogas, com ênfase no narcotráfico	3	No ano de 2016 não houve eventos dessa natureza com a participação da CGINT

Obs.: Para uma interpretação fiel das informações, é necessário consultar a fonte primária dos dados, disponível nas respectivas Diretorias e Coordenação-Geral do CENSIPAM. Por outro lado, a série ainda é insuficiente para comparações.

Tabela 20 - Disponibilidade e Desempenho da Rede

Demanda de Internet	Média Mensal
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CCG)	167,46
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CCG)	84,73
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRMN)	103,40
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRMN)	54,25
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRMN)	10,70
Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRMN)	30,31
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRBE)	90,80
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRBE)	50,36
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRBE)	15,75
Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRBE)	53,71
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRPV)	34,33
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRPV)	15,45
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRPV)	9,52

Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRPV)	39,04
---	-------

Tabela 21- Quantidade de VSAT correlacionada com Fins

Aplicação da VSAT	1º Sem	2º Sem	Ano
Segurança	127	128	128
Proteção Ambiental	14	13	13
Meteorologia	17	17	17
Ordenamento Territorial	57	59	59
Pesquisa	11	12	12
Bolsa Família	169	182	182
TOTAL	395	411	411

Tabela 22- Capacitação

Dispêndio (gastos) Total com Capacitação	R\$ 34.018,40
Total de Pessoas Capacitadas	39

Tabela 23 - Alcance e Investimento e Capacitação

ALCANCE DA META FÍSICA DE SERVIDORES CAPACITADOS	% SERVIDORES CAPACITADOS EM RELAÇÃO À META FÍSICA PROGRAMADA PARA O EXERCÍCIO	108,33%
ALCANCE DA META ORÇAMENTÁRIA	% DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DISPONIBILIZADO PELA LOA	53,70%
ALCANCE DA REALIZAÇÃO DO PAC	% REALIZAÇÃO DO PAC	89%
INVESTIMENTO MÉDIO	INVESTIMENTO MÉDIO EM CAPACITAÇÃO POR SERVIDOR (INCLUINDO INSCRIÇÃO, DIÁRIAS E PASSAGENS)	R\$ 2.672,56
INVESTIMENTO MÉDIO 2	INVESTIMENTO MÉDIO EM CAPACITAÇÃO POR SERVIDOR (INCLUINDO RP)	R\$ 957,34
INVESTIMENTO MÉDIO 3	INVESTIMENTO MÉDIO EM CAPACITAÇÃO POR SERVIDOR (INSCRIÇÃO) (EXCLUINDO RP) – PO 005	R\$ 872,27

Em virtude de existir apenas um ponto na série de cada indicador, mesmo quando semestral, a análise fica prejudicada. Somente com o transcurso de ao menos mais um ano se pode traçar uma comparação entre exercícios. Por outro lado, no caso de valores

médios, por exemplo, percentual de atingimento de metas do Plano de Trabalho Anual, é necessário analisar em conjunto com a fonte de dados, disponível nas respectivas Diretorias ou Coordenação-Geral.

Em relação à análise de recursos orçamentários e financeiros, é necessário consultar o tópico correspondente deste relatório.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

4.1. Descrição das Estruturas de Governança

Instâncias da Estrutura de Governança do Consipam:

- **Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – Consipam:** instituído por meio do Decreto de 18 de Outubro de 1999, tem por finalidade estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, consoante a política nacional integrada para a Amazônia Legal. O Consipam tem a seguinte composição:

- I - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;
- II - Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa;
- III - Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;
- IV - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- V - Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional;
- VI - Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;
- VII - Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; e
- VIII - Subchefe Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O Consipam tem as seguintes competências:

- I - estabelecer diretrizes e prioridades para a condução das ações de implementação do SIPAM;
- II - estabelecer diretrizes para a integração e a difusão das informações e dos conhecimentos coletados pelo SIPAM;
- III - deliberar sobre as propostas do orçamento anual, de créditos adicionais e do plano plurianual para os programas e projetos integrantes do SIPAM;
- IV - propor medidas visando a articulação e o intercâmbio das ações do SIPAM com os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem assim com organismos não governamentais;
- V - acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações desenvolvidas pelos programas e projetos integrantes do SIPAM;
- VI - deliberar, previamente, sobre proposta de tratado, acordo, convênio ou compromisso internacional, bem como sobre a contratação de empréstimo interno e externo para os programas e projetos integrantes do SIPAM;
- VII - aprovar proposta sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito dos projetos integrantes do SIPAM; e;
- VIII - aprovar o seu regimento interno.

O Consipam realizou, desde sua criação, apenas 6 reuniões, sendo a última em 2006. Em nenhuma das reuniões, o Consipam aprovou seu próprio Regimento Interno.

Portanto, a única autoridade com competência para convocar a reunião do Consipam é o seu presidente.

Como forma de promover a ativação do Consipam, o Censipam realizou gestões para a transferência do mesmo da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa, o que resultou no inciso V, do Parágrafo único, do art. 7º da Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. No entanto, até o final do exercício, não havia sido publicado o decorrente Decreto com a nova Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, nem o novo Regimento Interno do Ministério da Defesa e do Censipam.

Como o Consipam, pela sua finalidade, é um órgão que estabelece diretrizes gerais para todo o Sistema de Proteção da Amazônia, o Censipam, dentro de sua finalidade estabelecida nos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 4.200, de 18 de abril de 2002, de suas competências estabelecidas no art. 42 do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 e, principalmente, norteadas pela finalidade do Sipam estabelecida no art. 2º do Decreto de 18 de outubro de 1999, tem promovido, desde sua criação em 2002, as ações necessárias a plena operacionalização e modernização do Sipam.

- **Comitê Gestor de Planejamento Estratégico:** instituído desde 2007 por meio da Portaria nº 28 Casa Civil/PR, de 19 de março de 2007, publicada no Boletim Interno da Presidência da República, e tendo sua última alteração em 13/02/2004. Atualmente é composto pelo Diretor-Geral, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Produtos, Diretor Técnico, Assessora de Comunicação Social, Coordenador-Geral de Integração Institucional, Coordenador-Geral de Inteligência, Chefe de Gabinete e pelos Gerentes Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.

O Comitê tem por atribuição:

- I - Coordenar e elaborar o planejamento estratégico;
- II - Dar publicidade a todo órgão sobre as definições e diretrizes estratégicas;
- III - Disseminar e incentivar a cultura de excelência no órgão;
- IV - Criar as condições de implementação do planejamento estratégico em todo o órgão em todos os seus níveis;
- V - Monitorar e avaliar continuamente o desempenho e os resultados do planejamento estratégico; e
- VI - Adotar e apoiar medidas corretivas e de ajuste constante do planejamento estratégico.

- **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – CTIC:** instituído pela Portaria nº 1.696/CENSIPAM/MD, de 22 de junho de 2011, considerando as disposições, orientações e normas a respeito de governança em TIC, e a necessidade de se promover o alinhamento e a integração das decisões e ações do Ministério da Defesa com as do Censipam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, alterada pela Portaria nº 16/GAB CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD, de 29 de março de 2016.

O CTIC tem a seguinte composição:

- I – Diretor Técnico, que o presidirá;
- II – Diretor de Produtos;
- III – Diretor de Administração e Finanças;
- IV – Coordenador-Geral de Inteligência;
- V – Coordenador-Geral de Integração Institucional; e

VI – Assessor de Comunicação Social.

O CTIC tem as seguintes competências:

- I – analisar e deliberar sobre as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicações alinhadas às do Censipam e submetê-las à homologação do Diretor-Geral do Censipam;
- II – orientar, aprovar e acompanhar os processos de elaboração e as revisões periódicas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC do Censipam;
- III – analisar, discutir e aprovar o Plano de Ações, em conformidade com o disposto nas estratégias de execução do PDTIC;
- IV – acompanhar a implementação do PDTIC garantindo que a sua execução represente um processo de melhoria crescente da governança de TIC no Censipam;
- V – garantir que as orientações, constantes da estratégia geral de Tecnologia da Informação, publicadas pelo órgão central do SISP, sejam implementadas no Censipam;
- VI – recomendar medidas visando o aperfeiçoamento da gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VII – aprovar padrões e normas técnicas de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VIII – adotar as demais medidas, decisões e ações pertinentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações de interesse institucional e respaldada pela legislação em vigor;
- IX – garantir que as ações relacionadas ao PDTIC estejam de acordo com as decisões e orientações emanadas do Ministério da Defesa.

O CTIC reuniu-se 4 vezes em 2016, registrando suas deliberações em ata disponibilizada no SEI e na Intranet do Censipam, cabendo destacar, dentre essas deliberações:

- a) o acompanhamento da elaboração do PETIC;
- b) aprovação da revisão do PETIC;
- c) avaliação do uso dos sistemas de comunicação;
- d) prorrogação da vigência do PDTIC para 2016, atualizando suas ações conforme o PTA/2016 já aprovado, em maio de 2016, pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico.

Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho – CAD: instituída pela Portaria nº 706/Censipam/SG/MD, de 21 de março de 2014, destinada a adotar as providências necessárias para estabelecerem os fatores de avaliação de desempenho individual, aprovar processos de estágio probatório, aprovar processos de progressão funcional e de concessão da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT. Desde sua criação este Centro Gestor não contava com quadro próprio de pessoal. No ano de 2012 foi realizado o primeiro concurso público, objeto do Edital nº 1/Censipam, de 29 de agosto de 2012, para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia – Pleno integrante da carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei 8.691, de 28 de julho de 1993.

O Regimento Interno, que nesta data, está sendo apreciado pela SEORI/MD, constam as seguintes atribuições da Comissão:

À Comissão compete:

- I - implementar o Plano de Carreiras estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993;
- II - avaliar o desempenho do Plano de Carreiras e propor alterações ao CPC;
- III - desenvolver estudos, analisar e opinar sobre:
 - a) o enquadramento dos servidores nas carreiras;
 - b) a avaliação de desempenho dos servidores nas carreiras;
 - c) a remuneração e benefícios dos servidores das carreiras;
 - d) as atribuições dos cargos das carreiras; e
 - e) todo e qualquer assunto referentes à carreira.
- IV - atender aos dispositivos da Resolução CPC nº 2, de 23 de novembro de 1994, que fixa normas regulamentadoras de concurso público para provimento dos cargos das carreiras;
- V - analisar e homologar o processo de avaliação de estágio probatório dos servidores da carreira;
- VI - analisar e homologar o processo de progressão/promoção funcional dos servidores da carreira;
- VII - analisar e homologar os processos referentes à concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia;
- VIII - zelar pelo fiel cumprimento da legislação; e
- IX - levar ao conhecimento do CPC qualquer irregularidade verificada na aplicação da legislação sobre as carreiras de Ciência e Tecnologia.”

Atuação da Unidade de Auditoria Interna - Inexistente.

4.2. Atividades de Correição e de Apuração de Ilícitos Administrativos

O Censipam como órgão integrante da Administração Central do Ministério da Defesa, encaminha eventual necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, de acordo com o previsto no Inciso IV, do Artigo 30 do Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013, desde a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

Os lançamentos dos processos abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD, que ainda estão em andamento, são de competência da Casa Civil da Presidência da República descritos a seguir:

Tabela 24 - Processos Abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD

Processo	Objeto	Modalidade		Situação Atual
		Sindicância	PAD	
00012.000596/2007-93	Suposta Irregularidades: empresas Imagem GeoSistemas & Comércio Ltda e		00190.006220/2009-01	PAD ainda não concluído na Corregedoria da CGU/PR.

	Intersat Imagens de Satélites S/C Ltda			
00012.001656/2006-12	Desaparecimento de 10 notebooks	00012.001656/2006-12		Acórdão do TCU de nº 4117/2016 TCU (2ª Câmara) determinou pela não materialidade do processo, levando ao arquivamento do processo.

4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

A percepção do Censipam, representada pelo seu nível estratégico de direção, da qualidade do funcionamento de seus controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles.

Tem a alta administração de o órgão buscado reforçar os controles internos nas suas unidades administrativas e levado através de reuniões aos servidores e de suas chefias a necessidade de implantação de mecanismos de controle nos diversos processos e nos vários níveis estruturais de cada unidade.

Quer fomentando ações e colocando os servidores a colaborarem nos processos ou ainda reforçando a disseminação do código de ética do Ministério da Defesa. Iniciando processos que incluam pontos de controle nos procedimentos. Reforçando as padronizações existentes com a inclusão destes pontos de controle.

Os processos estão devidamente segregados por funções e os controles internos começam a apresentar resultados satisfatórios com a detecção de erros formais e a necessidade de revisão de contratos existentes. Trabalho este realizado pela equipe de Assessoria do Diretor-Geral, formada por três EPPGG e um técnico de nível superior do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Cabe ressaltar o pleno funcionamento de controle de contratações, renovações, repactuações e outros processos por parte da Assessoria da Diretoria Geral, tendo o mesmo atuado em mais de 90 processos no ano de 2016. Validando os corretamente instruídos e procedendo a pedido de correção de equívocos, adequação de índices, correção de planilhas e inclusão de documentos faltantes, adequação de editais, entre outros.

Quanto a avaliação dos riscos o mesmo é realizado pela alta administração através do acompanhamento dos principais projetos em execução. No que tange a Gestão de riscos relacionados a Pessoal, tem sido atendidos nos editais de contratações e compras quando aplicáveis, fato acompanhado pela Assessoria Diger. Principais resultados obtidos são a satisfatória instrução processual dos novos contratos, bem como das repactuações dos contratos vigentes.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de Pessoas

5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

Tabela 25- Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	453	192	25	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	453	192	25	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	284	47	0	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	169	145	25	24
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	47	24	2	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	500	216	27	39

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Tabela 26- Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	157	35
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	157	35
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	16
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	126	19
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	22	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	179	37

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

A **DESCRIÇÃO DOS CAMPOS** deste quadro segue a dos campos concernentes dispostos no quadro “Força de trabalho da UPC”, sendo a seguir identificados apenas os novos campos:

Área Meio – Área de atividades da UPC que dão suporte técnico-administrativo à realização das suas atividades finalísticas. Devem ser informados nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos de apoio da UPC;

Caso a segregação entre as áreas meio e fim não seja clara, a UPC deve dispor sobre o critério utilizado na separação em nota de rodapé ou no corpo do relatório de gestão.

Área Fim – Área de atividades da UPC correspondente às suas finalidades e objetivos precípuos. Deve ser informado nos campos concernentes o número de servidores efetivos direcionados aos macroprocessos finalísticos da UPC.

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UPC.

Tabela 27- Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	47	26	4	14
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	26	2	14
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	6	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	24	2	14
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	169	145	24	25
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	169	145	24	25
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	216	171	28	39

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

ANÁLISE CRÍTICA

Quantidade de servidores disponíveis frente às necessidades da UPC: os 47 servidores efetivos do Censipam correspondem a 16,54% dos 284 cargos autorizados, ou seja, menos da metade da força de trabalho necessária para o cumprimento das diversas missões do Órgão.

Resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados: 34,04% dos servidores de carreira vinculados ao órgão estão na área fim e 65,95% na área meio. Em relação aos cargos comissionados autorizados 46,80% estão na área meio e 4,25% estão na área fim. O percentual menor na área fim justifica-se pela dificuldade de seleção de servidores com qualificação técnica específica que a área exige como também a prevê a distribuição de cargos constante no Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.

Possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais velhos: não há ainda previsão de impacto de aposentadoria, considerando que os Analistas em Ciência e Tecnologia, concursados, ingressaram em 2013 e apenas dois servidores de carreira vinculados ao Órgão estão na faixa etária de 51 a 60 anos e com contagem de tempo de serviço.

Eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas atividades desenvolvidas pela UPC:

Ao final de 2016, o Censipam teve 5 servidores de carreira vinculados ao órgão afastados, sendo 4 cedidos para órgãos da Administração Pública Federal, com ônus para o Censipam e 1 afastado para acompanhar cônjuge. Os processos foram devidamente instruídos na forma da Lei 8.112/90.

Em 2016, das 169 vagas autorizadas para preenchimento de servidores e militares requisitados de outros órgãos e esferas, 145 foram preenchidas, para as quais foram concedidas as gratificações GTS, GR, RMP e RMA previstas na estrutura oficial conforme Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013.

No que se refere à Capacitação, o Censipam teve mais um ano atípico. Ainda no princípio do ano, houve uma expectativa de liberação de R\$ 600.000,00 para atender a demanda de 214 servidores, incluindo aí o montante de inscrições, diárias e passagens. Após a reprogramação da LOA, disponibilizou-se o montante de R\$ 101.000,00 (apenas para inscrições), com uma meta de capacitar 36 servidores.

No que se refere à meta física, o Censipam atingiu o quantitativo de 39 servidores, o que equivale a 108,33% do programado. Para alcançar esse patamar, foram utilizados R\$ 34.018,40 do orçamento. Ressalte-se que isso só foi possível, em razão dos seguintes fatores:

1. O Curso de ITIL/COBIT solicitado pela Diretoria Técnica, que na programação original dar-se-ia presencialmente, a um custo médio/mercado por servidor de R\$1.200,00. Ao contratar o curso à distância, além de possibilitar a inscrição para 24 servidores, ainda foi possível contratar o curso no valor de R\$ 119,85 por inscrição.

2. O valor de gastos por servidor, inicialmente seria em média de **R\$ 2.805,55**. Quando da contratação dos cursos para atender a meta de 2016, em razão da retração do mercado, conseguimos inscrições que variaram de R\$ 1.800,00 ao máximo de 2.400,00 (por servidor). Em média, conseguiu-se um valor de R\$ 872,27 por servidor, levando-se em conta o valor empenhado e pago.

3. A dificuldade das empresas em manter quórum nas turmas já disponibilizadas no mercado, levou-as a conceder descontos e a reprogramar novas turmas com valores mais acessíveis, possibilitando que o Censipam pudesse efetuar a contratação de cursos até 64% mais baratos que o previsto inicialmente.

4. O curso programado para atender uma demanda da Diretoria Técnica, no valor de R\$ 45.600,00, para ministrar uma capacitação em Firewall, não conseguiu demonstrar sua exclusividade em tempo hábil, tendo, por conseguinte, o processo cancelado. Além desse cancelamento, houve uma turma cancelada por falta de quórum, que atenderia 2 servidores, cujo valor contratado era de R\$ 4.340,00.

5. A tardia liberação do recurso e o corte orçamentário dificultaram a contratação, bem como a execução, conforme o planejado.

6. Ressalte-se que houve 3 cursos listados em restos a pagar, no valor de R\$ 6.190,00, para atender 3 servidores.

Tabela 28 - Execução Capacitação por Plano Orçamentário

Plano Orçamentário 05 - Executado				
PAC 2016	QTD Servidores	Valor	Observação	Valor Unitário por Servidor (Média)
Programado	36	R\$ 101.000,00	Somente Inscrição	
Executado Total	39			R\$ 2.805,55
DIRAF	13	R\$ 34.018,40		R\$ 872,27
DITEC	24			
DIPRO	0			
CGIIN	2			
Restos a Pagar	3	R\$ 6.190,00		R\$ 2.063,33
Plano Orçamentário 08 - Capacitação				
PAC 2016	QTD. Servidores	Diárias	Passagem	Quando da programação Original do PAC 2016 esses eventos estavam previstos
Programado	192	R\$ 66.928,80	R\$ 436.660,00	
Executado Total	24			
DITEC	6	R\$ 10.248,37	R\$ 7.344,00	
DIPRO	18	R\$ 27.078,62	R\$ 19.350,77	
Total Geral	24	R\$ 37.326,99	R\$ 26.694,77	

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 29 - Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	3.506.302,93		1.105.975,00	1.147.755,96					5.760.033,89
	2015	3.244.488,39		1.062.126,00	962.510,51					5.269.124,90
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016	4.008.864,86								4.008.864,86
	2015	3.623.446,06								3.623.446,06
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016	1.433.411,20								1.433.411,20
	2015	2.292.959,11								2.292.959,11
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2016	3.931.315,24								3.931.315,24
	2015	2.932.498,51								2.932.498,51
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016									
	2015									

Fonte: Cadastro RH (Março 2017).

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O possível risco identificado na gestão de pessoas refere-se ao índice considerado elevado 67,1% de servidores requisitados de outros órgãos e esferas que compõe a força de trabalho, tendo em vista a possibilidade de retornarem aos seus órgãos de origem quando convocados ou por iniciativa própria.

Com intuito de suprir a carência de pessoal, viabilizando adequada força de trabalho para melhor desempenho nos projetos e programas em vigor, o Censipam solicita anualmente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorização de realização de novo concurso público para a complementação do provimento de duzentos e oitenta e quatro cargos, redistribuídos pela Portaria nº 2.434/SRH, de 10 de setembro de 2010, dos quais 179 (cento e setenta e nove) cargos são de Analista em Ciência e Tecnologia e 105 (cento e cinco) de Assistente em Ciência e Tecnologia.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários

O quadro abaixo corresponde aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

Tabela 30- Pessoal de Apoio e Estagiários

	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução de atividades Contratadas	Nome da Empresa	Nível de escolaridade mínimo	Situação
1	2015	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	10.760.842/0001-03	02/01/2015 à 01/01/2016	IMPERIAL VIGILÂNCIA -	Nível Médio	Ativo
2	2015	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	09.267.406/0001-00	01/10/2016 À 12/04/2017	VISAN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	Nível Médio	Encerrado
3	2013	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	07.030.464/0001-90	25/12/2016	LEGÍTIMA	Ensino Médio	Ativo
4	2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO	03.591.509/0001-44-66	31/01/2016 à 30/01/2017	DLF ENGENHARIA	Ensino Médio Técnico e Superior	Ativo
5	2012	RECEPCIONISTAS	07.436.461/0001-50	26/02/2016 à 25/02/2017	VALESKA	Ensino Médio	Ativo
6	2015	RECEPCIONISTAS	02.295.753/0001-05	08/03/2016 à 07/03/2017	PROJEBEL	Ensino Médio	Ativo
7	2015	RECEPCIONISTAS	12.523.206/0001-85	27/03/2016 à 26/03/2017	CS EMPREENDEMENTOS	Ensino Médio	Ativo
8	2013	RECEPCIONISTAS	12.441.717/0001-58	31/03/2016 À 30/03/2017	BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio	Ativo
9	2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO	08.220.952/0001-22	02/04/2016 01/04/2017	RCS TECNOLOGIA	Ensino Médio Técnico e Superior	Ativo
10	2013	OFFICE BOY	09.134.888/0001-20	21/04/17	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Fundamental	Ativo
11	2016	COPEIRAGEM E GARÇOM	08.656.163/0001-39	21/04/17	WIVVO	Ensino Fundamental	PE Nº 08/2016
122	2011	OFFICE BOY	12.441.717/0001-58	22/04/17	BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Ativo
13	2016	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. ADMINISTRATIVO	15.150.504/0001-65	15/05/17	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo

14	2011	ESTAGIÁRIOS	61.600.839/0001-55	27/05/17	CIEE	Ensino médio e superior	Ativo
15	2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	10.587.618/0001-53	12/06/17	AMAZÔNIA CLEAN	Ensino fundamental	Ativo
16	2014	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "D"	09.134.888/0001-20	15/06/17"	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Médio	Ativo
17	2016	MOTORISTA - Categoria "B"	23.066.228/0001-80	19/06/17B"	FÊNIX SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
18	2016	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "D"	15.718.607/0001-89	20/06/17	HK SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
19	2014	TÉCNICO EM SECRETARIADO	10.448.193/0001-00	27/06/17	EXECUTIVA	Ensino Médio	Ativo
20	30/06/17	TÉCNICO EM SECRETARIADO	09.134.888/0001-20	30/06/17	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Médio	Ativo
21	2015	OFFICE BOY	15.150.504/0001-65	05/07/17	LDS SERVIÇOS	Ensino fundamental	Ativo
22	2016	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO	03.591.509/0001-44	29/07/17	DLF ENGENHARIA	Ensino médio e Superior	Ativo
23	2015	TÉCNICO EM SECRETARIADO	15.150.504/0001-65	02/08/17	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
24	2013	TÉCNICO EM SECRETARIADO	07.783.832/0001-70	29/08/17	CRIART SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo

25	2012	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	10.419.289/0001-31	10/09/17	MARB		Ativo
26	2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO	60090.001019/2013-66	10/09/17	PPA ENGENHARIA	Ensino médio e Superior	Ativo
27	2013	TÉCNICO EM SECRETARIADO	10.448.193/0001-00	29/09/17	EXECUTIVA	Ensino Médio	Ativo
28	2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. ADMINISTRATIVO	13.192.004/0001-60	30/09/17	PRESTCON	Ensino Médio	Ativo
29	2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. DE ESCRITÓRIO	16.887.298/0001-33	30/09/17	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Ativo
30	2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. DE ESCRITÓRIO	16.887.298/0001-33	09/10/17	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Ativo
	02/11/17	36/2014	09.172.237/0001-24	COPEIRAGEM E GARÇOM	D & L SERVIÇOS	Ensino fundamental	3º T.A
31	2015	OFFICE BOY	15.718.607/0001-89	15/11/17	HK SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
	2015	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	15.512.542/0001-10	18/11/17	ACRONET	-	Ativo
32	2015	SERVIÇO DE REPROGRAFIA	15.512.542/0001-10	30/11/17	ACRONET		Ativo
33	2015	COPEIRAGEM E GARÇOM	09.107.461/0001-32	30/11/17	SERVICELINE	Nível fundamental	Ativo

34	2014	OPERADOR DE FOTOCOPIADORA E REPROGRAFIA	03.374.266/0001-92	02/12/17	AMAZONTEC	-	Ativo
35	2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	02.961.711/0001-58	04/12/17	ASC SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
36	20/12/17	28/2015	16.887.298/0001-33	COPEIRAGEM E GARÇOM	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Ativo
37	22/12/17	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.129.796/0001-26	22/12/17	IMPERIAL RONDONIA	Ensino Médio	Ativo
39	2015	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "B" OU SUPERIOR	15.150.504/0001-65	27/12/17	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "B" OU SUPERIOR	Ensino Médio	Ativo
40	29/12/17	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	15.150.504/0001-65	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	LDS SERVIÇOS	Ensino fundamental5	Ativo
41	2015	OPERADOR DE FOTOCOPIADORA E REPROGRAFIA	16.887.298/0001-33	10/01/18	OFFICE SERVICE	-	Ativo
42	2016	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	09.267.406/0001-00	01/02/18	VISAN SEGURANÇA	Ensino médio	Ativo

Tabela 31 - Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
02/2012	Contratação de prestador de serviço, em regime de serviço contínuo, por preço unitário mensal, para atuar como agente de integração de estágios, de forma a garantir a realização de estágio curricular, por alunos regularmente matriculados em instituições de ensino	61.600.839/0001-55	28/05/2012	29/05/2017	Nível Médio, Técnico e Nível Superior	(A)

	médio, técnico e superior, para atender às necessidades de acordo com a demanda do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, e seus Centros Regionais em Belém, em Manaus e em Porto Velho.					
--	--	--	--	--	--	--

5.1.5. Contratação de Estagiários

Tabela 32 - Quantidade de Estagiários

Lotação	Superior	Médio	Soma	Superior	Médio	Soma
Brasília	17	5	22	16	0	16
Manaus	17	9	26	16	7	23
Belém	21	8	29	13	9	22
Porto Velho	13	8	21	13	6	19
Total	68	30	98	58	22	80

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

O Censipam adota a política de contratação de estagiários por meio de contrato de licitação celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, obedecendo aos dispositivos legais da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Orientação Normativa nº 2 SRH/MP, de 24 de junho de 2016.

Tabela 33- Valores Estágio 2016

Informações SIAPE 2016					Faturamento 2016		
Mês	Quant.	Bolsa	Aux. Transp.	Sub Total	Fatura 2016	Quant.	Geral
janeiro	93,00	36.438,65	11.040,00	47.478,65	1.999,50	93,00	49.478,15
fevereiro	91,00	34.928,76	11.202,00	46.130,76	1.956,50	91,00	48.087,26
março	88,00	33.383,16	12.186,00	45.569,16	1.892,00	88,00	47.461,16
abril	90,00	37.775,78	12.990,00	50.765,78	1.935,00	90,00	52.700,78
maio	91,00	36.330,63	11.694,00	48.024,63	1.956,50	91,00	49.981,13
junho	87,00	35.341,96	10.854,00	46.195,96	2.126,08	87,00	48.322,04
julho	87,00	33.951,27	11.352,00	45.303,27	2.101,92	87,00	47.405,19
agosto	85,00	32.722,71	10.134,00	42.856,71	2.053,60	85,00	44.910,31
setembro	80,00	31.878,12	9.924,00	41.802,12	1.932,80	80,00	43.734,92
outubro	81,00	32.493,41	10.284,00	42.777,41	1.956,96	81,00	44.734,37
novembro	75,00	30.465,26	9.246,00	39.711,26	1.812,00	75,00	41.523,26
dezembro	81,00	31.311,52	9.900,00	41.211,52	1.956,96	81,00	43.168,48
Total	1.029,00	407.021,23	130.806,00	537.827,23	23.679,82	1.029,00	561.507,05

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

Tabela 34-- Valores Estágio 2015

Informações SIAPE 2015					Faturamento 2015		
Mês	Quant.	Bolsa	Aux. Transp.	Sub Total	Fatura 2016	Quant.	Geral
janeiro	80,00	29.762,06	9.252,00	39.014,06	1.420,02	69,00	40.434,08
fevereiro	82,00	32.408,15	11.256,00	43.664,15	1.687,56	82,00	45.351,71
março	80,00	32.313,01	10.068,00	42.381,01	1.646,40	80,00	44.027,41
abril	80,00	32.378,96	10.734,00	43.112,96	1.646,40	80,00	44.759,36
maio	83,00	34.350,99	10.938,00	45.288,99	1.784,50	83,00	47.073,49
junho	90,00	35.045,66	10.842,00	45.887,66	1.935,00	90,00	47.822,66
julho	78,00	33.167,66	10.332,00	43.499,66	1.677,00	78,00	45.176,66

agosto	85,00	35.167,20	11.538,00	46.705,20	1.827,50	85,00	48.532,70
setembro	95,00	38.323,10	13.404,00	51.727,10	2.042,50	95,00	53.769,60
outubro	93,00	38.180,59	12.102,00	50.282,59	1.999,50	93,00	52.282,09
novembro	93,00	36.438,65	11.040,00	47.478,65	1.999,50	93,00	49.478,15
dezembro	93,00	36.438,65	11.040,00	36.523,65	1.999,50	93,00	38.523,15
Total	1.032,00	413.974,68	132.546,00	535.565,68	21.665,38	1.021,00	557.231,06

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (Março 2017).

O Censipam é um espaço de contribuição aos estudantes regularmente matriculados no ensino público e privado, capaz de propiciar a complementação de ensino e aprendizagem, com oportunidade de contatos com a prática profissional, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e humano.

Os estagiários contratados podem atuar na área meio onde realizam seu aprendizado em atividades de suporte e apoio, ou na área fim nos diversos programas e projetos que abrangem todas as áreas do Censipam, como produção de Boletins de previsão de tempo e clima, Monitoramento de Áreas Especiais Áreas de Conservação, Terras Indígenas, Arco Desmatamento, AlertaHidro – Áreas Urbanas, Mapas Suscetibilidade, Cartografia Terrestre , Amazônia SAR, entre outros.

5.2. Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Imóveis locados de terceiros”.

5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não houve movimentações de qualquer espécie no exercício de 2016 quanto à evolução do Plano Nacional de Desmobilização.

5.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Tabela 35-Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3448-77
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCÁRIO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO OS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS COM AQUELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	COLOCAÇÃO DE UM TERMINAL MULTIFUNCIONAL DE SERVIÇOS BANCÁRIOS QUE FOI INSTALADO EM SETEMBRO/2014.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO À DIREITA DO HALL DE ENTRADA DO PRÉDIO DO CENSIPAM, MEDINDO 1,60M X 2,5M TOTALIZANDO 4,00M2.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 158,00 (CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS) A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELO USO DA ENERGIA ELÉTRICA. ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS DEMANDADOS PELOS SERVIDORES DO CENSIPAM, CENAD, BEM COMO DOS VISITANTES. FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIMENTO VIA RECOLHIMENTO DE GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DO VALOR PAGO REFERENTE AO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	CÁLCULO DO CONSUMO MENSAL EFETUADO PELA COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO CENSIPAM, CONFORME INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO CONSTANTES NO PROCESSO Nº 00012.001195/2009-12.

Tabela 36- Imóveis Objeto de Cessão

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.353.358/0001-96
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇO PÚBLICO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DAQUELE ÓRGÃO.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA SEDE DO CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - CENAD.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO NO PRÉDIO DO CENSIPAM, COM ÁREA CONTRUÍDA MEDINDO 638,45M2, EQUIVALENTES A 15,32% DA ÁREA TOTAL DO PRÉDIO DO CENSIPAM.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	REPASSE FINANCEIRO DA ORDEM DE 15,32% DE TODAS AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CENSIPAM, CALCULADO PROPORCIONALMENTE À OCUPAÇÃO FÍSICA DO PRÉDIO. ALÉM DO FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS, AS AÇÕES REFERENTES E INERENTES À AMAZÔNIA LEGAL SÃO EFETUADAS EM CONJUNTO COM VÁRIOS ÓRGÃOS, INCLUSIVE O CENAD.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E RECURSOS FINANCEIROS VIA SIAFI, À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20T5 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CENSIPAM, UG: 110.511, GESTÃO 001.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DOS VALORES PAGOS REFERENTES ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS INERENTES AO FUNCIONAMENTO DO CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	PROPORCIONAL À OCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PRÉDIO DO CENSIPAM.

5.2.3. Demonstração da situação dos imóveis da União

UG 110.511 - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam:

O controle e a gestão patrimonial do imóvel são de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam, no que diz respeito à regularização e guarda de documentos, incorporação, registro, acompanhamento e reavaliação no sistema SPIUNet, bem como a contabilização e acompanhamento no sistema SIAFI;

O imóvel do Censipam está situado no SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF, a área do terreno é de 170.123,79 m² e área construída de 13.834,38 m², o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP do imóvel no sistema SPIUNet é nº 9701.30495.500-2 (RIP Utilização), cadastrado e registrado pela própria Secretaria do Patrimônio da União-SPU. Em 14/11/2016 foi efetuada a reavaliação do imóvel através do SPIUNet, sendo utilizada como base de cálculo a Pauta de Valores de Imóveis para incidência do IPTU 2015 do Distrito Federal e registrada contabilmente no SIAFI pela 2016NL800627;

Foram incorporados, por meio do Processo Administrativo nº 60090.000566/2014-13, valores referentes aos Projetos Executivos, contabilizados no SIAFI e registrados no SPIUNet. No entanto, existem pendências de incorporação, contabilização e registro de valores patrimoniais referentes a execução da construção, instalações e benfeitorias do prédio do Censipam de Brasília. As pendências se devem ao fato de que a CCSIVAM ainda não emitiu os Termos de Transferências Patrimoniais ao Censipam, contendo o detalhamento dos itens e valores envolvidos para que as mesmas possam ser sanadas;

Através do Processo Administrativo nº 60000.011942/2011-14 e da assinatura de Termo de Cessão de Uso nº 01/2012 de 16 de agosto de 2012, foi cedida a área de 638,45 m² (Seiscentos e trinta e oito, vírgula quarenta e cinco metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Ministério da Integração Nacional – MI, para instalação das dependências do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, mediante repasse financeiro da ordem de 15,32% de todas as despesas administrativas do Censipam, calculado proporcionalmente à ocupação física do prédio;

Foi cedida, conforme Processo Administrativo nº 00012.001195/2009-12 e assinatura de Termo de Cessão de Uso em 2012, área de (1,6mx2,5m), totalizando 4,00 m² (Quatro metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Banco do Brasil S.A. – CNPJ: 00.000.000/3448-77, para instalação de um terminal multifuncional de serviços bancários instalado em setembro de 2014, com ressarcimento mensal dos custos de Energia Elétrica no valor de R\$ 158,00 (Cento e cinquenta e oito reais), mediante recolhimento através de GRU, confirmado através do SIAFI em consulta ao CONRAZÃO 799910802 e CONRA;

Ainda sobre as dependências e instalações do Censipam de Brasília, informamos que o Processo nº 04991.001982/2010-72 continua em tramitação no GRPU/DF, em fase de desmembramento para regularização dos Blocos “J” e “T”, localizados no mesmo condomínio, que também estão em poder e uso deste Órgão e continuam pendentes de regularização patrimonial;

g) Quanto às instalações dos Centros Regionais do Censipam de Belém, Manaus e Porto Velho, deixamos de preencher os quadros correspondentes, tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional - UJ, continuando os mesmos sem o RIP Utilização, informação confirmada através de consulta ao SPIUNet, motivo de ainda não existirem valores registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUNet. Registramos, ainda, que os valores patrimoniais dos Centros Regionais referentes à construção dos prédios, instalações e benfeitorias já se encontram contabilizados no SIAFI, resultado da formalização do recebimento através da assinatura dos Termos de Transferências Patrimoniais oriundos da CCSIVAM.

Próximas ações:

O Censipam tem mantido contato frequente com a CCSIVAM para que sejam finalizados os recebimentos dos bens imóveis, que são feitos através de Boletins Patrimoniais com o detalhamento dos bens e seus respectivos valores e são realizados através de Comissão de Recebimento de bens, composta por membros da CCSIVAM e Censipam, constituída pela Portaria N. 634/2011, foram realizadas três reuniões presenciais desde a constituição desta Comissão, na Sede do Decea/RJ, e não nos foi passado pela CCSIVAM um cronograma de recebimento destes bens para a conclusão do processo, já foram recebidos R\$ 130.106.013,15 dos 147.513.774,54 que estavam pendentes de recebimento, este Censipam continua realizando gestões para conclusão do processo.

Quanto a regularização dos terrenos, exceto do CCG em Brasília que já se encontra regularizado, encontram-se em andamento junto as Gerências Regionais de Patrimônio da União/GRPU, os processos de desmembramento e regularização dos terrenos do Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, que se encontram em terreno do Cindacta, nos três Centros Regionais e tem sido acompanhado pelo Censipam junto aquelas Gerências Regionais, que são o órgão responsável pela regularização dos terrenos nos estados citados.

5.2.4. Situação Atual

UG 110.586 – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processos n°s 04957.005974/2007-16 e 04957.009142/2008-50, RIP n° 0427.00605.500-9, situado na Avenida Júlio César n° 7.060 - Val-de-Cans - Belém-PA. Em 23/04/2014 foi assinado o Termo de Entrega Provisória do Imóvel pelos representantes do SPU-PA e do Censipam, contendo os seguintes dados: Área Total de 61.095,66 m², Tombo PA. 001-001, sob o número de ordem n° 88.273 à margem de transcrição n° 7178, folhas n° 148, Livro 3-F, em 19/12/1978, no Cartório do 2° Ofício de Registro de (Walter Costa) da Comarca de Belém-PA. A área construída é de 9.806,98 m². O processo continua em andamento e o Centro Regional de Belém continua fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/PA.

UG 110.573 – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM. 003-017 de responsabilidade do VII COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo n° 04985.000810/2008-46, RIP n° 0255.00658.500-0, situado na Avenida do Turismo n° 1.350 - Tarumã - Manaus-AM. O terreno tem área de 237.000,00 m² com área construída de 13.378,75 m². Continua sendo

realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional. O processo continua em andamento e o Centro Regional de Manaus continuam fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/AM.

UG 110.572 – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO. 001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 05310.001684/2008-42, RIP nº 0003.00361.500-0, situado na Avenida Lauro Sodré nº 6.500 - Aeroporto - Porto Velho-RO. O terreno tem área de 344.395,61 m² e as construções têm área de 8.333,84 m². Continua o processo de divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional. O processo continua em andamento e o Centro Regional de Porto Velho continua fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/RO.

5.2.5. Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

Tabela 37-Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF – DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não possui	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Tabela 38- Imóveis De Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110.511	9701.30495.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	14.562.836,47	14/11/2016	14.741.468,43	-	-
Total							-	-
Fonte: SPIUnet								

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel.

OBS: A reavaliação foi efetuada em 14.11.2016 no SPIUNet, utilizando como base de cálculo a Pauta de Valores de Imóveis para incidência do IPTU 2015 do Distrito Federal, registrado contabilmente no SIAFI através da 2016NL800627.

5.3. Gestão de Tecnologia da Informação

Com o avanço tecnológico a área de TIC representa um ponto fundamental para suporte às organizações por fornecer um conjunto bastante extenso de ferramentas e facilidades capazes de promover a padronização e o aumento da produtividade, ampliando as capacidades operacionais nas mais diversas áreas do conhecimento. Este papel se destaca especialmente para atividade finalística do CENSIPAM que está relacionada com a coleta, processamento, armazenamento e análise de dados.

Tabela 39-Força de Trabalho de TIC

Cargo		CCG	CR/MN	CR/BE	CR/PV	Total
Efetivo	Carreira TI da unidade	7	9	7	5	28
	Outras carreiras da unidade	0	0	0	0	0
	Carreira TI de outros órgãos	5	3	3	3	14
	Outras carreiras de outros órgãos	6	1	2	4	13
Comissionados		3	2	1	1	7
Terceirizado		0	0	0	0	0
Estagiário		10	4	4	3	21

A área de TIC apresenta comprometimento de suas atividades em decorrência da insuficiência de servidores. Como pode ser percebido na Tabela 3.5.1, o quantitativo de servidores da carreira de TI da unidade é de 28, sendo que isso representa apenas 30% dos cargos previstos para a área de TIC, ressaltando que diante das cessões impostas, o percentual cai para 27%. A não realização de concurso público para provimento dos cargos vagos pode causar, em um horizonte de curto a médio prazos, comprometimento de sistemas e atividades de infraestrutura.

5.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Censipam vigente foi revisto em 2016. O PETIC é alinhado ao Plano Estratégico Institucional, que define as linhas gerais e estratégicas para toda a instituição. Dessa forma, os Objetivos Estratégicos do PETIC, além de se alinharem aos planos gerais da área de TI governamental e às melhores práticas de TI, devem buscar facilitar o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico Institucional (OEI) .

O PETIC 2013-2023 contempla 12 objetivos estratégicos alinhados aos documentos norteadores:

- Promover meios para efetiva divulgação de conhecimento na região amazônia: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia);
- Primar pela satisfação do cliente de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Melhorar a imagem de TIC do Censipam: alinhado ao OE 7 (Fortalecer a Imagem Institucional);
- Promover a integração e a troca de experiências: alinhado ao OEI 2 (Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos);
- Implantar uma governança efetiva de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Padronizar e documentar procedimentos, processos e metodologias, garantindo preservação do conhecimento técnico: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos **processos** e da infraestrutura), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Promover a segurança da informação: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Facilitar a comunicação com o público interno e externo: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Aprimorar a gestão orçamentária de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Garantir e evoluir a infraestrutura de TIC: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia) e OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da **infraestrutura**);
- Desenvolver competências, habilidades e atitudes: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos **recursos humanos**, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos processos e da infraestrutura);
- Manter o recurso humano do Censipam: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos **recursos humanos**, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos processos e da infraestrutura).

O novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Censipam, com vigência quadrienal, não foi elaborado no período devido à sobrecarga de trabalho na área em decorrência do reduzido número de servidores, da necessidade de manter os serviços em funcionamento, da necessidade de condução do Projeto Amazônia-SAR e do esforço adicional demandado pela Auditoria Extraordinária sofrida no período.

Diante desse fato, e de que as ações do Plano de Trabalho Anual de 2016 – PTA/2016 são discutidas e formalmente aprovadas pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do Censipam, registradas em ata e essa ata é publicadas na Intranet do Censipam e divulgada para as áreas como as ações institucionais a serem conduzidas no período, revelando essas ações como sendo desdobramentos das Iniciativas/Ações Estratégicas do Plano Estratégico Institucional – PEI e do PETIC, o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação do Censipam – CTIC ratificou essas ações como sendo as

ações do PDTIC e prorrogou, por deliberação em ata do dia 31/10/2016, a vigência do PDTIC para 2016.

O PEI, PETIC e o PDTIC estão disponíveis em <http://www.sipam.gov.br/planejamento>, a ata contendo a aprovação do PTA está disponível na Intranet e a deliberação do CTIC pode ser obtida pelo sistema SEI do MD pelo nº 0317360.

A estrutura de governança que acompanha e aprova o PETIC e o PDTIC é o Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – CTIC, cuja composição, competências e atuação no período estão descritos na seção “Estrutura de Governança” deste relatório.

5.3.2. Principais sistemas de informações

a) GPis – Sistema de Gerenciamento de Pistas

Objetivo: receber os dados de detecção aérea pelos radares de vigilância do Cindacta IV e realizar análise de padrões com a finalidade de obter dados para as atividades de Inteligência do Censipam.

Principais funcionalidades: visualização online do tráfego aéreo, visualização histórica do tráfego aéreo, integração com o Radar Saber M60 (radar móvel), marcação (tagging) de pistas conforme filtros pré-definidos (padrões), filtros manuais, visualização espacializada dos dados filtrados, alertas sobre parâmetros definidos pelo usuário (voo sobre área específica, com característica específica, etc.), módulo de análise de dados com capacidade de utilização de camadas externas de informação espacial.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela (cedido por requisição da CGU) e Warley Almeida

Responsável da área de negócio: Ricardo Augusto

Criticidade para a unidade: sistema crítico, **essencial e diferencial da área de inteligência**, desenvolvido especificamente para o Sipam para uso das informações provenientes do sistema de controle de tráfego aéreo da Aeronáutica.

Situação do sistema:

- códigos fonte e documentação de propriedade do Censipam;
- não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software
- não foi possível a contratação de manutenção por fábrica de software para manutenção e evolução do software, uma vez que se trata de software complexo e específico;
- a contratação da empresa que desenvolveu e modernizou o software também não se concretizou, por não conseguir se enquadrar a forma de contratação;
- software em produção porém com funcionamento parcial devido a diversos problemas pontuais e necessidade de manutenção;
- atualmente está sendo buscada, no âmbito do Sipam, uma solução conjunta com a Aeronáutica para manutenção/modernização do sistema GPis.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, a responsabilidade pela gestão, desenvolvimento e manutenção de alguns sistemas será descentralizada para as regionais como forma de mitigar os riscos de continuidade e disponibilidade.

b) IDSeg – Sistema de Análise Investigativa

Objetivo: realizar a integração, fusão e análise de dados utilizando modelo multidimensional para “*data warehouse*”.

Principais funcionalidades: importação/integração de bases de informações de origens diversas (banco de dados estruturados, arquivos, planilhas, webservices, dados não estruturados, etc.), visualização gráfica de relacionamentos de dados, ferramentas avançadas para análise de vínculo e de padrões.

Responsável técnico: Dayler

Responsável da área de negócio: Ricardo Augusto

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial da área de inteligência

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade de empresa privada; existe contrato de manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento.

c) SIG – Sistema de Gestão Administrativa

Objetivo: integrar e sistematizar os diversos processos administrativos

Principais funcionalidades: possui módulos para gestão de todas as áreas da administração de um órgão público: integração Siape, cadastro de pessoal, dependentes, férias, integração Siafi, orçamento, requisições, suprimento de fundos, chefia da unidade, portal público, plano de saúde, serviços e auxílio, atendimento ao servidor, catálogo de materiais, compras e licitações, registro de preço, liquidação de despesa, almoxarifado, agenda, frequência, financeiro, colegiados, comissões, patrimônio móvel, patrimônio imóvel, contratos, pagamento online, ddo, faturas, capacitação, concursos, banco de vagas, dimensionamento, infraestrutura, transportes, projetos, convênios, escritório de ideias, avaliação de desempenho, avaliação funcional, aposentadoria, auditoria e controle interno, boletim de serviço, acesso a informação.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela (cedido por requisição da CGU) e Warley Almeida

Responsável da área de negócio: José Henrique Moraes Madeira (até exoneração em massa ocorrida em agosto/2016) e Rogério Guedes Soares

Criticidade para a unidade: sistema em fase inicial de implantação, mas se tornará crítico e essencial para a área administrativa

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sessão de direitos e de código ao Censipam; ainda não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software; existe TED com a UFRN para acesso ao repositório de manutenção e evolução do software; software em produção porém em fase inicial de implantação, com apenas 2 módulos implantados e calendário de implantação de 21 módulos em 2016 e os demais 21 módulos em 2017.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, o calendário de implantação do sistema SIG foi extremamente comprometido.

d) Pim – Portal de Informações de Manutenção

Objetivo: integrar dados de cadastro de terminais e sensores e de missões de campo, auxiliando no planejamento e otimização do esforço e dos custos de manutenção do parque tecnológico.

Principais funcionalidades: cadastro de terminais VSat e sensores, visualização espacializada da rede de VSat e sensores, emissão de relatórios para licenciamento, estatísticas de operacionalidade e de distribuição, planejamento de missões de campo, integração de dados com o sistema gerenciador das VSat (Hub Gilat).

Responsável técnico: Rodrigo Vilela (cedido por requisição da CGU) e Warley Almeida

Responsável da área de negócio: Carlos Daniel Police

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para as atividades de gestão de manutenção de campo

Situação do sistema: códigos fonte e documentação desenvolvidos e de propriedade do Censipam; existe conhecimento interno para manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento, com diversas demandas de evolução a serem implementadas em 2016.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, a responsabilidade pelo desenvolvimento e manutenção de alguns sistemas será descentralizada para as regionais como forma de mitigar os riscos de continuidade e disponibilidade.

e) SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Objetivo: realizar as atividades de trâmite eletrônico de documentos e de protocolo de forma sistematizada, permitindo visibilidade e publicidade dos processos administrativos.

Principais funcionalidades: elaboração eletrônica de documentos, assinatura digital, certificação digital, trâmite eletrônico, definição e controle de prazos, etc.

Responsável técnico: Rodrigo Vilela (cedido por requisição da CGU) e Warley Almeida

Responsável da área de negócio: José Henrique Moraes Madeira (até exoneração em massa ocorrida em agosto/2016) e Rogério Guedes Soares

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para o protocolo e trâmite de processos e documentos

Situação do sistema: sistema implantado no Ministério da Defesa, com acesso apenas à interface Web pelo Censipam; documentação amplamente disponível nos portais públicos; não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software, e não há acesso ao código fonte do sistema implantado no MD; software em produção e plenamente funcional.

5.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

O Censipam adota como política de sustentabilidade ambiental ações de reciclagem de lixo descartáveis, destinação de resíduos tóxicos, conscientização sobre o uso consciente da água, de energia elétrica e materiais.

Por intermédio da Secretaria Geral do Ministério da Defesa, o Censipam participa, em nível operacional, da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Uma das ações de tal agenda é o Projeto Esplanada Sustentável, do qual o Censipam adota metas de redução de consumo de água, energia, copos descartáveis, entre outras ações. No âmbito desse projeto o Censipam realizou as seguintes ações:

- Redução de gastos com energia elétrica devido a:
 - ✓ Diminuição 50% por cento das luminárias nos ambientes internos e a substituição de todas as luminárias fluorescentes por Led;
 - ✓ Redução em 50% da potência do sistema de ar-condicionado central;
- Redução do consumo de água, de Telefonia Fixa e Móvel, e do uso dos materiais de consumo;
- Instalação de reservatórios de coleta seletiva e descarte de resíduos sólidos.

O Censipam não só separa material reciclável como implementa parceria com a Agência Nacional de Águas, com contrato vigente com uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, onde os resíduos são pesados, classificados e corretamente destinados.

Quando o Censipam contrata empresas de Manutenção Predial é estabelecido contratualmente medidas de responsabilidade ambiental a serem adotadas no órgão como destinação correta de lâmpadas, pilhas e baterias (inclusive de usuários do órgão), tratamento e destinação de óleo de máquinas e geradores.

Com tais medidas o Censipam obteve uma redução entre 18 a 22% do custo de energia elétrica do órgão em 2016. Já a conta de água, no mesmo período, teve redução média de 10%.

5.5. Gestão de fundos e programas

5.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Censipam não gere nenhum fundo ou programa do Governo Federal.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

Atualmente, o principal meio de comunicação do Censipam com o público externo é o seu portal, que pela eficiência nas coberturas o torna uma espécie de agência de notícias de assuntos institucionais. O portal é o ponto único referencial para a busca e o acesso a dados públicos de variados assuntos e categorias: orçamento, patrimônio, logística, concursos públicos e acessibilidade, por exemplo.

Em 2016 foi possível ao cidadão entrar em contato com a Instituição para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, dentre outros, utilizando os seguintes canais:

- Via internet: pelo portal da instituição: (www.sipam.gov.br); e por meio do link Canal Contato: <http://www.sipam.gov.br/novo-contato>

- Via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado no Ministério da Defesa, disponível no endereço: www.defesa.gov.br

A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) representou um avanço significativo para o aumento da transparência das ações governamentais, ao disponibilizar dados e informações de caráter público.

O SIC/MD atende e orienta o público com informações sobre a Administração Central do Ministério da Defesa: tramitação de documentos, entrada dos documentos e requerimentos de acesso à informação provenientes do Sistema e-SIC, nos termos do que preveem a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 e é a unidade responsável por promover os atendimentos aos pedidos de acesso feitos a todas as unidades do MD com base na LAI, que são encaminhadas a este Censipam para a Comunicação Social e/ou para a Chefia de Gabinete.

Ao todo, foram recebidas 13 (treze) solicitações através do SIC/LAI e 13 (treze) pelo e-mail: contato@sipam.gov.br, totalizando 26 (vinte e seis) pedidos. Nota-se uma mudança nas solicitações em comparação a 2015, onde foram registrados 21 (vinte e um) pedidos através da SIC/LAI e 12 (doze) pelo Canal Contato. Observa-se que os pedidos da LAI, em 2015, foram somente de documentos desclassificados, enquanto que em 2016, foram as mais diversas solicitações.

Dos 13 (treze) e-mails recebidos através do Canal Contato, todos os problemas de conectividade dos equipamentos foram resolvidos pela área técnica do órgão. Também foram respondidas informações sobre licitações, pedido de acesso a programas do Sipam e imagens de satélites.

Dentre as melhorias de comunicação, destaca-se também a retomada das redes sociais. Atualmente, esta instituição conta com 487 seguidores no Twitter, 1.503 seguidores no Facebook, 1476 visualizações e 22 assinantes na plataforma Youtube, o que proporciona mais interação.

O link do Canal Contato continua sendo um importante de canal de comunicação com a sociedade, conforme verificado no quadro a seguir:

Tabela 40- Tipos de Ocorrência nos Canais de Acesso

Canal: http://www.sipam.gov.br/novo-contato				
Elogios	Informações administrativas (contratos editais)	Informações de recursos humanos (entrega de currículo)	Informações de solicitação de equipamentos e de acesso a programas do Sipam	Total
1	1	5	6	13

Quanto ao canal via LAI, com o SIC, localizado no Ministério da Defesa, ocorreram 13 (treze) solicitações, número inferior a 2015, que foram 21 (vinte e um). Todas as solicitações através do SIC/LAI foram atendidas e nenhuma teve grau de recurso.

A maioria das solicitações refere-se as informações sobre a área de recursos humanos (concurso público, progressão da carreira, número de funções gratificadas), ao acesso dos documentos desclassificados, informações técnicas (dados hidrológicos, cartografia) e de imagens, conforme quadro a seguir:

Tabela 41- Tipos de Ocorrência via Lei de Acesso à Informação

Canal: www.defesa.gov.br					
Informações/doc desclassificados	Informações sobre o trabalho da instituição (consumo de água, aviões)	Informações sobre recursos humanos (concurso, cargos, currículo)	Solicitação de imagens	Informações administrativas (contratos, licitação)	Total
3	1	2	1	6	13

6.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão é um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, bem como acessar e obter esses serviços por meio de padrões de atendimento estabelecido.

A Carta de Serviços ao Cidadão do Ministério da Defesa (CSC/MD) fundamenta-se nos termos do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e nos termos da Portaria Normativa nº 1.690/MD, de 5 de outubro de 2015, que podem ser acessados no site: (http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/servico_de_informacao/defesa_carta_ao_cidadao.pdf).

Os produtos do Censipam diretamente disponibilizado aos cidadãos são: previsão meteorológica e boletins meteorológicos, que podem ser encontrados nos sites: <http://www.sipam.gov.br/previsao-do-tempo/tempo> e <http://www3.sipam.gov.br/boletim.html>.

6.3. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

O site do Censipam permite que o usuário avalie a qualidade das informações prestadas sobre a previsão de tempo, de forma padronizadas e que consiste em atribuir ao serviço um determinado número de estrelas: sendo 1 (uma) estrela a pior avaliação (péssima) e 5 (cinco) estrelas a melhor avaliação (ótima). Esta ferramenta permite ao Censipam avaliar a aferição da qualidade dos seus serviços prestados frente ao cidadão.

No período de 30 de março de 2016 (inauguração do serviço de previsão de tempo no site www.sipam.gov.br) e 31 de dezembro de 2016, o serviço foi avaliado pelos usuários segundo ilustração do gráfico a seguir:

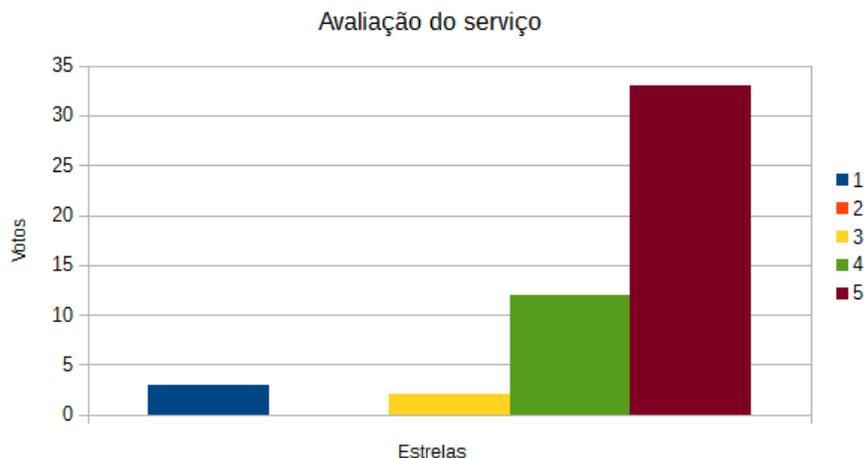


Figura 5- Avaliação do Serviço Prestado pelo Censipam

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Para obter as informações referentes a atuação da Instituição, relatórios de gestão, tomadas de contas anual, parcerias nacionais e internacionais e relatórios de atividades, o usuário deverá acessar o item “Acesso à Informação” localizado no site do Sipam.

As informações do órgão estão separadas por *menus*, descritos a seguir:

- Site www.sipam.gov.br, *menu* à esquerda “Acesso à Informação”

1) Subitem Prestação de Contas:

- a) relatórios de gestão
- b) relatórios de atividades
- c) Auditoria

<http://www.sipam.gov.br/sobre/prestacao-de-contas>

2) Subitem Institucional (informações sobre a instituição como quem é quem, da criação do órgão e áreas de atuação)

<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>

3) Subitem Licitações e Contratos (informações sobre licitações contratos)

<http://www.sipam.gov.br/pagina-de-licitacoes-e-contratos-do-censipam>

4) noticiário em geral

<http://www.sipam.gov.br>

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação à acessibilidade aos produtos e serviços, o site do Sipam: <http://www.sipam.gov.br> está dentro do modelo de portal do governo brasileiro, e-Mag: <http://emag.governoeletronico.gov.br>, onde registramos que seguimos as recomendações dispostas no referido site.

É possível acessar através do link: <http://www.sipam.gov.br/acessibilidade> obter as explicações sobre novo modelo de identidade digital, padrão do governo federal, que atende as principais recomendações de acessibilidade indicadas para web, sobre as Leis e Decretos de acessibilidade, bem como para dúvidas, sugestões e críticas.

Quanto aos assuntos relacionados a acessibilidade das instalações, o Centro de Coordenação-Geral e os Centros Regionais, iniciaram em 2016, os trabalhos para formalizar a adequação integral de suas instalações, considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, as condições básicas de acesso aos prédios, quanto a mobilidade e a utilização de equipamentos e instalações.

Os referidos Centros já estão devidamente equipados com sanitários femininos e masculinos, dotados de boxes destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas, vagas específicas no estacionamento, acesso ao prédio por rampas adequadas à legislação vigente, entre outros. Restando, apenas, pequenos ajustes às inovações legislativas.

Desta forma pretende-se, em 2017, contratar serviços de arquitetura/engenharia para execução de projetos de pequenas obras para adequação integral quanto acessibilidade, em cumprimento das exigências previstas na Lei nº 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004 e demais determinações previstas pela ABNT aplicável.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013 aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa, definindo em seu Anexo I, Capítulo II, art. 2º, inciso IV, que o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, integra os órgãos específicos singulares da estrutura do Ministério da Defesa. O Censipam foi instituído por meio do Decreto nº 4.200/2002, com o fim de fazer a gestão do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). O Censipam conta com três Centros Regionais, conforme estrutura abaixo:

Tabela 42- Censipam - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais

UG	DESCRIÇÃO
110511	CENTRO GESTOR OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM

A unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, é a unidade responsável pelos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Os Centros Regionais (UG 110572 – Centro Regional de porto Velho; UG 110573 – Centro Regional de Manaus; e UG 110586 – Centro Regional de Belém) também integram a estrutura do Censipam, cabendo a estes o controle patrimonial de cada Centro Regional.

A Divisão de Contabilidade, na qualidade de órgão setorial contábil do Censipam e de seus Centros Regionais, coordenou as ações necessárias para adequação às normas contábeis e acompanhou, em 2016, a execução orçamentária, financeira e patrimonial da unidade. Dentre outros, destaca-se as seguintes ações da Divisão de Contabilidade adotadas ao longo de 2016:

- a) Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- b) Acompanhamento da metodologia de cálculo e da evolução da Depreciação, Amortização e Exaustão; e
- c) Análise das Demonstrações Contábeis.

7.1. Desempenho Financeiro do Exercício

7.1.1. Resultado Financeiro

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Censipam passaram de R\$ 631.753,79 (2015) para R\$ 2.955.108,53(2016), verificando-se um acréscimo de R\$ 2.323.324,74. Vale ressaltar que a movimentação financeira ocorre somente na UG 110511 – Censipam, não havendo registros nos Centros Regionais.

Tabela 43- Resultado Financeiro - ano 2016

DESCRIÇÃO	CENSIPAM
Saldo do Exercício Anterior – 2015	2.955.108,53
Transferências Financeiras Recebidas	32.075.960,28
Recebimentos Extra-Orçamentários	12.363.684,71
(-) Despesas Orçamentárias	- 33.153.491,93
(-) Transferências Financeiras Concedidas	- 46.914,88
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Restos a Pagar	- 12.262.018,20
(-) Despesas Extra-orçamentárias – Depósitos Restituíveis	-
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro	1.932.328,51

Fonte: Siafi 2016

7.1.2. Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sob o enfoque patrimonial, a receita é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a despesa e a receita sob o enfoque patrimonial não se confunde com a receita e a despesa orçamentária.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do Censipam e seus Centros Regionais, temos um valor expressivo de Transferências e Delegações Recebidas e Transferências Intragovernamentais; bem como os ganhos com incorporação de ativos e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas aparecem de forma mais expressiva as despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo; Transferências e Delegações Concedidas; Pessoal e Encargos; bem como demais despesas que apresentam valores menos significativos.

O resultado patrimonial acumulado em 31/12/2016 do Censipam e seus Centros Regionais corresponde ao déficit de R\$ 8.434.141,32, causados principalmente pelo impacto da Depreciação no resultado dos Centros. A UG 110573 – Centro Regional de Manaus foi a unidade que apresentou um resultado patrimonial mais expressivo do que as outras unidades, na ordem de R\$ 3.485.389,22.

Tabela 44- Resultado Patrimonial

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL
Varições Patrimoniais Aumentativas	39.276.294,36	1.830.828,58	2.193.300,47	2.595.855,09	45.896.278,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	8,19				8,19
Transferências e Delegações Recebidas	38.554.252,95	1.828.878,35	2.177.306,03	2.594.478,65	45.154.915,98
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	657.641,42	1.950,23	15.897,75		675.489,40
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	64.391,80		96,69	1.376,44	65.864,93
Varições Patrimoniais Diminutivas	39.544.360,99	4.015.351,02	5.678.689,69	5.092.018,12	54.330.419,82
Pessoal e Encargos	3.712.589,37				3.712.589,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	30.315.557,11	3.758.896,44	4.099.205,20	4.454.217,11	42.627.875,86
Transferências e Delegações Concedidas	4.855.769,40	256.454,58	1.579.484,49	637.801,01	7.329.509,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	616.907,15				616.907,15
Tributárias	19.305,98				19.305,98
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.231,98				24.231,98
RESULTADO PATRIMONIAL	- 268.066,63	2.184.522,44	3.485.389,22	2.496.163,03	8.434.141,32

Fonte: Siafi2016

O Patrimônio Líquido acumulado do Censipam e seus Centros Regionais até 31/12/2016 corresponde a R\$ 250.507.233,89, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

Tabela 45- Patrimônio Líquido Acumulado

RESULTADO PATRIMONIAL	110511	110572	110573	110586	TOTAL
PL de 31/12/2015	31.948.322,42	68.584.036,86	84.503.125,54	74.052.113,70	259.087.598,52
Superávit	- 268.066,63	2.184.522,44	- 3.485.389,22	2.496.163,03	- 8.434.141,32
Ajustes de Ex. Anteriores	- 146.223,31	-	-	-	- 146.223,31
PL 31/12/2016	31.534.032,48	66.399.514,42	81.017.736,32	71.555.950,67	250.507.233,89

Fonte: Siafi 2016

7.1.3. Saldo Patrimonial

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O saldo patrimonial em 31/12/2016 do Censipam e seus Centros Regionais correspondem a um ativo real líquido de R\$ 250.507.233,89.

No quadro a seguir, é apresentada a composição do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do Censipam e seus Centros Regionais:

Tabela 46- Composição do Ativo e do Passivo

DESCRIÇÃO	110511	110572	110573	110586	TOTAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.932.328,51				1.932.328,51
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	599.023,62				599.023,62
Estoques	640.913,89	693.808,48	825.947,20	532.928,88	2.693.598,45
Total Ativo Circulante	3.172.266,02	693.808,48	825.947,20	532.928,88	5.224.950,58
Imobilizado	23.528.524,61	65.705.705,94	80.191.789,12	71.023.021,79	240.449.041,46
Bens Móveis	16.742.674,24	44.778.084,57	49.640.181,42	48.387.453,72	159.548.393,95
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	- 8.063.181,31	15.997.997,59	21.193.910,80	16.899.281,20	- 62.154.370,90

Bens Imóveis	14.894.771,22	36.925.618,96	51.745.518,50	39.534.849,27	143.100.757,95
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	-45.739,54				- 45.739,54
Intangível	4.833.241,85	-	-	-	4.833.241,85
Softwares	4.833.241,85				4.833.241,85
Total Ativo Não Circulante	28.361.766,46	65.705.705,94	80.191.789,12	71.023.021,79	245.282.283,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00				-
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00				-
Passivo Circulante	-	-	-	-	-
Saldo Patrimonial	31.534.032,48	66.399.514,42	81.017.736,32	71.555.950,67	250.507.233,89

Fonte: Siafi 2016

7.2. Tratamento Contábil da Depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A edição de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) Técnicas e Profissionais fazem parte do processo que busca assegurar a evolução das Ciências Contábeis. Assim, o Conselho Federal de Contabilidade editou as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

Em obediência aos dispositivos legais, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Lei nº 10.180/2001, bem como em consonância com o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T), o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos estão a seguir detalhadas:

a. NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do Censipam e seus Centros Regionais são:

- Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, do referido documento, a seguir detalhado:
- Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extra-orçamentário.
-

O Censipam e seus Centros Regionais apresentam um valor de R\$ 4.946,83, referente a Depreciação de Imóveis da unidade gestora 110511 – Censipam. Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

Para a gestão administrativa dos bens patrimoniais, o Censipam e seus Centros Regionais utilizam o Sistema de Administração de Serviços – SIADS. Criado em 1995 e com seu constante aprimoramento, o SIADS ainda não contempla o registro da Amortização, o que justifica a ausência do montante que deveria ser amortizado no grupo Intangível. Dessa forma, a unidade aguarda o desenvolvimento dessa ferramenta para a realização do registro contábil da Amortização.

No quadro abaixo é apresentado a metodologia de cálculo da depreciação, taxas e vida útil dos bens, de todas as unidades do Censipam – (UG's 110511, 110572, 110573 e 110586):

Tabela 47- Metodologia de Cálculo da Depreciação, Taxas e Vida Útil dos Bens

EXERCÍCIOS			2016			2015		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110511, 110572, 110573 e 110586			110511, 110572, 110573 e 110586		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO			302.649.151,90	62.200.110,44	240.449.041,46	299.802.998,45	49.405.155,87	250.397.842,58
BENS MÓVEIS			159.548.393,95	62.154.370,90	97.394.023,05	156.880.872,46	49.400.209,04	107.480.663,42
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			124.017.068,07	42.449.767,90	81.567.300,17	123.606.769,08	32.620.774,53	90.985.994,55
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 anos	10%	7.901.062,67	1.478.700,92	6.422.361,75	7.897.314,67	1.004.701,70	6.892.612,97
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 anos	20%	96.777.175,38	32.856.928,78	63.920.246,60	96.644.339,38	25.125.008,29	71.519.331,09
EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICO	15 anos	20%	3.772,00	703,92	3.068,08	3.772,00	502,80	3.269,20
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10 anos	10%	37.988,98	16.469,86	21.519,12	37.988,98	13.052,38	24.936,60
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20 anos	10%	549,00	174,25	374,75	549,00	149,65	399,35
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10	10%	1.030.104,91	296.082,44	734.022,47	759.304,92	220.150,52	539.154,40

ENERGÉTICO	anos							
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 anos	10%	69.117,85	26.308,39	42.809,46	69.117,85	22.162,03	46.955,82
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10 anos	10%	16.705,27	10.618,93	6.086,34	16.705,27	9.236,07	7.469,20
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P	5 anos	10%	30.678,26	27.610,44	3.067,82	35.328,26	31.795,44	3.532,82
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	10%	17.919.312,16	7.618.209,77	10.301.102,39	17.919.312,16	6.096.161,06	11.823.151,10
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10 anos	10%	27.700,00	17.509,65	10.190,35	27.700,00	15.150,75	12.549,25
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10 anos	10%	202.901,59	100.450,55	102.451,04	195.336,59	82.703,84	112.632,75
BENS DE INFORMÁTICA			27.146.948,64	16.640.944,62	10.506.004,02	24.880.652,14	14.271.280,36	10.609.371,78
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 anos	10%	27.146.948,64	16.640.944,62	10.506.004,02	24.880.652,14	14.271.280,36	10.609.371,78
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			3.875.360,27	1.805.725,07	2.069.635,20	3.653.494,27	1.483.529,60	2.169.964,67
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10 anos	10%	294.138,37	53.583,94	240.554,43	111.188,37	35.412,27	75.776,10
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10 anos	10%	73.033,99	24.914,61	48.119,38	36.193,99	18.685,95	17.508,04
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	3.508.187,91	1.727.226,52	1.780.961,39	3.506.111,91	1.429.431,38	2.076.680,53

	anos							
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO			1.307.668,40	455.440,76	852.227,64	1.298.218,40	337.857,38	960.361,02
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10 anos	0%	4.044,29	3.006,00	1.038,29	4.044,29	2.605,20	1.439,09
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 anos	10%	1.303.005,10	452.434,76	850.570,34	1.293.555,10	335.252,18	958.302,92
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			619,01	-	619,01	619,01	-	619,01
VEÍCULOS			2.999.807,35	761.212,43	2.238.594,92	3.207.797,35	662.736,67	2.545.060,68
VEÍCULOS EM GERAL	15 anos	10%	3.757,80	1.681,35	2.076,45	3.757,80	1.456,47	2.301,33
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15 anos	10%	2.996.049,55	759.531,08	2.236.518,47	3.204.039,55	661.280,20	2.542.759,35
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO			-	-	-	32.400,00	-	32.400,00
ESTOQUE INTERNO			-	-	-	32.400,00	-	32.400,00
DEMAIS BENS MÓVEIS			201.541,22	41.280,12	160.261,10	201.541,22	24.030,50	177.510,72
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 anos	10%	201.541,22	41.280,12	160.261,10	201.541,22	24.030,50	177.510,72

BENS IMÓVEIS			143.100.757,95	45.739,54	143.055.018,41	142.922.125,99	4.946,83	142.917.179,16
BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO			106.175.138,99	45.739,54	106.129.399,45	66.461.657,76	4.946,83	66.456.710,93
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET			14.741.468,43	45.739,54	14.695.728,89	14.562.836,47	4.946,83	14.557.889,64
EDIFÍCIOS			14.741.468,43	45.739,54	14.695.728,89	14.562.836,47	4.946,83	14.557.889,64
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET			128.205.986,73	-	128.205.986,73	128.205.986,73	-	128.205.986,73
EDIFÍCIOS			128.205.986,73	-	128.205.986,73	128.205.986,73	-	128.205.986,73
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			41.844,42	-	41.844,42	41.844,42	-	41.844,42
ESTUDOS E PROJETOS			41.844,42	-	41.844,42	41.844,42	-	41.844,42
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS			111.458,37	-	111.458,37	111.458,37	-	111.458,37

Fonte: Siafi 2016

b) NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Censipam e seus Centros Regionais estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 6º edição, que estabelece:

- Disponibilidades: estão mensuradas pelo valor original;
- Créditos e obrigações: estão mensuradas pelo valor original;
- Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizado pelo Censipam é o Custo Médio Ponderado. O Censipam e seus Centros Regionais realiza o controle dos seus estoques por meio do sistema SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços;
- Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e estão sujeitos à depreciação; e
- Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização. A unidade que apresenta saldo nesse grupo de contas é a UG 110511 – Censipam, a seguir demonstrado:

Tabela 48 - Saldo em Ativo Intangível

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIAÇÃO	110511, 110572, 110573 e 110586			110511, 110572, 110573 e 110586		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
INTANGÍVEL			4.833.241,85	-	4.833.241,85	2.256.328,00	-	2.256.328,00
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA			2.256.328,00	-	2.256.328,00	2.256.328,00	-	2.256.328,00
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA			2.576.913,85	-	2.576.913,85	-	-	-

Fonte: Siafi 2016

7.3. Sistemática de apuração de Custos no âmbito da unidade

As informações de Custos estão apresentadas no processo de contas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, em razão dos estudos para implantação do Sistema de Informações de Custos no ministério.

7.4. Informações sobre a Conformidade Contábil

A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Siafi. É o procedimento no qual a Setorial Contábil registra a ausência ou incidência de ocorrências durante o período em análise.

Essa certificação tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual Siafi e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis. Os instrumentos utilizados para o levantamento das ocorrências contábeis

constituem em verificações realizadas no Siafi, por meio de transações específicas que auxiliam na identificação de inconsistências que porventura existam.

A Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna que atua como órgão Setorial Contábil de Unidade Gestora. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao Controle Interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

A unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, é a unidade responsável pelos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, bem como é responsável por efetuar a consolidação da movimentação patrimonial dos Centros Regionais de Porto Velho (UG 110572), de Manaus (UG 110573), e de Belém (UG 110586).

Em 2016 a Divisão de Contabilidade do Ministério da Defesa acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial do CENSIPAM e promoveu os registros referente à Conformidade Contábil de unidade.

O registro da Conformidade Contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Órgão Central de Contabilidade. Do registro da conformidade contábil depreende-se as seguintes situações:

a. Sem ocorrência = quando foram observadas as seguintes situações cumulativamente:

- ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
- as atividades fins do Órgão estiveram espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
- ausência de ocorrências nas transações >CONCONTIR, > CONINCONS e CONINDBAL, nos dados contábeis da UG, do órgão, do órgão vinculado ou do órgão superior;
- inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
- ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e
- ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponível no Siafi.

b. com ocorrência - quando forem observadas as situações elencadas no item anterior, outros mecanismos que estejam à disposição do conformista e os esclarecimentos constantes do Manual Siafi.

Ao longo do exercício, foi constatado que houve maior incidência nas unidades gestoras 110572 – Centro Regional de Porto Velho; 110573 – Centro Regional de Manaus, e 110586 – Centro Regional de Belém, no código de Alerta 315, sinalizando a existência de ocorrências que impediram a verificação da regularidade nos registros. Os códigos de Ressalva (603 e 640) foram os que mais incidiram na unidade gestora 110511 - CENSIPAM, sinalizando a existência de ocorrência contábil que não reflete

adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis. A seguir, um resumo das principais ocorrências registradas em 2016:

Tabela 49- Conformidade Contábil da UG - Maiores Ocorrências:

UG	CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
110511	315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	1
	603	SALDO CONTÁBIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA	1
	640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NAO CONFERE C/RMB	2
		SUB-TOTAL	4
110572	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1
	315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	2
		SUB-TOTAL	3
110573	302	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB	1
	315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	4
	640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
		SUB-TOTAL	5
110586	315	FALTA/RESTRICÇÃO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO	2
	640	SD CONTÁBIL BENS MÓVEIS NAO CONFERE C/RMB	1
		SUB-TOTAL	3
		TOTAL DE RESTRICÇÕES	15

As ocorrências apontadas ao longo do exercício de 2016 foram sanadas até a data de encerramento do exercício.

7.5. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Tabela 50- Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UPC)		Código da UG	
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM		110511, 110572, 110573 e 110586	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p style="margin-left: 40px;">a. Ausência de contabilização dos valores referente a Depreciação do mês de dezembro nas UG's 110573 e 110586.</p> <p style="margin-left: 40px;">Tais unidades utilizam o sistema SIADS e em dezembro foi registrada a Depreciação no SIADS, porém tais valores não foram refletidos no SIAFI.</p> <p style="margin-left: 40px;">b. Não registro da Amortização, oriunda de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, pela UG 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.</p> <p>A falta de lançamento contábil ocorreu em função do sistema SIADS, utilizado pela unidade, não contemplar o cálculo da Amortização. A Secretaria do Tesouro Nacional está promovendo gestões para implantar a rotina de Amortização no referido sistema.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF,	Data	10/03/2016
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/O-9-DF

7.6. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão disponíveis nos anexos do aplicativo e-contas.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de Determinações e Recomendações Do TCU

Tabela 51- Determinações e Recomendações do TCU

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-021.013/2013-6	6512/2014	1.7.1	Of. 1517/2014-TCU/SecexDefesa de 04/12/2014	05/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				
Descrição da determinação/recomendação				
Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para que se conclua o processo de apuração do extravio dos 10 notebooks;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A Unidade concluiu sindicância, fato que ensejou o recolhimento do valor de um notebook e o parcelamento de dois outros. Iniciamos procedimento para abertura de Tomada de Contas Especial-TCE, no fito de buscarmos o ressarcimento à União dos valores apontados pela referida sindicância.</p> <p>Porém o ACÓRDÃO n 4.117/2016 – TCU – 2 Câmara, determinou “o arquivamento dos autos, em razão do adimplemento das medidas determinadas no item 1.7.1 do Acórdão 6.512/2014 – TCU – Segunda Câmara e no item 9.4 do Acórdão 997/2011 – TCU – Plenário; e da impossibilidade de se cumprir o subitem 1.7.3 do Acórdão 811/2010 – TCU – 2 Câmara, face a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, da baixa materialidade da dívida remanescente, bem como, dos precedentes contidos no Acórdão 3.941/2012 – TCU – 2 Câmara e no Acórdão 2.064/2015 – TCU – Plenário.”</p>				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
			Ofício 278-258/2016 – TCU/SEFIP/Diaup	13/10/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia				

Descrição da determinação/recomendação
Apurar a existência de servidores ocupando cargos de gerência em empresas particulares.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi instaurada sindicância com a finalidade de apurar os indícios relatados pelo TCU, processo NUP 60090.001195/2016-41, e Portaria n.º 2578/DIGER/MD, de 07/12/2016. Sindicância não concluída no exercício.

8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações da Ciset/MD são acompanhadas pela equipe de *Compliance*, que assessora o Diretor-Geral e as Diretorias no monitoramento da implementação das medidas e controles.

Tabela 52- Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da recomendação da Ciset/MD (recorte temporal 01/01/2016 a 31/12/2016)			
Processo	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
60100.000050/2016-66	Atendidos: 2/7 Em atendimento: 5/7	Memorando nº 429/Ciset-MD	22/11/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
Censipam			
Descrição da recomendação			
<p>2.6.1.3:</p> <p>i) Realizar nas aquisições futuras ampla pesquisa de mercado, evitando a utilização de cotações discrepantes no cálculo da média dos itens a serem adquiridos, mesmo em se tratando de licitações por lote;</p> <p>ii) Fortalecer os mecanismos atinentes a pesquisas da composição societária das empresas consultadas, de modo a assegurar o cumprimento dos princípios enumerados no art. 3º da Lei nº 8.666/1993, que busca a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, e, ainda, contribuir para o processo de transparência dos atos de gestão.</p> <p>2.6.2.3: Implementar medidas com vistas ao aprimoramento dos controles internos administrativos com vistas à adequada atuação dos processos, bem como o devido preenchimento dos documentos que compõem os autos.</p> <p>2.6.4.3: Adotar providências para a efetiva aplicação das penalidades previstas nos editais dos processos licitatórios realizados pelo Censipam, bem como na legislação vigente, mantendo os devidos registros das ocorrências no Sicaf.</p> <p>2.6.5.3:</p> <p>i) Suspender a execução do Contrato nº 24/2015 para realização de estudos quanto as alternativas ao Projeto Amazônia-SAR, levantamentos comparativos, análises de custo-benefício, estudos de viabilidade e implantação, e da adequabilidade do projeto básico proposto pela empresa, submetendo à avaliação do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;</p> <p>ii) Em caso de continuidade do contrato após avaliação do Conselho Deliberativo, promover adequação para a retirada dos serviços que não são de natureza singular ou cuja notória especialização não foi comprovada pela empresa, bem como dos serviços subcontratados.</p> <p>2.6.6.3: Adotar providências para verificação da composição dos custos que serviram de fundamento para o valor do Contrato nº 24/2015, de 11/12/2015, firmado com a empresa AMS KEPLER ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA, incluindo análises comparativas com os pagamentos efetivados pela empresa junto aos seus empregados e contratado, e, caso verificado sobrepreço, promover a apuração de responsabilidades e o ressarcimento ao erário.</p> <p>2.6.7.3: Adotar providências para a cobrança do efetivo pagamento, por parte da empresa AMS KEPLER ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA, da multa pelo descumprimento de cláusula do Contrato nº 24/2015, de 11/12/2015, referente ao atraso da apresentação da garantia de execução do objeto contratado.</p> <p>2.6.8.3:</p> <p>i) Realizar gestão junto à Administração Central do Ministério da Defesa, bem como com demais órgãos e instituições, no sentido de promover a efetiva atuação do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (CONSIPAM) dentro das suas competências previstas na legislação, com fito de estabelecer as diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia;</p> <p>ii) Realizar estudos quanto as alternativas ao Projeto Amazônia-SAR, levantamentos comparativos, análises de custo-benefício, estudos de viabilidade e implantação, e da adequabilidade do projeto básico proposto pela</p>			

empresa, submetendo à avaliação do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

2.6.1.3 – Situação: Atendida. **Síntese das Medidas adotadas:** foi dada ciência às áreas envolvidas e à área demandante do conteúdo do Relatório Final de Auditoria, ressaltando a ocorrência de reincidência e determinado o cumprimento das normas e orientações (reiterando determinações emanadas em 2015) e o estabelecimento de novos pontos de controle para verificação de composição societária e da conformidade da pesquisa de mercado, sendo que o checklist AGU, que foi implantado em 2016, foi revisado e divulgado, de forma a unificar procedimentos. Foi determinado à área de desenvolvimento de pessoas que incluía no Plano Anual de Capacitação – PAC 2017, cursos na área de licitações relacionados com pesquisa de preços e de mercado e relacionados a implementação de controles nas aquisições.

2.6.2.3 – Situação: Atendida. **Síntese das Medidas adotadas:** O Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implantado no início de 2016, sendo todos os processos, desde então, autuados eletronicamente. A COLIC já implementou o checklist da AGU para os processos recebidos e expedidos, sendo que o referido checklist foi revisado e divulgado para unificação de procedimentos.

2.6.4.3 – Situação: em atendimento. **Síntese das Medidas adotadas:** Os contratos vigentes foram revisados e, em decorrência, foram notificadas 8 empresas, sendo que uma das empresas já recolheu o valor da multa em 2016, e as demais estão seguindo os devidos processos, sendo que os registros foram realizados no SICAF.

2.6.5.3 – Situação: em atendimento. **Síntese das Medidas adotadas:** o contrato foi devidamente suspenso por 90 dias, a contar de 16/11/2016; como o planejamento da contratação contida na Consulta Prévia ao BNDES foi julgada insuficiente pela Ciset/MD, os documentos de planejamento da contratação, no modelo do MD, começaram a ser consolidados a partir da reunião das informações já existentes na Consulta Prévia do BNDES, e no respectivo processo, bem como estão sendo utilizados outros estudos já realizados; como parte do processo de informações ao Consipam das atividades do Censipam em prol do Sipam, o Censipam já havia incluído em seu Relatório de Atividades 2015(0380191), documento de prestação de contas anual ao referido Conselho, uma apresentação e informações gerais sobre o Projeto Amazônia-SAR, tendo encaminhado a mesma aos conselheiros por meio de ofícios.

2.6.6.3 – Situação: em atendimento. **Síntese das Medidas adotadas:** Iniciado o detalhamento das tarefas constantes das atividades desempenhadas, com definição de carga de trabalho para cada tarefa. Foi realizada a retificação dos perfis profissionais para as atividades e está em fase de finalização a montagem de nova planilha de custos e atualização do cronograma físico-financeiro.

2.6.7.3 – Situação: em atendimento. **Síntese das Medidas adotadas:** recomendação em andamento, com a empresa devidamente notificada.

2.6.8.3 – Situação: em atendimento. **Síntese das Medidas adotadas:** o Censipam já havia assessorado o Ministério da Defesa para que realizasse a transferência do Consipam para o MD, como forma de promover sua reativação, o que foi materializado através da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016. Além disso, o Censipam continua realizando visitas aos conselheiros, bem como encaminhando o Relatório de Atividades anual (prestação de Contas Anual do Censipam ao Consipam) aos mesmos (60090.001261/2016-82), para que tomem conhecimento da realidade atualizada do Censipam, e a importância do Conselho para o Sistema. O Censipam também encaminhou à Secretaria-Geral uma solicitação para que, assim que o Decreto proposto pela EMI nº 080/2016 - MD MPDG (0159935) tenha sido publicado, que a Secretaria-Geral promova a reunião do Consipam. Em relação à validação do projeto básico para submissão ao Consipam, assim que concluídos os documentos de planejamento da contratação no modelo do MD, o referido projeto básico será reavaliado à luz destes documentos.

Recomendações que provocaram maior impacto na gestão da unidade

As recomendações 2.6.5.3, 2.6.6.3 e 2.6.8.3, por recomendarem a suspensão do contrato com a AMS Kepler, que era o contrato que apoiava a execução das metas estabelecidas junto ao BNDES no Contrato do Projeto Amazônia-SAR, e por ter recomendado que todo o Projeto Amazônia-SAR fosse submetido ao Consipam para avaliação, sem levar em conta que o projeto foi anuído, analisado e/ou aprovado pelos canais competentes (Ministro da Defesa, Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Diretor do INPE, Presidente do IBAMA, CONJUR/MD e Diretor-Geral do Censipam). O Consipam é composto por 7 (sete) Secretários-Executivos e importantes Ministérios do país (que se teve sua última reunião há mais de 10 anos) e que, diante de um cenário político instável como vivido em 2016, fica muito difícil reunir tais autoridades para a referida reunião.

Portanto, essas recomendações causaram a paralisação das atividades do Censipam em relação às novas etapas do Projeto Amazônia-SAR, comprometendo irremediavelmente as metas acordadas junto ao BNDES e ao IBAMA (parceiro destinatário das informações sobre desmatamento), sujeitando o Censipam a possível

aplicação de penalidades contratuais pelo BNDES, além do prejuízo à imagem institucional em decorrência de provável atraso e/ou fracasso contratual, além da perda dos recursos do projeto, que foram **doados sem necessidade de reembolso**, pelo Fundo Amazônia (que tem mais de 90% dos seus recursos aportados pela Noruega).

Quase a totalidade do esforço dos gestores, durante o segundo semestre de 2016, foi em função de responder às solicitações de auditoria e aos relatórios da Auditoria Extraordinária, bem como elaborar documentos de planejamento da contratação para uma contratação que já foi realizada de forma planejada segundo os padrões da Consulta Prévia do BNDES, que segue padrões de alto nível para análise de riscos e de fundamentação de contratação, característicos das instituições bancárias.

Tudo isso, aliada à exoneração ocorrida no dia 08/08/2016, em que praticamente a totalidade da gestão da área administrativa foi impactada pelas demissões, fez com que ocorressem atrasos na condução do contrato com o BNDES e com a AMS Kepler.

Tabela 53- Caracterização da Recomendação da Ciset

Caracterização da recomendação da Ciset/MD (recorte temporal 01/01/2016 a 31/12/2016)			
Processo	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
60100.001308/2015-61	Atendidos: 3/3	Memorando nº 337/2015/Geaud/Ciset-MD	02/10/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
Censipam			
Descrição da recomendação			
<p>2.2.1.3: ii) promover estudos técnicos, com vistas a definir as metas para o PPA, relativo ao quadriênio 2016-2019, passíveis de atingimentos no período, de forma a propiciar o adequado planejamento dos projetos das atividades inerentes, por parte do Centro Gestor, e, por conseguinte, o cumprimento da missão institucional do órgão</p> <p>2.3.1.3: i) Atentar para o disposto no §2º do art. 18 da Lei nº 13.080, de 2/1/2015, que exige, na contratação de serviços de consultoria, a comprovação de que os serviços não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da administração pública federal, bem assim como a publicação no DOU do extrato do contrato, da justificativa e da autorização para a contratação, constando a identificação do responsável pela execução do contrato, a descrição completa do objeto acordado, o quantitativo médio de consultores, o custo total, a especificação dos serviços e o prazo de conclusão; ii) Elaborar, formalmente, indicadores de gestão, de fácil compreensão e de formulação que possibilitem mensurar o desempenho do órgão, quanto ao atingimento dos seus objetivos, ao alcance das metas e da efetiva realização das ações, nos moldes dos requisitos da legislação, bem assim, na jurisprudência firmada pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>2.6.1.3: i) Realizar, nas aquisições futuras, ampla pesquisa de mercado, evitando a utilização de cotações discrepantes no cálculo da média dos itens a serem adquiridos, mesmo em se tratando de licitações por lote;</p>			
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas (recorte 01/01/2016 a 31/12/2016)			
<p>2.2.1.3 – Situação: atendida. Síntese das Medidas adotadas: O Censipam realizou estudos técnicos para definição das metas do PPA, submetendo-os à avaliação da equipe de Compliance e posterior aprovação interna pelo Fórum de Dirigentes.</p> <p>2.3.1.3 – Situação: atendida. Síntese das Medidas adotadas: O Censipam implantou um núcleo de <i>Compliance</i> (Assessoramento em Governança), com a requisição de 4 (quatro) servidores do Ministério do Planejamento, que apoiaram a elaboração dos indicadores de gestão, que foram encaminhados à Ciset/MD em fevereiro de 2016.</p> <p>2.6.1.3 – Situação: atendida. Síntese das Medidas adotadas: O Censipam sempre busca realizar ampla pesquisa, inclusive definindo os critérios técnicos de forma a ampliar a disputa. Ocorre que, eventualmente, alguns equipamentos e serviços têm mercado muito restrito, ficando prejudicada a ampla pesquisa, como no caso em questão. A ampla pesquisa continua sendo realizada, de forma a possuir o máximo possível de</p>			

cotações por item, sendo que em uma situação ideal, cotações discrepantes são descartadas e os itens contêm, pelo menos, três cotações de valores não muito discrepantes entre si. Em se tratando de lotes de itens que não compõem uma solução integrada, a mesma abordagem é adotada. Quando se trata de lotes de itens que compõem uma solução integrada, onde existe grande diferença entre os valores de itens de um fornecedor para outro, porém a diferença entre os valores dos lotes permanece próxima, é adotada a abordagem mais aplicável ao caso concreto.

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Iniciamos processo de nº 60090.001305/2015-93, com a finalidade de apurar fatos notificados no Contrato nº 86/2003, celebrado entre este Centro Gestor e a Fundação ATECH. Tendo apurado valores e notificado os respectivos responsáveis, em fase de finalização das tratativas Administrativas no fito de obtenção de ressarcimento ao Erário. Processo este paralisado em função de determinação judicial, cujos efeitos foram devidamente analisados pela Assessoria Jurídica do Ministério da Defesa.

8.4. Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Todos os contratos formalizados no exercício de 2016 tiveram como expressão monetária a moeda corrente nacional, sendo observadas as disposições no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

É de responsabilidade do fiscal de contrato o acompanhamento, lançamento do cronograma e controle dos pagamentos conforme a vinculação lançada no SIASG.

A Coordenação de Licitações e Contratos, a partir do exercício 2016, mantém trimestralmente os lançamentos efetuados pelos fiscais, fazendo a devida gestão junto aos mesmos quanto aos procedimentos do cronograma de pagamento.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este órgão não possui nenhum contrato com dedicação exclusiva de mão de obra que estivesse dentro dos setores da economia beneficiados pelo regime de desoneração, conforme consulta realizada no roteiro elaborado pela SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para cumprimento dos Acordões do TCU nº 2859/2013 e nº 1212/2014.

8.6. Informações sobre Ações de publicidade e propaganda

Tabela 54- Despesas Com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2058	57.500,00	37.480,43
Mercadológica			
Utilidade pública			

As despesas com publicidade do Censipam referem-se às publicações dos atos administrativos, contratos com Imprensa Nacional e Empresa Brasileira de Comunicação.

Anexo I – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 –
Consolidadas (código UGs: 110511, 110572, 110573 e 110586)

TÍTULO: BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
 ÓRGÃO SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 03/04/2017
 UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2016	2015		2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	-Despesas Orçamentárias	33.153.491,93	-
Ordinárias	-	-	- Ordinárias	28.699.602,79	-
Vinculadas	-	-	- Vinculadas	4.453.889,14	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	- Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.315.583,93	-
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e	3.138.305,21	-
Transferências Financeiras Recebidas	32.075.960,28	-	-Transferências Financeiras Concedidas	46.914,88	-
Resultantes da Execução Orçamentária	27.324.624,97	-	- Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasse Recebido	3.529.982,42	-	- Independentes da Execução Orçamentária	46.914,88	-
Sub-repasse Recebido	23.794.642,55	-	- Movimento de Saldos Patrimoniais	46.914,88	-
Independentes da Execução Orçamentária	4.751.335,31	-	- Aporte ao RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de	4.742.033,57	-	- Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	9.301,74	-			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	12.363.684,71	-	-Despesas Extraorçamentárias	12.262.018,20	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	- Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.515.355,52	-	- Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	12.247.923,25	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.854,95	-	- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.854,95	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.834.474,24	-	- Outros Pagamentos Extraorçamentários	240,00	-
Arrecadação de Outra Unidade	5.833.974,24	-	- Pagamento de Passivos Recebidos	240,00	-
Demais Recebimentos	500,00	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.955.108,53	-	-Saldo para o Exercício Seguinte	1.932.328,51	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.955.108,53	-	- Caixa e Equivalentes de Caixa	1.932.328,51	-
TOTAL	47.394.753,52	-	-TOTAL	47.394.753,52	-

TÍTULO: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
 ÓRGÃO SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 03/04/2017
 UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-

REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	33.153.491,93	33.153.491,93
TOTAL	-	-	33.153.491,93	33.153.491,93
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA				DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
DESPESAS CORRENTES	-	-	31.597.653,69	26.293.313,77	26.293.313,77	-31.597.653,69
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	3.869.131,19	3.514.472,21	3.514.472,21	-3.869.131,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	27.728.522,50	22.778.841,56	22.778.841,56	-27.728.522,50
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	1.555.838,24	344.822,64	344.822,64	-1.555.838,24
Investimentos	-	-	1.555.838,24	344.822,64	344.822,64	-1.555.838,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	33.153.491,93	26.638.136,41	26.638.136,41	-33.153.491,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	33.153.491,93	26.638.136,41	26.638.136,41	-33.153.491,93
TOTAL	-	-	33.153.491,93	26.638.136,41	26.638.136,41	-33.153.491,93

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS
	ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			
SALDO		ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	1.988.780,49	13.320.068,63	6.989.438,91	6.989.438,91	2.367.241,09
5.952.169,12					
Pessoal e Encargos	-	145.130,83	145.130,83	145.130,83	-
-					
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-
-					
Outras Despesas	1.988.780,49	13.174.937,80	6.844.308,08	6.844.308,08	2.367.241,09
5.952.169,12					
DESPESAS DE CAPITAL	438.279,57	5.110.063,89	5.258.484,34	5.258.484,34	289.859,12
-					
Investimentos	438.279,57	5.110.063,89	5.258.484,34	5.258.484,34	289.859,12
-					
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
-					

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.427.060,06	18.430.132,52	12.247.923,25	12.247.923,25	2.657.100,21
5.952.169,12					

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-
Outras Despesas	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

TÍTULO: BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
 ÓRGÃO SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 03/04/2017
 UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		2016	2015	PASSIVO		2016
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO		
2015						
ATIVO CIRCULANTE		5.224.950,58		-PASSIVO CIRCULANTE		
-				-		
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.932.328,51		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto		
-				-		
Créditos a Curto Prazo		-		Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
-				-		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		599.023,62		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		
-				-		
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
-				-		
Estoques		2.693.598,45		Obrigações de Repartição a Outros Entes		
-				-		
VPDs Pagas Antecipadamente		-		Provisões de Curto Prazo		
-				-		
				Demais Obrigações a Curto Prazo		
-						
ATIVO NÃO CIRCULANTE		245.282.283,31		-PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
-				-		
Ativo Realizável a Longo Prazo		-		Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo		
-				-		
Investimentos		-		Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
-				-		
Participações Permanentes		-		Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
-				-		
Propriedades para Investimento		-		Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
-				-		
Propriedades para Investimento		-		Provisões de Longo Prazo		
-				-		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/		-		Demais Obrigações a Longo Prazo		
-				-		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para		-		Resultado Diferido		
-						
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-		-TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		
-						
Investimentos do RPSS de Longo Prazo		-				
-						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		-				
2015				ESPECIFICAÇÃO		2016
-						
Demais Investimentos Permanentes		-		-Patrimônio Social e Capital Social		
-				-		
Demais Investimentos Permanentes		-		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
-				-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest.		-		Reservas de Capital		
-				-		
Imobilizado		240.449.041,46		Ajustes de Avaliação Patrimonial		
-				-		
Bens Móveis		97.394.023,05		Reservas de Lucros		
-						

TOTAL 1.442.884,98
106.834.578,94 -

-TOTAL

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Recursos Ordinários
Recursos Vinculados
 Seguridade Social (Exceto RGPS)
 Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas
TOTAL

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

-4.870.933,46
-5.664.262,67
 86.965,31
-5.751.227,98
-10.535.196,13

TÍTULO: DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
 ÓRGÃO SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 03/04/2017
 UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.580.526,96		-
INGRESSOS	37.924.289,47		-
Receitas Derivadas e Originárias	-		-
Receita Tributária	-		-
Receita de Contribuições	-		-
Receita Agropecuária	-		-
Receita Industrial	-		-
Receita de Serviços	-		-
Remuneração das Disponibilidades	-		-
Outras Receitas Derivadas e	-		-
Transferências Correntes Recebidas	-		-
Intergovernamentais	-		-
Dos Estados e/ou Distrito	-		-
Dos Municípios	-		-
Intragovernamentais	-		-
Outras Transferências Correntes	-		-
Outros Ingressos das Operações	37.924.289,47		-
Ingressos Extraorçamentários	13.854,95		-
Transferências Financeiras	32.075.960,28		-
Arrecadação de Outra Unidade	5.833.974,24		-
Demais Recebimentos	500,00		-
DESEMBOLSOS	-33.343.762,51		-
Pessoal e Demais Despesas	-33.229.784,01		-
Legislativo	-		-
Judiciário	-		-
Essencial à Justiça	-		-
Administração	-496.297,29		-
Defesa Nacional	-29.274.768,74		-
Segurança Pública	-1.034.949,40		-
Relações Exteriores	-		-
Assistência Social	-1.088.398,39		-
Previdência Social	-		-
Saúde	-		-
Trabalho	-		-
Educação	-		-
Cultura	-		-
Direitos da Cidadania	-		-
Urbanismo	-		-
Habitação	-		-
Saneamento	-		-
Gestão Ambiental	-396.395,84		-
Ciência e Tecnologia	-		-
Agricultura	-		-
Organização Agrária	-824.871,17		-
Indústria	-		-
Comércio e Serviços	-		-
Comunicações	-		-
Energia	-114.103,18		-
Transporte	-		-

Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da	-	-
Juros e Correção Monetária da	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-52.968,67	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-52.968,67	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-61.009,83	-
Dispêndios Extraorçamentários	-13.854,95	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-240,00	-
Transferências Financeiras	-46.914,88	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.603.306,98	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-5.603.306,98	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.880.161,49	-
Concessão de Empréstimos e	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.723.145,49	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	-1.022.780,02	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.955.108,53	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.932.328,51	-

TÍTULO: DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO: 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
 ÓRGÃO SUPERIOR:
 EXERCÍCIO: 2016
 PERÍODO: Anual
 EMISSÃO: 03/04/2017
 UNIDADE MONETÁRIA: VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2015	
		2016	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	45.896.278,50	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-
Contribuições de Interesse das	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	8,19	-	-
Venda de Mercadorias	-	-	-
Vendas de Produtos	-	-	-
Exploração de Bens, Direitos e	8,19	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e	-	-	-
Aportes do Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	45.154.915,98	-	-
Transferências Intragovernamentais	32.075.960,28	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências das Instituições	5.796.361,10	-	-
Transferências das Instituições	-	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada de	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-
Outras Transferências e Delegações	7.282.594,60	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e	675.489,40	-	-
Reavaliação de Ativos	178.631,96	-	-
Ganhos com Alienação	-	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	27.365,53	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	469.491,91	-	-
Reversão de Redução ao Valor	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	65.864,93	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a	-	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	65.864,93	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	54.330.419,82	-	-
Pessoal e Encargos	3.712.589,37	-	-
Remuneração a Pessoal	3.100.078,46	-	-
Encargos Patronais	-	-	-

Benefícios a Pessoal	52.986,33	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas -	559.524,58	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital	42.627.875,86	-
Uso de Material de Consumo	1.077.431,20	-
Serviços	28.675.551,36	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.874.893,30	-
Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	7.329.509,48	-
Transferências Intragovernamentais	46.914,88	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações	7.282.594,60	-
Desvalorização e Perda de Ativos e	616.907,15	-
Reavaliação, Redução a Valor	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	132.709,60	-
Incorporação de Passivos	483.757,55	-
Desincorporação de Ativos	440,00	-
Tributárias	19.305,98	-
Impostos, Taxas e Contribuições de	19.305,98	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	24.231,98	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais	24.231,98	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-8.434.141,32	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
2016

2015

Anexo II- Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UPC)		Código da UG	
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM		110511, 110572, 110573 e 110586	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2016, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a. Ausência de contabilização dos valores referente a Depreciação do mês de dezembro nas UG's 110573 e 110586.</p> <p>Tais unidades utilizam o sistema SIADS e em dezembro foi registrada a Depreciação no SIADS, porém tais valores não foram refletidos no SIAFI.</p> <p>b. Não registro da Amortização, oriunda de Benfeitorias em Propriedades de Terceiros, pela UG 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM.</p> <p>A falta de lançamento contábil ocorreu em função do sistema SIADS, utilizado pela unidade, não contemplar o cálculo da Amortização. A Secretaria do Tesouro Nacional está promovendo gestões para implantar a rotina de Amortização no referido sistema.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF,	Data	10/03/2016
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/O-9-DF